

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ**  
**NÚCLEO DE ALTOS ESTUDOS AMAZÔNICOS**  
**CURSO DE MESTRADO EM PLANEJAMENTO**  
**DO DESENVOLVIMENTO 2002/2003**

**Dissertação de mestrado**

**PROJETO *KABEN DJUOI***  
**DE MANEJO FLORESTAL**  
**DOS XIKRIN DO CATETÉ :**

**PERSPECTIVAS ECONÔMICAS, HISTÓRICAS**  
**E POLÍTICO-INSTITUCIONAIS**

Mestrando: Luís Cláudio Indriunas  
Orientadora: Ligia T.L. Simonian, Ph.D. em Antropologia

Belém  
Março de 2004

Belém, \_\_ de março de 2004

Este trabalho é a dissertação de mestrado “Projeto *Kaben Djuoi* de Manejo Florestal dos Xikrin do Cateté: perspectivas econômicas, históricas e político-institucionais” do mestrando Luís Cláudio Indriunas do NAEA (Núcleo de Altos Estudos Amazônicos) da UFPA (Universidade Federal do Pará).

Orientadora

---

Dra. Ligia T.L. Simonian

Examinador Interno

---

Dr. Thomas Hurtienne

Examinador Externo

---

Dr. Luís Forline

Mestrando

---

Luís Cláudio Indriunas

Aprovado em: \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

## AGRADECIMENTOS

Por mais individual que seja uma pesquisa de mestrado, ela só é possível por causa das pessoas que direta ou indiretamente compartilham dessa aventura. Aqui segue a lista de quem participou dessa aventura. Inicialmente agradeço aos professores do NAEA, que fizeram possível essa reflexão acadêmica e prática, fazendo desse trabalho uma experiência enriquecedora. Também, agradeço especialmente à professora Ligia T. L. Simonian, pela orientação. Tais agradecimentos são extensivos à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pela bolsa de estudos que me permitiu usar o tempo para cursar o PLADES. Ainda agradeço ao Projeto NAEA/Fundação Ford pelo auxílio financeiro para viagens a campo. Aos Xikrin do Cateté por aceitarem minha entrada na área e mostrarem interesse pela pesquisa que propus. À Fundação Nacional do Índio – FUNAI por autorizar a minha entrada na Terra Indígena Xikrin do Cateté (Pará). Ao doutores Thomas Hurtienne e Luís Forline pelas sugestões, algumas das quais pude incorporar nesta dissertação. Ao pessoal da Conservation International pela troca de idéias e artigos. Um agradecimento especial ao secretário-geral do Instituto Socioambiental – ISA, Nilton Tatto, que viabilizou o acesso à documentação relativa ao Projeto *Kaben Djuoi*. Ao engenheiro florestal Rubens Mendonça, que me recebeu durante minhas visitas ao ISA, em 2002. À antropóloga Isabelle Giannini, pelas informações precisas, assim como aos outros entrevistados: Max Roncoletta (ISA), Florivaldo Souza (Empresa Brumila), Natalino Silva (Empresa Brasileira de Pesquisa em Agricultura – EMBRAPA), engenheiro florestal Carlos Guerreiro, ao administrador da FUNAI-Marabá, Eimar Araújo, aos chefes de postos da Funai das aldeias *Djudjekô* e Cateté. Aos funcionários da Companhia Vale do Rio Doce – CVRD, que me receberam ou responderam aos meus e-mails. Um agradecimento especial ao antropólogo César Gordon, que ajudou a partir da leitura que fiz de sua tese de doutorado sobre os Xikrin do Cateté e ao ler meus rascunhos. Devo muito também à leitura da antropóloga Euzalina Frazão, que leu o texto final e deu boas dicas. Um

agradecimento carinhoso faço à Karina Ninni Ramos, pelo companheirismo, amor e apoio durante esses anos todos. Ao Luquinha, pela paciência de ver seu pai sair para longas ausências ou falsas presenças em frente ao computador. À Márcia Lasmar, pelos toques sobre populações indígenas. À Patrícia Patrício, pela leitura dos originais. A Ana Rogge pela revisão do Abstract. A Fernando Michelotti e Beatriz Ribeiro pela hospedagem, carinho e troca de idéias em Marabá. A todos os meus colegas mestrandos do NAEA, pelas discussões e risadas.

## **RESUMO**

Este trabalho é um estudo de caso sobre o projeto de manejo florestal de madeira *Kaben Djuoi* dos índios Xikrin do Cateté, que vivem no sul do Pará. A pesquisa foi baseada em perspectivas econômicas, históricas, culturais e político. Um dos objetivos foi identificar os atores que tiveram envolvimento técnico ou político com realidade Xikrin e, mais especificamente, no contexto do projeto. Pesquisas de campo, documental e bibliográfica encontram-se na base deste trabalho que procura verificar os fatos através dos conceitos teóricos e práticos sobre o desenvolvimento sustentável. As características histórico-culturais desse grupo étnico são detalhadas, assim como a contextualização geográfica e ambiental da região. Quanto aos resultados, a pesquisa tentou mostrar limitações do projeto estudado, que acabou sendo paralisado antes do trabalho de campo. Detalhes sobre o comportamento político dos Xikrin com relação a outros atores, em especial com a CVRD e com a organização não-governamental ISA, estão também descritos.

## **ABSTRACT**

This work is a study case of the sustainable timber project Kaben Djuoi from indigenous Xikrin do Cateté, located in Southern Pará. The research was based on historical, economical, political and cultural perspectives. One of the aims was identifying social actors who have political or technical involvement with Xikrin's reality and, more specifically, are involved in the project's context. Survey, documental and bibliographical research were the bases of the work, which tries to check the facts through theoretical and practical concepts of sustainable development. Historical and cultural aspects of this ethnical group were described in detail, as well as, geographical and environmental context of the region. About the results, the research tries to show the limitation of the studied project, which has been stopped before the surveys. Details about political behavior of the Xikrin with other institutions, specially the CVRD company and the non-governmental organization ISA, were also described.

## LISTA DE SIGLAS

ABN – Associação Indígena Bep-Noi de Defesa do Povo Xikrin do Cateté  
AIMEX – Associação das Indústrias Madeireiras Exportadoras do Pará  
APA – Área de proteção ambiental  
CITES - Convenção sobre Comércio Internacional de Espécies Ameaçadas  
CIFOR – Center for International Forestry Research  
CVRD – Companhia Vale do Rio Doce  
IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.  
INPA – Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia  
ISA – Instituto Socioambiental  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
EUA – Estados Unidos da América  
FAPESP - Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado de São Paulo  
FAOR – Fórum da Amazônia Oriental  
FFT – Tropical Forest Foundation  
FLONA – Floresta Nacional  
FSC – Forest Stewardship Council  
FUNAI – Fundação Nacional do Índio  
FUNASA – Fundação Nacional de Saúde  
GTNA – Grupo de Trabalho Agro-ecológico da Amazônia  
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística  
LASAT – Laboratório Sócio-agronômico do Tocantins  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
NAEA – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos  
NHII-USP - Núcleo de História Indígena e do Indigenismo – Universidade de São Paulo  
ONG – Organização não-governamental  
PPG-7 – Programa Piloto p/ Proteção das Florestas Tropicais do Brasil do Grupo dos 7  
PGR – Procuradoria Geral da República  
TI – Terra Indígena  
UC – Unidade de Conservação  
UFPA – Universidade Federal do Pará  
VM – Verba Mensal

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Terra Indígena Xikrin do Cateté – Localização .....	14
Figura 2 – Localização da Unidade de Manejo Florestal .....	81

## ÍNDICE DE TABELAS

Quadro 1 – Cronograma das atividades de campo em 2003 .....	31
Quadro 2 – Valores dos repasses da CVRD a ABN.....	46
Quadro 3 – Sequência demográfica dos Xikrin.....	66
Quadro 4 – Projeção do volume de madeira a ser extraída pelo projeto .....	82
Quadro 5 – Volume de madeira extraída durante o funcionamento do projeto.....	83
Quadro 6 – Valores em reais do financiamento da CVRD ao projeto <i>Kaben Djuoi</i> .....	88



## SUMÁRIO

1 Introdução.....	10
2 Onde estão os Xikrin do Cateté?.....	12
3 Perspectivas teóricas.....	18
3.1 Desenvolvimento sustentável, fronteiras, comunidades e índios.....	18
3.2 Populações tradicionais sob a ótica do desenvolvimento sustentável.....	22
4 Procedimentos metodológicos.....	27
4.1 Introdução.....	27
4.2 Caminhos para a análise: as hipóteses .....	32
5 Os índios e a economia da sociedade envolvente.....	35
5.1 Questões preliminares.....	35
5.2 Algumas convergências Kayapó.....	36
5.3 Os Xikrin e a sociedade que os envolve.....	42
5.3.1 CVRD.....	42
5.3.2 ISA.....	48
5.3.3 FUNAI.....	52
5.3.4 Madeireiras.....	53
5.3.5 Comércio local.....	56
6. Consumo e estrutura social.....	58
6.1 Entre os Kayapó.....	58
6.2 As velhas cisões.....	65
7. O problema da sustentabilidade da exploração madeireira na Amazônia.....	69
7.1 Processo de extinção.....	72
7.2 A relação das madeireiras com as comunidades.....	73
8 O projeto <i>Kaben Djuoi</i> , um breve resumo.....	75
9 Lições de um projeto inédito.....	100
Referências.....	108
Lista de anexos.....	116

## 1 INTRODUÇÃO

A pesquisa que será apresentada a seguir é um estudo de caso. Trata-se das “idas e vindas” do projeto de manejo *Kaben Djuoi*<sup>1</sup>, dos Xikrin do Cateté, desenvolvido na Terra Indígena (TI) Xikrin do Cateté (Pará). Inédito no Brasil, o projeto é uma das respostas à desvantajosa prática de negociações ilegais entre Kayapó e madeireiros sem nenhuma responsabilidade ecológica e social. Esse aspecto talvez tenha sido o principal motivo para a escolha do tema. Entretanto, o trabalho apresentado tem um certo prisma de relações com diversos atores sociais que serão apontadas. O trabalho, por exemplo, tangencia discussões sobre as formas como estruturas multinacionais, a exemplo da CVRD (Companhia Vale do Rio Doce), atuam com a questão indígena, na prática. Assim, como será uma das preocupações mostrar aspectos culturais dos Xikrin.

O primeiro ano de trabalho foi concentrado mais na pesquisa bibliográfica, cujas matérias ministradas no curso de mestrado em Planejamento do Desenvolvimento do NAEA/UFGA, muito auxiliaram. O segundo ano de trabalho se dividiu em pesquisas bibliográficas, a elaboração do projeto de qualificação e nas viagens de campo. No capítulo 4, será detalhada a metodologia desse trabalho.

Uma importante vertente antropológica, como viagens de campo para acompanhar o cotidiano do projeto, também era o objetivo da pesquisa. O projeto, no entanto, acabou sendo paralisado logo no início da pesquisa. Desse modo, optou-se por uma pesquisa voltada às vertentes documentais e de entrevistas.

A dissertação está dividida em dez capítulos, levando em conta os princípios básicos para uma pesquisa em ciência social, como aponta Abramo (1979). Tais diretrizes, no entanto, serão discutidas no decorrer de todo o texto sem procurar uma esquematização

---

<sup>1</sup> O termo *Kaben Djuoi* tem duplo significado em kayapó: o dono da fala ou a fala certa. Contribuição dada pelo antropólogo César Gordon.

rígida, mas levando em conta as diversas variáveis detectadas. Na lógica da capitulação, procurou-se apontar alguns dos aspectos considerados mais relevantes sobre o assunto desde localização geográfica, aspectos políticos e culturais dos Xikrin, o mercado madeireiro e as alternativas de desenvolvimento sustentável. A ordem dos capítulos seguiu essa linha mestra geral. Assim no capítulo 2 está detalhada a questão geográfica, no capítulo 3 são discutidas algumas das vertentes teóricas, principalmente sobre o desenvolvimento sustentável. No capítulo 4, a metodologia baseada em autores que discutem tanto a pesquisa antropológica como ecológicas. Nos capítulos 5, 6 e 7, a partir dos autores, que já se debruçaram sobre a sociedade Kayapó, são discutidos aspectos sobre consumo, estrutura social, relação interétnica dos Kayapó e, obviamente, mais especificamente dos Xikrin. O capítulo 8 é uma breve discussão sobre a prática da exploração madeireira na Amazônia, indispensável para os objetivos da pesquisa. Enfim, no capítulo 9, está a maior parte do material da pesquisa de campo, apresentada de modo decodificado. É a história dos 15 anos de projeto. Já o último capítulo é reorganização dos fatos baseados em hipóteses formuladas durante a discussão metodológica..

As dificuldades para o trabalho existiram. No entanto, a maioria das fontes humanas da pesquisa foi muito receptiva. A dificuldade da pesquisa antropológica, que será mais detalhada na metodologia (capítulo 4), terminou centrando o trabalho na pesquisa documental e bibliográfica. A maior parte dos autores escolhidos para as discussões trabalha com várias especificidades da realidade amazônica mais ampla. O que se encaixa perfeitamente quando se deseja discutir as variáveis que cercam a realidade Xikrin do Cateté.

## 2 ONDE ESTÃO E QUEM SÃO OS XIKRIN DO CATETÉ?

Os Xikrin do Cateté, grupo Kayapó de língua Jê, vivem divididos em duas aldeias na TI Xikrin do Cateté. Em 2002, de acordo com Souza (2002, p. 32), era de 716 o total populacional entre esses indígenas. Resumidamente, a estrutura social, que será melhor detalhada, adiante é matri-uxorilocal. Turner define assim essa dinâmica:

Os Kayapó são monogâmicos e possuem uma regra de residência matri-uxorilocal após o casamento. A família nuclear funciona como unidade básica da produção social, mas não é institucional ou ritualmente reconhecida como uma atividade social distinta; não há palavra para “família” na língua Kayapó. A unidade básica das relações é a família extensa gerada por residência uxorilocal, consistindo em mulheres irmãs e homens de outras casas incluídos por casamento (ou seja, maridos). A família extensa matri-uxorilocal, chamada “casa” (*kikre*), é o segmento ou unidade fundamental da organização social kayapó. Consiste geralmente em três gerações: as gerações mais novas de mães e pais e filhos, compreendendo as famílias conjugais ativamente reprodutoras que constituem as unidades internas da casa; e a geração mais velha de chefes da casa, que são os avós das crianças, pais das jovens mães e sogros de seus maridos de fora. (Turner, 1998, p.319)

O trabalho a seguir, no entanto, não fará a discussão sobre a estrutura social, por simples motivos como pouco tempo de campo e familiaridade com estudo antropológico. O trabalho está concentrados nos Xikrin homens que representam politicamente as aldeias.

Nesse capítulo, interessa também identificar geograficamente, os Xikrin, antes um povo nômade, que desde a década de 1980 começou a intensificar sua fixação a um lugar (Vidal, 1977). A terra indígena Xikrin do Cateté situa-se em uma região intermediária entre a floresta tropical e o cerrado no sudeste do estado do Pará. Esta é uma importante região de transição de ecossistemas. Junto com Rondônia e Mato Grosso, a região de Carajás também faz parte do chamado [...] “arco do desmatamento”

(Barreto, 2002; Grogan *et al.*, 2002). É interessante notar que as reservas indígenas têm efetivamente contribuído como bloqueadoras do desmatamento. Essa perspectiva pode ser destacada, principalmente, porque Carajás encontra-se em uma das áreas mais devastadas da Amazônia brasileira, o sul do Pará. Tal fato pode ser visto em imagens de satélite (John, 2003), embora ainda haja comércio ilegal de mogno (*Swietenia macrophylla* King) com os Kayapó. “It is ironic that although mahogany has been a catalyst for initiating deforestation in much of the rest of eastern and southern Amazon (Fearnside, 1997), the success of Kayapó territorial defence in part can be attributed to mahogany profits” (Zimmerman, 2001, p. 1). Mas há de se salientar que a autora fala da área das reservas Kayapó e não Xikrin.

Um levantamento feito por Vidal e Giannini na década iniciada em 1980, mostra que os danos produzidos na área por madeireiros foi de 311 dos 439.151 hectares totais da reserva, ou seja, menos de 1% da área. Houve problemas também quanto à demarcação (Vidal *et al.*, 1991). A exploração madeireira aconteceu principalmente próximo à cidade de Tucumã. A área mais devastada fica no seu limite-sul, onde a principal causa do desmatamento foi a invasão feita por Laudelino Hennemann, ainda nos anos de 1970.

No geral, no entanto, a TI Xikrin do Cateté apresenta alta diversidade florestal<sup>2</sup>. Destacam-se áreas de maior concentração de espécies de palmeiras como o babaçu (*Orbignya sp.*), inajá (*Maximiliana regia* Mart.) e açai (*Euterpe oleracea* Mart.). Um levantamento realizado por técnicos ligados ao ISA revela quatro tipologias florestais mais relevantes: “[...] (i) as formações naturais de florestas dominadas por cipós, (ii) as

---

<sup>2</sup> Os dados de amostragem levantados indicam um valor médio de 3,62 para o índice Shannon, com o valor médio de 81 espécies por hectares, chegando em algumas áreas a 167 espécies por hectare (Associação, 2001).

formações naturais de babaçu, (iii) floresta densa montana e submontana e (iv) floresta muito densa montana e submontana” (Associação, 2001, p. 15).

Ao redor da área estão presentes as mais diversas pressões determinadas por ciclos econômicos diferenciados, como a exploração castanheira ou exploração madeira e a grilagem de terras. Estes são acontecimentos de períodos, historicamente distintos. Os Xikrin receberam influência dos castanheiros no período pós-segunda-guerra-mundial, de fazendeiros que foram expulsos pelos mesmos e da CVRD, vizinha à reversa, com suas minas na Floresta Nacional (FLONA) de Carajás, conforme pode ser visto na Figura 1.

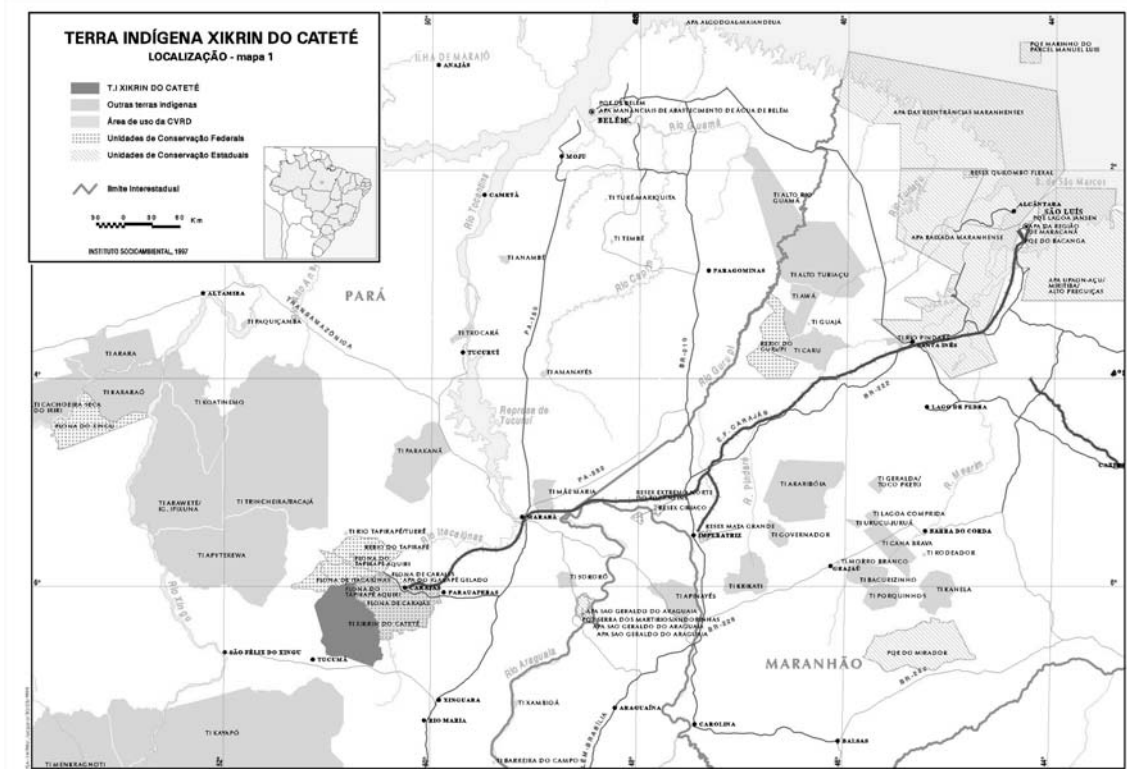


Figura 1: Terra Indígena Xikrin do Cateté – Localização.

Fonte: ISA

Essa TI fica ao norte da PA 279, que segue até São Félix do Xingu, passando por Xinguará e Tucumã<sup>3</sup>. Apesar da baixa densidade demográfica, a história de luta violenta pela terra na região é antiga e tem sido acompanhada pelos jornais locais e nacionais. Os capítulos dessa história, no entanto, continuam a ser escritos como em setembro de 2003, quando foram assassinadas oito pessoas por grileiros ou pistoleiros em São Félix do Xingu (Simionato, 2003). No caminho de Marabá para a aldeia, é inevitável a passagem por Eldorado do Carajás, palco de um dos maiores massacres da história brasileira. Como foi amplamente divulgado, 19 sem-terras foram mortos em confronto com a Polícia Militar do Pará (Revista da Folha, 1996), no dia 16 de abril de 1996. Ainda sobre a relação localização/tensão, tem-se que:

O grande complexo de extração mineral (Ferro-Carajás) e o seu núcleo residencial podem ser alcançados, de helicóptero, em aproximadamente 30 minutos. A 90 km da aldeia Putkatingró, ao norte da reserva, descendo o rio Itacaiúnas, se encontra o “caldeirão”, acampamento da Companhia Vale do Rio Doce, de onde sai uma estrada em direção ao “Salobo”, lugar de extração de cobre, e outra em direção ao núcleo urbano da Serra do Carajás (Associação, 2001, p. 9).

E o narcotráfico também não está longe das fronteiras dos Xikrin. Tucumã é o município onde o traficante Leonardo Dias Mendonça, considerado um dos maiores transportadores internacionais de droga do país (Indriunas, 1999), pode andar sem sofrer nenhum tipo de repressão (Simionato, 2003). Wilson Torres, comerciante local acusado de lavagem de dinheiro para o narcotráfico (Lobato, 1999), também já freqüentou essa TI, segundo depoimentos colhidos em campo.

O relacionamento dos Xikrin com esses atores sociais, no entanto, tem graus diferentes de ligação e modo de se relacionar, aliás, como será visto adiante, em alguns

---

<sup>3</sup> Apenas a título de informação, a população e as áreas desses municípios, segundo o IBGE (2000), são, respectivamente, 34.621 habitantes e 84.248,43 km<sup>2</sup>, 35.200 habitantes e 3.779 km<sup>2</sup> e 25.309 habitantes e 2.512,52 km<sup>2</sup>.

casos específicos. Mas é importante frisar que o trabalho não aborda em específico essa relação, e, sim, uma conjuntura. Até o que foi possível identificar, esse grupo indígena não mantém relação estreita com narcotraficantes, pistoleiros etc. Quando tiveram relação com esses atores foi apenas como comerciantes locais.

De qualquer modo, a área sofreu várias modalidades de devastação num passado recente. Entre elas, tem-se as duas estradas, uma que liga as aldeias à Tucumã e outra, à Água Azul. A primeira foi feita, principalmente, para viabilizar a exploração predatória de madeiras. Na época, um dos líderes alugou uma casa na cidade. A segunda estrada foi feita para viabilizar o projeto *Kaben Djuoi*, com apoio da CVRD e é fiscalizada pela empresa Geocret - BCE.

Há também áreas de mata secundária, onde existiam duas fazendas, hoje abandonadas graças à campanha de demarcação dos próprios índios. No local, ainda há presença de gado, mas o rebanho é selvagem. Em 2001, a FUNAI acompanhou o início das obras de revitalização de uma das fazendas, mas o projeto foi abandonado. Atualmente, pelo que se pôde verificar em campo, os índios estão a propor a criação de gado numa área mais próxima das duas aldeias. Durante o percurso de Marabá para a reserva, é possível ver a repetição de um padrão de exploração que se estende pelo sudeste do Pará. Barreto (2002) analisa a dinâmica ecológica da região, que se mantém da pecuária extensiva e da exploração de bens primários feito pela CVRD.

Os Xikrin também não permanecem somente na reserva. Boa parte dos índios viaja freqüentemente para Água Azul do Norte ou Marabá, sendo que nesta duas lideranças alugam duas casas no bairro de Nova Marabá. Souza (2003) assim descreve a mobilização urbana dos Xikrin, que:

[...] desenvolveram um amplo conhecimento dos mecanismos e possibilidades de transporte para a cidade: têm seus veículos próprios, pedem carona para a Funai e sabem pressionar para conseguir fretes



terrestres e remoções aéreas. Regionalmente conhecem os esquemas de ônibus, vans e trem para circular pelas cidades e, especialmente, para ir a Marabá. Nas cidades, conhecem motoristas de táxi que os transportam por todos os lados, sabem em que lojas procurar o que precisam, inclusive artigos bem específicos, como os vestidos feitos sob encomenda para as mulheres Xikrin e têm mapeado todo um circuito de “circulação” urbana, que inclui ABN, Funai, Funasa, comércios, etc. Por fim, os Xikrin têm um apurado mapeamento do entrono de Marabá – e mesmo de dentro da cidade – onde podem encontrar plantas úteis em seu cotidiano: jenipapo, urucum, babaçu, inajá, fibras diversas, remédio, etc. Sempre que necessário e possível, realizam “expedições de coletas urbanas” atrás desses insumos. Podemos dizer que esta mesma relação e conhecimento são aplicáveis a todas as outras cidades (Carajás, Tucumã, água Azul etc.), mas Marabá representa o pólo urbano mais importante para os Xikrin, no presente momento (Souza, 2002, p. 14).

É, em Marabá, que os índios costumam lotar os hotéis à beira da principal rodoviária do município. Sem entrar em detalhes históricos ou análises sociais, Marabá é uma cidade<sup>4</sup> considerada pólo no sul do Pará, entre outras razões, pela sua localização estratégica no cruzamento da rodovia Transamazônica e PA-150. É também considerada a quarta cidade mais violenta do Brasil, por causa dos conflitos de terra (FAOR, 2003). Por sua vez, Água Azul, um município de 22.084 habitantes e 7.626,01 km<sup>2</sup> (Brasil. Instituto, 2000), é freqüentada por vários índios para fazer compras. Há, também, uma família Xikrin vivendo próximo à vila de Carajás, com seus filhos freqüentando aulas em Parauapebas, que conta com 71.568 habitantes e 7.046,69 km<sup>2</sup>.

Mais adiante, será visto com detalhes um pouco dessa dinâmica Xikrin e, de certa maneira, Kayapó. De qualquer modo, as casas de Marabá representam as duas aldeias Xikrin e de lá se servem os líderes e seu grupo. Em Carajás, já houve um fluxo maior, hoje apenas uma família vende artesanato na vila e educa seus filhos em Parauapebas. Será visto que historicamente, sempre houve relações comerciais com os *kuben* em geral. Como se sabe (Oliveira, 1978), em maior ou menor escala, as

---

<sup>4</sup> O município conta com 168.020 habitantes e tem 15.092,28 km<sup>2</sup> (Brasil. Instituto, 2004).

populações indígenas tem passado a depender dos contextos citadinos ou, mesmo, passado a neles viver.

### **3 PERSPECTIVAS TEÓRICAS**

#### **3.1 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, FRONTEIRAS E COMUNIDADES E ÍNDIOS**

Mais do que relacionar regras teóricas a serem seguidas, o objetivo deste capítulo é definir algumas idéias gerais que estiveram presentes nas várias etapas do trabalho. Dentre estas estão o detalhamento histórico, a identificação do problema ou construção do objeto de pesquisa, a compilação de informações e dados, a análise crítica. A discussão, a seguir, terá como base textos científicos, mas também documentos (como resoluções de encontros, ações jurídicas, contratos, ofícios, portarias etc.), notícias publicadas em *sites* e jornais e dados levantados em campo que possam contribuir para a discussão.

O projeto *Kaben Djuoi* surge como algo novo. Novo não só como experiência, mas também conceitualmente. Seu ineditismo, no contexto brasileiro, mostra isso. Entre os objetivos do projeto, há a ambição de ser uma referência para discussão de políticas públicas indigenistas (Associação, 2000, 2001). De qualquer modo, como apontam alguns autores (Giannini, 2002; Hurtienne, 1994; Simonian, 2000; Viola, 1998), muito se fala mas ainda pouco se faz na prática sobre a questão do desenvolvimento sustentável<sup>5</sup>. Isto, se a preocupação for com um conceito de desenvolvimento alicerçado

---

<sup>5</sup> Acredita-se, no entanto, que as iniciativas estão crescendo como se verá a seguir, mas que ainda demandam mais estudos.

em um tripé onde se procura a sustentabilidade econômica, social e ambiental. Sachs (1997) fala em uma dinâmica harmoniosa, mas longe da perfeição:

A sustentabilidade social tem como meta a construção de uma civilização com maior equidade na distribuição de renda e de bens.

- A sustentabilidade econômica deve ser alcançada via alocação e gerenciamento mais eficientes dos recursos e por meio de um fluxo constante de investimentos públicos e privados. Deve ser avaliada em termos macrossociais, e não apenas através do critério da rentabilidade empresarial de caráter macroeconômico.

- A sustentabilidade ecológica deve ser obtida por meio de uma série de medidas que objetivem a ampliação da capacidade de carga do planeta, a limitação do uso de combustíveis fósseis, a redução do volume de resíduos e de poluição, a limitação do consumo de materiais, a intensificação das pesquisas para a obtenção de tecnologias mais eficientes e menos poluidoras e a definição de norma para uma adequada proteção ambiental (Sachs, 1997, p. 38).

Dentro desse contexto teórico, há várias vertentes de pensamento que se solidificam em duas grandes tendências: ecodesenvolvimento ou ecopolítica (Coelho, 1997). Sem chegar a esse tipo de detalhamento, a intenção é continuar utilizando aqui a contribuição de Sachs.

O tripé ecológico, econômico e social que aponta esse autor também conta com outros aspectos, assim detalhados por Sachs.

A sustentabilidade espacial deve ter por fim a obtenção de uma configuração rural-urbana mais equilibrada e uma melhor distribuição territorial dos assentamentos humanos e das atividades econômicas.

- A sustentabilidade cultural inclui a procura de raízes endógenas de processo de modernização e de sistemas agrícolas integrados, processos que busquem mudanças dentro da continuidade cultural e que traduzam o conceito normativo de ecodesenvolvimento em um conjunto de soluções específicas para o local, o ecossistema, a cultura e a área (Sachs, 1997, p. 38)

Na análise que se inicia, tenta-se amarrar de maneira ampla esses vários aspectos. A questão social estará no âmbito da discussão do consumo e da estrutura social dos Xikrin (capítulos 5, 6 e 7) e, do contexto geográfico do entorno, como já foi apresentado no capítulo 2. A economia está presente tanto no levantamento como na análise dos dados financeiros do projeto e nas contas da CVRD com as comunidades

indígenas (capítulos 5 a 9). Outra face dessa economia, obviamente, tem forte contexto cultural (capítulo 2 e 5). É o caso do consumismo Xikrin (capítulo 6), que tem aspectos culturais relacionados com esse grupo e com a sociedade envolvente.

Este último fator, no entanto, será útil à análise, principalmente a ter-se sempre presente alguns conceitos formulados a partir dessa realidade que mostram as dificuldades de harmonização. Afinal, a situação de fronteira econômica é uma realidade Xikrin desde a época dos castanheiros (Vidal, 1977) e, mesmo antes, ao tempo das grandes explorações de borracha (Fisher, 2000). Nessa direção, os Xikrin, sem dúvida, estão inseridos na dinâmica de fronteira apontada por Becker: “[...] fronteira hoje, portanto, não é sinônimo de terras devolutas, cuja apropriação econômica é franqueada a pioneiros ou camponeses. É um espaço também social e político, que pode ser definido como um espaço não plenamente estruturado, potencialmente gerador de realidades novas” (Becker, 1994, p. 10). Essas novas realidades (às vezes nem tão novas assim, mas reestruturadas) mostram uma dinâmica política e estrutural que será a base da nossa discussão em termos institucionais.

Junta-se a essas dinâmicas uma dimensão globalizante, que pode ser percebida em movimentos econômicas. Atualmente, os Xikrin têm uma dependência econômica completa da CVRD, o gigante exportador de minérios. O próprio projeto *Kaben Djuoi* (Associação, 2000, 2001) tem um caráter exportador entre seus principais objetivos, além de ter sido financiado por órgãos de cooperação internacional.

A questão ecológica está correlacionada, nesse caso, a aspectos culturais e geográficos que serão discutidos brevemente. Todas estas questões terão como pano de fundo (ou assim se pretende) a perspectiva de inserção das populações tradicionais no processo de desenvolvimento sustentável. Há um certo consenso, visto em vários autores como Ascher (1995), Diegues (1998), Leonel (2000), Sachs (1986), Taylor

(1988), sobre a necessidade de participação, em diversos níveis das populações tradicionais na tomada de decisão, na formulação de políticas e na condução de iniciativas de desenvolvimento sustentável.

É preciso, no entanto, esclarecer rapidamente alguns aspectos do conceito de populações tradicionais, o qual será usado. A discussão feita por Cunha (2001) sobre o conceito aponta para um termo forjado, abrangente, mas longe de ter uma confusão conceitual. A autora, entretanto, prefere diferenciar as populações indígenas das outras. Precisamente, ele argumenta que:

Embora, como buscaremos mostrar, as populações tradicionais tenham tomado os povos indígenas como modelos, a categoria “populações tradicionais” não os inclui. A separação repousa sobre uma distinção legal fundamental: os direitos territoriais indígenas não são qualificados em termos de conservação, mesmo quando se verifica que as terras indígenas figuram como “ilhas” de conservação ambiental em contextos de acelerada devastação. Para realçar essa especificidade da legislação brasileira que separa os povos indígenas das “populações tradicionais”, não os incluiremos nesta categoria, e estaremos usando quando necessário, a expressão “populações indígenas e tradicionais (Cunha, 2001, p. 184).

Este aspecto legal interessa para o caso específico, porque o projeto de algum modo tem a intenção de romper com essa figura jurídica criando uma jurisprudência específica, possivelmente colaborando para a proposta do Instituto Socioambiental – ISA (Instituto, 2002c) quanto às mudanças do Estatuto do Índio.

Genericamente, nas discussões científicas do desenvolvimento sustentável, as sociedades indígenas são colocadas no mesmo grupo das populações tradicionais por outros autores como Ascher (1994), Diegues (1998), Leonel (2000), Simmonian (1997). No caso, será usado o termo populações tradicionais genericamente, incluindo então os índios. Quando necessário, utilizar-se-á especificamente o termo populações indígenas. Além disso, ainda se necessário especificar atitudes diferentes de outras experiências os termos que serão usados deverão ser Kayapó ou Xikrin.

Quanto à conceituação de comunidade, limitar-se-á a identificá-la de modo abrangente e apenas como orientação, emprestar-se-á a mesma lógica de Souza (2000), que no caso dos Kayapó entende como membro das comunidades o conjunto de indivíduos, que mesmo não morando na aldeia, identificam-se com integrantes da mesma. A respeito, é interessante a observação de Gordon (2002, correspondência), no sentido de que algumas vezes os Xikrin chamam de comunidade todos os que não ocupam algum cargo como os caciques, os secretários e presidentes de associação.

### 3.2 POPULAÇÕES TRADICIONAIS SOB A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Um consenso conceitual sobre o envolvimento das populações tradicionais no desenvolvimento sustentável, no entanto, não identifica que não haja divergências. As principais dentre elas, talvez, sejam a maneira de operacionalizar tal inserção e a escolha dos produtos a serem incluídos nesse tipo de projeto. O *Kaben Djoui* toca em um ponto polêmico entre os autores, que serão detalhados a seguir, já que escolheu (e acabou priorizando) o mercado madeireiro, apostando na sua viabilidade econômica e ambiental.

Os defensores da inserção das populações no mercado sempre destacam a importância de aproveitar os conhecimentos tradicionais dos índios para essa exploração. Leonel (2000) alerta, no entanto, que “[...] os produtos com mais penetração no mercado são os que menos eles conhecem: farmácia, sementes, material genético, madeira nobre, minérios ou turismo” (Leonel, 2000, p. 330). Por isso, há quem defenda a utilização apenas de produtos não-madeireiros e em pequena escala, como Ascher (1996, p. 65-66): “Consider timber processing. The small-scale, often

older, sawmill equipment that communities can afford is frequently at a serious disadvantage in its efficiency compared to the equipment used by larger-scale commercial sawmills”<sup>6</sup>. Mas, em geral, tal perspectiva passa por pressões de toda ordem no âmbito da economia política.

Seja qual for o modelo adotado, há vários problemas intrínsecos à discussão em qualquer um desses projetos. A Declaracion de Belém (2003), documento formulado a partir do “Encontro de Manejo Comunitário e Certificação Florestal na América Latina”, organizado pelo Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia – IMAZON, que aconteceu de 28 a 31 de outubro de 2003 em Belém, mostra claramente esses problemas, pelo menos nos sete países participantes<sup>7</sup>:

A pesar de la existencia de tendencias prometedoras, todavía hay una serie de retos para consolidar las iniciativas de manejo comunitario existentes, a la vez que se promueven nuevas iniciativas. Los principales retos encontrados para aumentar los beneficios sociales, económicos y ambientales ligados al MFC fueron agrupados en:

- 1) Escaso poder de negociación de las comunidades
- 2) Poca representación y control de las comunidades en las iniciativas de MFC
- 3) Falta de reconocimiento de los sistemas de manejo tradicional y el conocimiento de las comunidades
- 4) Limitada capacidad técnica, organizativa, financiera y gerencial de las iniciativas comunitarias
- 5) Prestación de servicios técnicos, empresariales y financieros orientada hacia la oferta más que la demanda: falta de servicios puntuales y acorde con las necesidades específicas de cada comunidad
- 6) Falta de confianza entre comunidades y empresas forestales
- 7) Acceso a los mercados difícil (restrictivos canales de distribución, falta de información de mercado y de facilidades de transporte)
- 8) Mercados de productos forestales poco transparentes (p.ej. competencia desleal por la tala ilegal, subsidios a plantaciones)
- 9) Falta de incentivos fiscales y crediticios para desarrollar empresas comunitarias forestales

---

<sup>6</sup> Considere o processamento da madeira. O equipamento de serraria de pequena-escala, geralmente velho, que a comunidade consegue é freqüentemente uma séria desvantagem de eficiência comparando-se ao equipamento usado pelas serrarias comerciais de larga-escala (tradução do autor).

<sup>7</sup> Participaram do encontro técnicos, pesquisadores e populações tradicionais e indígenas do México, Guatemala, Equador, Bolívia, Costa Rica, Peru e Brasil

10) Marcos regulatorios que penalizan a la pequeña industria y al modelo organizativo comunitario en el mercado

11) Políticas públicas inadecuadas (p.ej. incentivos para la conversión de bosques, inseguridad de la tenencia de la tierra, normas técnicas diseñadas para concesiones industriales y transferidas al MFC) (Declaracion, 2003, p. 2)<sup>8</sup>.

Essas 11 dificuldades mostram, na prática, limitações que de algum modo ou outro já estão sendo discutidas pelos teóricos. Na verdade, a leitura de cada item indica problemas em várias esferas sociais e relacionadas diretamente sempre a um dos atores envolvidos, a saber, comunidade, empresariado, terceiro setor e governo.

Os itens 1, 2, 3, por exemplo, mostram os problemas internos da comunidade, que pode, como consequência, ser uma das razões para as dificuldades de relacionamento colocados no item 4. Observe que esse tipo de dificuldade parece ser mais intensiva entre as comunidades indígenas. No caso dos Kayapó, sua inserção se faz mais como posseiros de territórios a serem explorados com seu consentimento sem necessariamente com empenho ou orientação técnica ou participação efetiva. Morsello (2002), que trabalhou com os índios do A'Ukre, mostra um grande tempo de não-trabalho entre os índios<sup>9</sup>. Entre os Xikrin, na medida do possível, tenta-se situar o grau de participação de uma maneira geral.

De qualquer modo, o problema comunitário tem efetivamente a ver com questões as mais diversas. Para efeito da discussão que se fará, é de lembrar-se o componente cultural, que tem uma dimensão extremamente abrangente em várias definições, como as de Verhelst:

By culture is meant, therefore, every aspect of life: Know-how, technical, knowledge, customs of food and dress, religion, mentality, values, language, symbols, socio-political and economic behavior, indigenous methods of taking decisions and exercising power,

---

<sup>8</sup> Para facilitar a discussão, foi colocada uma numeração que não existe no documento original.

<sup>9</sup> Esse não-trabalho implica em atividades outras, sejam elas culturais, ritualísticas ou de vivência.



methods of production and economic relations and so on (Verhelst, 1990, p. 21)<sup>10</sup>.

A pesquisa a ser realizada não terá fôlego, no entanto, para abranger tão vasto material, mas sua complexidade estará sempre presente, nem que indiretamente, na análise. Esse aspecto cultural do manejo comunitário tem suas antíteses nos outros atores envolvidos, materializados em empresários, integrantes de organizações não-governamentais – ONG, pesquisadores, madeireiras, funcionários públicos, antropólogos, os mais diversos participantes da sociedade local.

Para falar de sustentabilidade, é importante salientar o aspecto do intermediário das ações. A maioria da bibliografia consultada vê a necessidade dessa figura. A intermediação do governo parece ser freqüentemente falha, como apontam os problemas relacionados nos itens 9, 10 e 11, além de passar por outros itens, mesmo que indiretamente. Com relação à causa indígena, é notória a ausência da União em várias situações. Um levantamento do ISA mostra que, nos primeiros 35 anos de FUNAI, foram 30 presidentes, o que daria uma média de um, dois anos de mandato cada um (Instituto, 2004). Fato que aponta para a indefinição e falta de projeto político para o assunto. O governo federal, recém-empossado, mostra que repete a não-receita anterior (Peixoto, 2003). Passando mal e parcamente a responsabilidade para a sociedade. É notória, na causa indígena, a influência de organizações não-governamentais, ligadas a fundos internacionais e universidades, além do Conselho Indigenista Missionário – CIMI e de igrejas protestantes de orientação fundamentalista.

Os problemas apontados nos itens 7 e 8 indicam que há necessidade da presença dos empresários. Tais atores, no entanto, mostram uma contradição intrínseca a

---

<sup>10</sup> Por cultura entende-se, portanto, todo aspecto da vida: saber-fazer, tecnologia, conhecimento, usos de comidas e roupas, religiões, mentalidades, valores, línguas, símbolos, comportamentos sócio-políticos e

concepções culturais que influenciam a sua prática. Um pouco dessa dinâmica é detalhada por Randall, quando discute o pensamento dos economistas tradicionais e, evidentemente, de boa parte do empresariado e do governo em geral. A matemática condiciona os problemas do item 6:

Valores de uso futuro devem levar em conta a aversão dos seres humanos a riscos (por exemplo, o risco de que os recursos não estejam disponíveis quando surgir uma demanda futura) e a assimetria entre preservação e alguns tipos de uso (preservação, agora, permite conversão para outros usos, mais tarde, enquanto a conversão de agora elimina a preservação futura). As preocupações encorajam a concepção de vários tipos de valores opcionais, que são ajustes de valor total, para dar conta da aversão ao risco e da irreversibilidade de algumas formas de desenvolvimento (Randall, 1997, p. 276).

A intermediação de outros atores na comercialização com e dos índios já acontece na prática, não só no caso dos Xikrin do Cateté, mas de várias outras etnias e em vários tipos de mercados (Coutinho, 2001), chegando ao ecoturismo e até à internet (Indriunas, 2001). Tal intermediação, no entanto, pode não ser exatamente vantajosa para os índios como no caso de um dos exemplos mais “liberais e questionáveis” de inserção das populações tradicionais: os Cahuila na Califórnia, nos Estados Unidos da América (EUA), que, segundo Barlett *et al.* (2002), mantém cassinos na área indígena.

---

econômicos, métodos indígenas de tomada de decisão e exercício do poder, métodos de produção e relações econômicas etc (tradução do autor).

## 4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

### 4.1 ASPECTOS PRELIMINARES

Tendo em vista os conceitos discutidos, podemos agora mostrar um pouco da metodologia usada para o estudo de caso específico. Antes, no entanto, é preciso fazer uma reflexão sobre a dinâmica da pesquisa de um estudo de caso. Nesta perspectiva, assim que o pesquisador escolhe seu tema ou caso a ser estudado, seu trabalho começa a tomar duas direções: a teórica e a prática. Tal divisão acontece para qualquer cientista, principalmente por questões como sistematização e didática.

No caso específico das ciências sociais, essa perspectiva deve permanecer em constante movimento dialético, mesmo que, como aponta Séve (1986), essa dialética possa ou não se completar. A teoria deve ajudar o pesquisador a entender (ou pelo menos, estar ciente) das diversas abrangências que um mesmo objeto possa ter. É essa dimensão de pluralidade que proporciona diferentes enfoques a um mesmo objeto. As abrangências podem ser históricas, culturais, sociais, econômicas ou políticas. A mescla delas é necessária, tanto quanto o diálogo entre as diversas correntes teóricas, detectando seus pontos convergentes e divergentes<sup>11</sup>. No momento, a discussão é inserida na questão da prática da pesquisa.

Quando o pesquisador vai a campo ou “põe a mão na massa”, acontece uma mudança de seu comportamento. Há os preconceitos que seguem com o pesquisador. Por causa desse fato inevitável, há de incorporar-se um cuidadoso *ver* e *ouvir* como defendem Oliveira (1996) e Yin (1994). Nas palavras de Oliveira, “[...] do momento em que nos sentimos preparados para a investigação empírica, o objeto sobre o qual

---

<sup>11</sup> Os ótimos estudos sobre as convergências e divergências de linhas teóricas estão em obras como a de o Kocka (1977), quando analisa Weber e Marx, ou Séven (1968), quando discute marxismo e estruturalismo.

dirigimos o nosso olhar já foi previamente alterado pelo próprio modo de visualizá-lo” (Oliveira, 1996, p. 15). Essa constatação do autor adverte o pesquisador para os seus preconceitos que, aliás, a própria teoria ajudou a construir. Como alerta Borda (1981), é necessário evitar os “dogmas”. Resta ao pesquisador, encontrar nesse amplo e aberto universo algo que seja metodologicamente mais apropriado para o seu estudo de caso e que o ponha sempre atento para as armadilhas do pensamento e do comportamento.

A pesquisa conduzida tem um grupo extremamente heterogêneo de atores sociais, mas de fácil identificação. Alguns dos aspectos de suas relações serão discutidas nos capítulos 5 e 6, 9 e 10. Cabe aqui, mostrar o modo como foi conduzida a coleta de informações junto às fontes que representam esses atores sociais.

É importante lembrar que o pesquisador não teve nenhum envolvimento com o projeto, o que descarta o método da pesquisa participativa (Borda, 1981; Cardoso, 1986). Além disso, apesar de trabalhar com populações indígenas, o estudo não é antropológico. A fonte antropológica obviamente esteve entre as preocupações do encaminhamento de todas etapas do trabalho de campo. Na prática, a pesquisa desencadeada caracterizou-se por uma discussão institucional com os vários atores, colocando-os num contexto específico que será detalhado nos próximos capítulos. A amarração histórica foi necessária e imprescindível para detalhar o comportamento de cada ator e posicioná-los politicamente. Para tal dimensão, foram feitas entrevistas, colhida documentação e analisadas as bibliografias sugeridas. Também, uma pesquisa de noticiário ligado ao assunto tem sido feita desde 2000, principalmente através de *newsletters* de ONG especializadas<sup>12</sup>.

Como aponta Yin (1994), antes de ir a campo, cabe ao pesquisador tentar antecipar o maior número de problemas que terá para poder responder aos

acontecimentos imponderáveis de qualquer pesquisa. Nesse momento, a intuição deve ajudá-lo a orientar-se. Entre as principais dificuldades e mais óbvias, estão as diferenças culturais e lingüísticas entre o pesquisador e os índios Xikrin do Cateté. Tal fato pode fazer com que se torne superestimada a realidade objetiva. Essa falta de experiência do pesquisador<sup>13</sup> pode, do outro lado, ajudar a evitar o “dogmatismo” que tanto preocupa Borda (1981). Para amenizar o problema da língua, o pesquisador, inicialmente, propôs acompanhar o dia-a-dia de alguns integrantes da tribo, principalmente, os, no momento, que mais se afinam com o projeto *Kaben Djuoi*.

Desse modo, pretendia-se utilizar pelo menos parte dos ensinamentos de *ver e ouvir* de Oliveira (1996). Tal procedimento, no entanto, mostrou-se impossível já na primeira viagem de campo, ocorrida em maio de 2003, quando o impasse atualmente configurado de paralisação das atividades foi constatado. Ter acompanhado o trabalho no período de maior atividade de extração das madeiras (entre agosto e outubro) teria sido valioso em vários aspectos, os quais tiveram que ser minimamente resgatados através das entrevistas. Foram entrevistadas 18 pessoas entre índios, engenheiros florestais, madeireiros, funcionários da Funai, antropólogos e representantes do ISA e CVRD. Obviamente, para cada ator, houve modos de abordagens distintos e métodos diferentes. Mas, primeiro, serão destacados os índios.

Com o projeto parado, foi feita apenas uma curta viagem para a reserva. Os Xikrin não entendiam direito a presença do pesquisador no local, apontando-o, por exemplo, como integrante do ISA ou, outras vezes, perguntando se era madeireiro ou interessado em comprar madeira. Nas aldeias e mesmo em Marabá, as lideranças pouco

---

<sup>12</sup> Especialmente, Amigos da Terra ([www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)) e ISA ([www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org)).

<sup>13</sup> No caso específico, o pesquisador teve o primeiro contato direto com os Xikrin do Cateté e apenas com os líderes em maio de 2003. Com outros grupos indígenas, o pesquisador conhece um pouco da realidade dos Tirió (1998), dos Kayapó da TI Baú (2000) e dos Tembé (2000). Todos os contatos, no entanto, foram feitos para fim de trabalhos jornalísticos.

falaram do projeto, sempre colocando um tom formal nas conversas. Foi possível apenas uma reunião e na aldeia *Djudjekô*. Já no Cateté, apenas Bep-tum e *Bep-Karoti* falavam sobre o assunto. O último, atual presidente da Bep-Noi, permanece a maior parte do tempo em Marabá. Bep-tum, no período do campo, também estava em Marabá. O diálogo mais proveitoso entre os índios, no entanto, aconteceu com o chefe de família que vive na vila de Carajás, longe dos problemas das aldeias e das associações. Vale lembrar que ele teve participação no projeto.

Quanto aos outros atores, pesquisas abertas ou com questões direcionadas foram feitas respeitando algumas diretrizes a serem seguidas, conforme sugere Yin (1994). Um pré-roteiro (Anexo 1) foi elaborado para tentar identificar o melhor procedimento com cada ator. Há de lembrar-se, nesses contatos e durante todo o diálogo entre pesquisador e entrevistados, é importante ter em mente que tipo de linguagem deve ser usada para que se tenha um relativo sucesso, como advertem Borda (1981) e Yin (1994). Por isso, optou-se por variar o uso do gravador, já que se preferiu deixar os entrevistados o mais à vontade possível. É de se salientar, no entanto, que, além da absorção dos métodos caros aos pesquisadores de ciência sociais, foram também utilizados alguns ensinamentos tirados da discussão do fazer jornalístico, principalmente no que diz respeito às entrevistas. “Sua maior comunicação (da entrevista) está diretamente relacionada com a humanização do contato interativo: quando, em um desses raros momentos, ambos – entrevistado e entrevistador – saem ‘alterados’” (Medina, 1986, p. 5). Desse modo, foi tentado, na medida do possível, o “diálogo possível”.

Além do trabalho em campo, foram procuradas outras possíveis fontes de evidências do estudo de caso como detalha Yin (1994). No caso específico, foram consultados arquivos do ISA, FUNAI-Marabá, Empresa Brasileira de Pesquisa

Agropecuária – EMBRAPA-Belém e Procuradoria Geral da República (PGR) em Marabá, além de arquivos pessoais de integrantes do projeto. A bibliografia utilizada está indicada nas referências.

Para maior precisão, indica-se no Quadro 1, o cronograma de trabalho realizado durante o ano de 2003:

Quadro 1: Cronograma das atividades de campo em 2003.

Período	Local	Resumo da atividade
De 8 a 15 de maio	Marabá	Entrevista nas sedes da Associação Bep- Noi, FUNAI e madeireira Brumila
De 6 a 26 de setembro	Marabá e aldeias	Visita às aldeias, entrevistas com as lideranças indígenas, com funcionários das associações, funcionário da CVRD, visita a vila de Carajás, leitura de documentos da FUNAI.
De 15 a 23 de dezembro	São Paulo	Entrevistas com ISA, ex-funcionários do projeto, com proprietário da madeireira.
Diversos períodos	Belém	Entrevistas com antropólogos, pesquisadores da EMBRAPA, pesquisa de documentação.

Fonte: Indriunas, 2003, n. c.

Além das viagens, outras atividades foram executadas em Belém, a exemplo do acompanhamento ao Encontro de Manejo Comunitário e Certificação Florestal na América Latina, acima referido, as quais se encontram implícitos em diversos períodos. Não só as dificuldades de comunicação com os índios ocorreram, mas também foram detectados problemas com a programação do tempo para as entrevistas.

## 4.2 CAMINHOS PARA A ANÁLISE: AS HIPÓTESES

A concepção da metodologia do estudo de caso pode nos ajudar a definir alguns dos caminhos que deveremos seguir. Yin (1994) adverte que o pesquisador deve ter em mente, desde o princípio, qual o modo que tomará corpo, quando da apresentação da pesquisa. Para tal, emprestaremos o conceito de bricolagem, detalhado por Lévi-Strauss (1989). Essa concepção auxilia a formular questões estruturalistas, conforme apontado por Séve<sup>14</sup>.

Longe de dimensões teóricas muito abrangentes, o método também foi usado para melhor definir o caminho que a pesquisa usou em termos práticos e teóricos. Abrangentemente, a dinâmica interétnica proposta por Cardoso de Oliveira se insere nas relações que se discute no trabalho.

É perfeitamente plausível a identificação de um sistema interétnico formado pelas relações entre “duas populações dialeticamente “unificadas” através de interesse diametralmente opostos, ainda que interdependentes, por paradoxal que pareça [...] a mesma correspondência lógica que têm entre si as classes sociais e a sociedade global brasileira (Oliveira, 1978, p. 117).

Acrescentar-se aqui, lembrando a discussão de fronteira econômica do capítulo anterior, que a mesma correspondência tem também as classes sociais e as sociedades transnacionais.

A dialética, nesse caso, é complexa, já que se trabalha com atores sociais diferenciados. É sabido que essas relações resgatam demandas culturais, econômicas, políticas e sociais dos índios. Nessa perspectiva, chega-se a passar, segundo Faulhaber (1994, p. 320), “[...] pelo reconhecimento de distâncias sociais, culturais, e pelo sentimento de pertencer a um lugar identitário referido a lutas políticas comuns”.

---

<sup>14</sup> “[...] toda estrutura é feita de relações de **oposições binárias**, nas quais a relação dos elementos entre si revela a **complementaridade**” (Séve, 1986, p. 107).



Já os aspectos de sustentabilidade devem ser confrontados com discussões econômicas já iniciadas por outros autores. Ascher (1994) sugere um “[...] type of economic risks, risks sharing, joint ventures, diversification, reducing uncertainty and small-scale<sup>15</sup>”. Já Simonian (2000, p. 18) ressalta que “[...] persistem pontos de tensão e conflitos, principalmente no âmbito das políticas e ações públicas que continuam a privilegiar a destruição dos recursos naturais e a concentração da renda”. Tais diretrizes, no entanto, são suficientes para falar dos acontecimentos pertinentes ao plano de manejo. Para tal, também se empresta o detalhamento feito na Declaración de Belém (2003), já discutida no capítulo 2, por entender que o documento formulado por vários atores envolvidos em manejo comunitário pode ser útil para discussão que será proposta nos próximos capítulos.

A dimensão política do projeto também será analisada. Nessa análise usar-se-á como base os objetivos apontados pelo ISA. São eles:

[...] (i) em curto prazo, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena com os agentes econômicos do modelo regional predatório, especialmente as empresas madeireiras interessadas no corte do mogno; (ii) a médio prazo, gerar um volume regular de renda compatível com as demandas indígenas por bens e serviços; e, (iii) a longo prazo, promover a sustentabilidade socioambiental da área Xikrin, difundir o modelo para outras áreas indígenas, especialmente para as demais áreas Kayapó e contribuir para o fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais (Associação, 2001, p. 6; Instituto, 2000).

Enfim, tentando unir dimensões interétnicas com sustentabilidade e política, a pesquisa pretende discutir o caso específico.

Como já apontado anteriormente, o projeto pesquisado acabou sendo paralisado, o que deixou uma série de dúvidas e caminhos para possíveis linhas de interpretação.

Assim, as hipóteses ora levantadas são:

---

<sup>15</sup> Tipo de risco econômico, divisão dos riscos, sociedades, diversificação, redução das incertezas e

- 1) A implantação do projeto só foi possível com a participação de outras instituições. A questão é detectar se houve ou não conflito de interesse entre as partes e se os índios se mostram preparados para a autonomia proposta pelo projeto.
- 2) Há uma clara predominância da madeira no projeto, o que contraria as indicações de autores que defendem a diversificação. Ao que tudo indica, a priorização é escolha dos próprios índios, mas há outras possibilidades de aproveitamento, que teriam que ser detectadas.
- 3) Os objetivos indicados pelo ISA não foram possíveis de serem alcançados, com exceção do primeiro item. A questão é verificar as razões, além de relativizar as intenções dos atores.
- 4) As relações políticas e econômicas dos índios com a CVRD acabam engessando alternativas para o desenvolvimento sustentável comunitário na área.

Todas essas questões estão explícitas ou implicitamente colocadas no trabalho de pesquisa com um todo, seja nas discussões teóricas como nas relativas aos processos socioeconômicos e político-culturais.

## 5 O ÍNDIO E A ECONOMIA DA SOCIEDADE ENVOLVENTE

*Antigamente o Kuben botou a gente para trabalhar na balata (Mimusops globosa). Quando a gente estava acostumando, acabou. Depois veio a seringa e a castanha e foi a mesma coisa. Ensinaram a gente caçar maracajá (Leopardus wiedii) para vender a pele e depois vieram dizer que estava proibido. Agora é a madeira e ouro. Tudo igual! (Depoimento de um líder Kayapó, apud Souza, 2000, p. 3).*

### 5.1 QUESTÕES PRELIMINARES

Desde o tempo de Colombo, índios e brancos na América mantêm relações sociais, baseadas na troca de mercadoria. Nesse ponto, é importante lembrar a clássica imagem do espelho do conquistador para os habitantes do “novo mundo”. Tal troca, no entanto, não necessariamente pode ser considerada troca comercial ou econômica, guardadas as devidas diferenças que tais terminologias preenchem no âmbito da antropologia econômica (Plattner, 1994; Pouillon, 1978). No estudo de caso em questão, o foco principal está nas relações comercial e econômica, que como será visto, serão também influenciadas por questões culturais e/ou políticas.

A inserção comercial dos índios na economia da sociedade envolvente não é uma discussão nova. Ribeiro lembra que a economia já era um dos pontos discutidos pelos políticos brasileiros entre outros princípios de relacionamento interétnico, no século XIX:

São princípios de 1882, que Rondon se reporta:

- 1 – Justiça, não esbulhando mais os índios, pela força, das terras que ainda restam e de que são legítimos Senhores;
- 2 – Brandura, constância e sofrimento de nossa parte, que nos cumpre como usurpadores e cristãos
- 3 – **Abrir comércio com os bárbaros, ainda que seja com perda da nossa parte** [grifo do autor]

- 4 – Procurar com dádivas e admoestações fazer pazes com os índios inimigos  
 5 – Favorecer por todos os meios possíveis os matrimônios entre índios e brancos e mulatos (Ribeiro, 1977, p. 136).

Por certo, há uma vasta literatura, que demonstra que tais relações tiveram muito pouco de justiça e equidade e que também foram poucas as perdas por parte dos brancos, mesmo que, em alguns casos e momentaneamente, a violência indígena derrotasse o branco.

Na ocorrência dessa possibilidade, o branco normalmente vinha de classes sociais à margem da estrutura social vigente. Já as histórias de violência contra os índios são muitas e tratam da apropriação de suas terras, da alienação cultural, matança com doenças levadas por “brancos”, pressão para separação dos grupos etc.. A literatura nesse sentido é extensa. A título de exemplo e levando em conta o objeto da pesquisa, cita-se as obras de Cunha (1998), Davis (1977), Oliveira (1978), Ribeiro (1977), Simonian (1993), Turner (1998), Vidal (1977), entre outras produções acadêmicas.

## 5.2 ALGUMAS CONVERGÊNCIAS KAYAPÓ

Com a intenção de afunilar a discussão em torno do objeto de pesquisa, é importante privilegiar aspectos que podem ser usados no tema escolhido, já que a reação de cada grupo indígena se diversifica, seja a partir de aspectos culturais dos próprios índios seja pela história específica do contato interétnico. Ao falar especificamente dos Kayapó, Turner detecta mudanças das mais variadas, como a seguir:

[...] certas mudanças na organização social acompanharam a intensificação dos contatos e hostilidades externos: a fragmentação de comunidades maiores em comunidades menores e a incapacidade dessas comunidades menores de reproduzir a estrutura de metades das comunidades originais; uma marcada redução da mobilidade dos kayapó, tanto em termos de mudança de localização das aldeias quanto da frequência e duração das caçadas comunitárias e expedições de coleta; um aumento da importância social da família e

dos laços domésticos para os homens adultos, concomitante ao enfraquecimento de seus laços com associações comunitárias resultante da acumulação de propriedade privada em forma de mercadorias brasileiras; conseqüentemente erosão da estrutura da família extensa matriuxorilocal; e a tendência do ritual comunitário a contrabalançar essa tendência centrífuga, adquirindo assim uma nova dimensão em termos de significado social (Turner, 1998, p. 334-335).

Há, no entanto, quem questione parte desses itens. Gordon (2003, correspondência) lembra que as divisões dos grupos Kayapó em pequenos grupos sempre existiram. Um dos mitos de formação do grupo Kayapó, que será mais discutido no próximo capítulo, mostra uma divisão original das tribos entre duas lideranças, processo que ocorreu de modo harmonioso. Entretanto, essa divisão e o modo como ela se deu parecem existir apenas em um passado remoto. Desde que ficaram conhecidos na literatura etnográfica, os Kayapó já se mantinham em grupos separados.

A literatura pesquisada mostra que também entre os Xikrin os grupos sempre tiveram algum tipo de separação ou fragmentação das grandes comunidades. A pesquisa de campo detectou no período atual (2003), a separação burocrática de dois grupos, que começaram a divisão no início da década de 1990 (Giannini, 1996, 1991; Gordon, 2003). Desde agosto de 2003, os Xikrin têm duas instituições jurídicas: a Associação Bep-Noi de Defesa do Povo do Xikrin do Cateté (ABN) e a Associação *Kákárekre* de Defesa do Povo do Xikrin do Djudjê-kô (as inscrições estão nos muros das entradas das respectivas sedes). Mais detalhes sobre o assunto serão discutidos no próximo capítulo e na análise do projeto.

Historicamente, a maior disposição ou não para o contato com os brancos foi freqüentemente uma das razões para separações. Frickel, em 1962, encontrou os Xikrin em uma cisão “[...] motivada pela atitude em relação aos civilizados, ou em termos gerais, em relação aos produtos da civilização” (Frickel, 1963, p. 152). Observe-se

ainda que essa separação, que provocou várias mudanças comportamentais entre os Xikrin, não deixou de ligar as duas aldeias que se formaram. Frickel relata que havia uma troca de mercadoria entre elas. Esse relacionamento dialético dos dois grupos, à época, reforça as idéias de Gordon (2003) de uma divisão histórica, ligada sim às relações com os brancos, mas também cultural entre os grupos Kayapó.

Quanto aos rituais, no caso dos Xikrin há uma semelhança com o que foi apontado por Turner (1998) em outros grupos Kayapó e que foi realçado por Gordon (2003). O exemplo mais acabado da reelaboração do ritual é também um ponto alto da história do projeto *Kaben Djoui*. Giannini (2000) descreve uma festa promovida pelos Xikrin depois da criação da Associação que é emblemática. Alguns vestidos de terno e gravata, outros com coletes da Polícia Federal (PF) ou da FUNAI, o ritual representou diversos atores sociais envolvidos no trabalho. Na ocasião, foi tomado todo o cuidado com a origem dos pertences. A gravata veio de Brasília. Os coletes da FUNAI e da PF foram presentes dos próprios agentes dessas instituições.

A relação entre brancos e Kayapó mostra também uma série de possibilidades de variações de comportamento dos índios na relação interétnica. Vários autores (Gordon, 2003; Souza, 2000, Turner, 1993) identificam que os Kayapó admiram a cultura material e tecnológica dos brancos, mas não os consideram iguais e têm severas críticas quanto ao modo de pensar e agir do branco. Concepções mitológicas podem ter sido reelaboradas nesses anos de contato. Nas palavras de Turner: “[...] se originalmente eles viam sua sociedade como uma criação do tempo mitológico, os Kayapó estão aprendendo a se conceber como agentes de sua própria história” (Turner, 1993, p. 59). Tal premissa, no entanto, deve ser considerada com certa relatividade, pois, como foi identificado antes, apesar da concepção mitológica, esses indígenas já trabalhavam condicionantes políticas internas e externas em tempos antigos e criavam subgrupos.

Essa consciência política pode ter sido reformulada não só quanto à sua relação com o branco, mas também no que diz respeito aos outros povos indígenas, sendo ou não Kayapó. Assim, esta discussão não estaria completamente fechada. De qualquer modo, assim analisa Turner:

O universo é ainda visto como uma série de zonas concêntricas, mas em lugar da antiga concepção – onde a sociedade kayapó ocupava o centro, zonas plenamente humanas, os demais povos indígenas e os brasileiros ocupando posições mais periféricas, e implicitamente “animais”- a nova retórica põe uma totalidade social dividida diametralmente entre os “índios” (os Kayapó e outros povos indígenas), de um lado, e a sociedade brasileira do outro (Turner, 1993, p. 59).

É de se notar, no entanto, que os Kayapó parece ter uma hierarquia também entre os índios de outras etnias.

Essa separação entre índios e brancos pode identificar um certo menosprezo que esse povo tem em relação à sociedade envolvente, como identifica Gordon.

Todavia, ao mesmo tempo que reconhece a capacidade dos brancos de produzir coisas belas, os Xikrin parecem duvidar da capacidade deles de produzir pessoas belas ou de fazerem sua própria sociedade bela. A parte bela do *kuben* parece estar em seus objetos e não nas pessoas. De fato, é recorrente a crítica Xikrin à “falta de parentesco” entre os brancos, à sua incapacidade de partilhar, à sua falta de vergonha, ao seu excessivo apego ao dinheiro (“só vende, não dá”), à forma como são insensíveis aos sentimentos de outros brancos, deixando-os passar fome, por exemplo. Tudo isso faz com que os Xikrin afirmem reiteradamente que o “*kuben* é diferente dos *Mebengokre*” (*kuben natemã*), e que, apesar de deter importantes saberes para produzir diversas coisas (*möja kuni*), o *kuben* tem péssimos modos e uma forma de vida moralmente ruim (*kuben kukràdjà na punure*) (Gordon, 2003, p. 239).

Essa variável tem por base, obviamente, concepções culturais.

Assim, há relatos de outros grupos kayapó, que mostram um tratamento desprezível dos índios em relação aos brancos.

Nos dias em que eles (roceiros brancos) estão fazendo este serviço (capinar a aldeia), pode-se ver alguns Kayapó sentados em cadeiras de alumínio na varanda de suas casas novas, de estilo brasileiro,

jogando displicentemente cascas de banana no pátio e estalando os dedos a chamar um humilde roceiro com seu carrinho de mão para catá-las (Turner, 1993, p. 54).

Tal atitude pode ser obviamente uma repetição do desprezo branco em relação aos índios. É bom lembrar, no entanto, que esse modo de reagir não foi encontrado pelos antropólogos entre os Xikrin.

Mesmo entre os outros Kayapó, estes sentimentos ou reações não são algo uniforme; mais uma vez, noções claras de como agir politicamente com cada ator são identificadas pelos pesquisadores.

Um exemplo disto é a brilhante e sutil administração de imagem levada a cabo pelos kayapó do Gorotire na sua tomada do garimpo Maria Bonita. Nesta ação, eles encenam simultânea e conscientemente quatro papéis: primeiro, o de selvagens ferozes, conforme estereótipos da população local; segundo, o de “bons selvagens” a enfrentar o exército com armas primitivas, conforme os estereótipos da opinião pública esclarecida nacional e internacional; terceiro, um papel que encenam para si mesmos, de uma cultura nativa revivificada, com poderes *sui generis*, em pé de igualdade com a tecnologia bélica da sociedade nacional como os xamãs que secundaram a expedição de guerra com magia; e finalmente, o pelo que encenam ao filmar a ação com seu próprio aparelho de vídeo, e ao enviar seu próprio *press release* aos escritórios da Funai em Brasília, depois que capturaram a pista de pouso do garimpo (Turner, 1993, p. 65).

Essas imagens têm, na verdade, importantes relações de interetnicidade.

No caso dos Xikrin, pelo menos uma dessas diferenças de reação é bem possível de se identificar. Gordon descreve a importância e os cuidados, quando da realização das reuniões anuais com a CVRD:

O ponto alto de todo esse processo é, sem dúvida, a grande reunião de planejamento, envolta em impressionante *mise-en-scène* por parte dos Xikrin. A(s) aldeia (s) se mobiliza(m) e a maior parte dos “guerreiros” se faz presente, junto com chefes e lideranças, formando um “exército” de algumas dezenas de homens. Eles se apresentam pintados e paramentados, com alguns adornos plumários, braceletes, quase sempre portando as “armas de guerra, bordunas, arcos e flechas. Reúnem-se no ngâbê à espera dos brancos, à espera dos bárbaros (Gordon, 2002, p. 161).



Sem dúvida, tem-se aí uma expressão ritualística.

O autor conclui, então, que os Xikrin estariam revivendo o estado *djàkre* dos seus tempos de “guerreiros”. Antes de continuar a análise, é importante situar o que significa esse estado. A dualidade da sociedade Kayapó sugere dois estados diferenciados, mas complementares.

Ambos estados, *djàkrê* e *djuabô*, possuem dois aspectos ou potencialidades: um positivo, produtivo e criativo; outro negativo e destrutivo. A vida, portanto, depende de um equilíbrio entre esses dois estados ou qualidades. Por isso mesmo, elas podem ser igualmente distribuídas entre as pessoas Xikrin (cf. Fischer 2001: 121). Mulheres, no geral, devem ser mais *djuabô*; homens, mais *djàkrê*; chefes precisam ser *dajákrê*, mas devem ao mesmo tempo exercer a generosidade; e assim por diante (Gordon, 2002, p. 167).

Não é a intenção do trabalho, mas é inevitável lembrar de Capra (1982) e sua discussão sobre dualidade Yin-Yang.

O estado *djàkrê* é materializado, por exemplo, nas negociações com a Vale, quando a pintura corporal e o carregar armas são parte do modo em que se apresentam.

Tal estado acaba provocando uma reação de receio em relação aos índios.

O tornar-se *djàkrê* implicaria, como disse, recolocar o *kuben* na posição de estranho, ‘externo’, e isso se faz também pela predação, ou mais especificamente, por uma espécie de roubo. Não por acaso, muitas vezes, os representantes da CVRD consideram-se “coagidos” em sua relação com os índios. Um dos altos encarregados pelo Convênio confidenciou-me que havia desistido de participar das reuniões, porque se sentia constantemente ‘assaltado’ pelos Xikrin (Gordon, 2002, p. 172).

O autor, no entanto, é cuidadoso ao mostrar que esse estado *djàkrê*, que faz parte até do modo como os Kayapó são vistos pela imprensa em geral, não é apenas uma “teatralização maquiavélica”:

Ao contrário, sugiro que tais eventos políticos, em que os Xikrin apresentam-se em seu aspecto *djàkrê*, são momentos em que as coisas aparecem como elas ‘são’, ou como, pelo menos, devem ser, do ponto de vista Xikrin; isto é, onde se ressalta que *Mebêngôkre* é *Mebêngôkre* e *kuben* é *kuben*, e que essa relação se constitui de certa maneira pelo sentido da ação: um é o agente da predação, o outro seu

objeto. Ainda que, ponto importante, só se faça do *kube* objeto da predação porque nele se reconhecem determinadas capacidades diferenciais, distintivas, belas (*mejx*) e poderosos (*àkrê*) que os Xikrin desejam apropriar (Gordon, 2003, p. 168).

De qualquer modo, a relação de troca exige, necessariamente, uma relação interétnica dos índios com a sociedade envolvente. Antes de entrar nos aspectos internos dos Xikrin na atualidade, principalmente o consumismo, é importante discutir o que aparentemente rege as relações com os outros atores envolvidos na vida política dos Xikrin, quais sejam o ISA, madeireiras, CVRD, FUNAI e comércio local.

### **5.3 OS XIKRIN E A SOCIEDADE QUE OS ENVOLVE**

A partir dessa parte, e nas que seguem em outros capítulos, serão detalhadas as relações primeiro entre os atores e os Xikrin. Posteriormente, será feito o mesmo entre os atores e o projeto (capítulo 8, 9). A primeira discussão envolve a CVRD e o projeto Carajás.

#### **5.3.1 A VALE DO RIO DOCE**

Diferente dos outros grupos Kayapó, que tiveram suas riquezas minerais transformadas em alvo de garimpeiros e pequenas mineradoras, os Xikrin do Cateté têm uma relação política e econômica com uma gigante multinacional do setor, a maior exportadora brasileira, a CVRD. A primeira e principal razão é a proximidade geográfica, antes já detalhada. A respeito, vários autores destacaram o interesse da companhia em manter boas relações com os índios, já que a empresa utiliza-se deles e

das reservas ambientais do entorno do seu território para se proteger de grupos mais ameaçadores para a integridade de suas áreas de exploração como os garimpeiros e os sem-terra, extremamente atuantes no sul do Pará. Nesta direção, “a CVRD tem logrado assegurar a “ordem” através do afastamento dos grileiros, madeireiros, mas também dos ex-garimpeiros, antigos extrativistas da flora e fauna, e sobretudo dos posseiros e sem-terra” (Coelho, 1997, p. 333).

Claro, essa constatação não é a única e nem a completa razão para benefícios nessas áreas. Dentro desses interesses estão, na verdade, obrigações acordadas como o requisito do financiamento do Banco Mundial ao Programa Carajás, a título de compensação, que começou a vigorar em 1982, através do convênio 059/82, de 25 de junho de 1982, com a FUNAI. A CVRD deve assistir aos índios do entorno da mina de Carajás e da ferrovia Carajás que liga o pólo explorador com o porto de Itaqui, em São Luís:

Existem cerca de 15 diferentes grupos indígenas, totalizando 13.000 indivíduos, localizados em 27 territórios tribais na área de influência direta do projeto de minério de ferro de Carajás, isto é, em um raio de 100 km da mina e da estrada de ferro (Treece, 1987). Um acordo no valor de US\$ 13,6 milhões, com apoio do Banco Mundial, foi assinado pela CVRD e a FUNAI em 1982, a fim de prover 23 desses grupos com apoio para demarcação de suas terras e desenvolvimento a longo prazo. Treze áreas foram incluídas no acordo inicial, seguido por outras dez em 1984 e 1985 (Ferraz, 1986; Ferraz, Ladeira, 1988) (Hall, 1991, p. 104).

Atualmente, a Vale assiste a 2.994 índios de seis etnias (Xikrin, Gaviões, Suruí do Sororó, Guajajara, Awá Guajá e Urubu Kaa’por), todos localizados na área de influência da empresa no Pará e Maranhão. Conforme a CVRD (2003, correspondência), são gastos também R\$ 400 mil na proteção de 726.548 hectares em quatro unidades de conservação: FLONAS Carajás e Tapirapé-aquiri, Reserva Biológica (REBIO) do Tapirapé e Área de Proteção Ambiental (APA) do Igarapé.

Os Xikrin e Gaviões recebem a assistência que “[...] abrange saúde, educação, atividades produtivas, vigilância das reservas e infra-estrutura. Para os Suruí e índios do Maranhão, o apoio financeiro é para projetos estruturantes em produção de alimentos para consumo e geração de renda” (CVRD, correspondência, 2003). Precisamente, em relação aos Xikrin o convênio número 453/89-FUNAI, de 31/07/1989, com base na resolução 0331 do Senado Federal (Brasil. Senado, 1986, p. 018561) é o que tem vigorado e não tem prazo determinado para terminar. É a partir desse convênio que a Verba Mensal (VM), que será detalhada adiante, entrou em vigor.

Os benefícios citados, contudo, podem nem sempre estar assegurados. Vidal já advertia que, “[...] apesar de ter havido um fator positivo com relação às demarcações de terra e à saúde por parte do Projeto Ferro Carajás, esses avanços correm o risco de serem inutilizados por falta de continuidade do projeto de apoio” (Vidal, 1989, p. 512). Detalhe importante: a autora escreve exatamente no período quando a CVRD cessou o convênio com os Xikrin e começaram os primeiros contratos ilegais com madeireiros na área. Segundo a empresa, os convênios com os Xikrin e Gaviões não tem tempo determinado para acabar. Além desses benefícios, os Xikrin do Cateté recebem uma verba para a manutenção das suas associações e uma ajuda em dinheiro a título de VM entregue diretamente às lideranças. De acordo com a correspondência da empresa, eles são o único grupo a receber essa verba.

Há outras diferenças nos vários acordos com as populações indígenas que vivem no entorno do projeto Carajás. Enquanto os Xikrin e Gaviões têm acordos por tempo ilimitado, os Suruí e os índios do Maranhão assinaram acordos de cooperação para 5 anos com valores restritos a R\$ 300 mil por ano para os Suruí e R\$ 500 mil anuais para os índios do Maranhão (CVRD, correspondência, 2003). Mas, mesmo mostrando uma

disposição para assistir as populações tradicionais ou indígenas, a Vale acaba por trabalhar com contradições na sua política:

[...] a CVRD parece como signatária de um acordo, cujo objetivo ostensivo consiste em proteger os grupos indígenas localizados na área do projeto Carajás. Por um lado, a companhia está supervisionando a aplicação do Programa de Apoio aos Índios e, por outro, juntou-se a outras empresas na invasão das terras indígenas em busca de minerais (Hall, 1991, p.105-106).

No caso dos Xikrin do Cateté, em 1981, a CVRD, em nome de 18 subsidiárias da empresa, requereu ao governo federal 51 lotes para pesquisa mineral num total de 450 mil hectares, incidentes na TI.

De qualquer modo, o tratamento dispensado aos povos indígenas e às Unidades de Conservação pela Vale tem um componente de *marketing* institucional, que lhe garante certa propaganda positiva. Por exemplo, durante a polêmica entre o jornal O Liberal e a empresa, que vem acontecendo há mais de dois anos, a Vale colocou *outdoors* em Marabá, onde faz propaganda do seu tratamento com relação às FLONAS. Vale ressaltar que as minas de Carajás foram as primeiras a receberem no mundo o certificado ISO 14000 em 1998, que pressupõe vários cuidados ambientais. Segundo Moreira (2003), atualmente, no Brasil, 12 empresas têm esse selo.

De outro lado, os próprios Xikrin utilizam a CVRD como força para pressão e barganha. Afinal, em pelo menos quatro ocasiões, áreas do pólo Carajás foram interditadas pelos Xikrin nos últimos anos. O levantamento de campo feito para essa pesquisa mostra algumas diferenças interessantes entre as manifestações então ocorridas nas dependências da empresa. Em 1993, a manifestação foi na área da vila de Carajás, então, houve casos de embriaguês e agressão entre índios e moradores. Em 1998 e 1999, eles fecharam estradas de escoamento de produção da Vale. Em 2002, foi a vez de fechar Salobo, o mais recente projeto da empresa. Os três primeiros casos foram por

questões ligadas à madeira e serão discutidos posteriormente. O último foi a reivindicação da quitação das dívidas dos índios junto ao comércio local, que seria de R\$ 400.000,00 (Liberal, 2002), valor aproximadamente igual ao convênio de um ano com a empresa<sup>16</sup>. Esta, segundo entrevista de campo, acabou desembolsando R\$ 1,200.000,00 para quitar os compromissos Xikrin.

Os Xikrin vêem a Vale como fonte abundante de recursos. É muito comum, para quem já viveu com os Xikrin, ouvir declarações como: “[...] a Vale tem muito piôkarpin (dinheiro), a Vale é rica, isso que nós pedimos não é nada para a Vale” (Gordon, 2003, p. 159). Nesse sentido, um levantamento feito por Gordon mostra um aumento exponencial das verbas da Vale para os Xikrin:

Quadro 2: Valores dos repasses da CVRD a ABN.

Ano	Valor do repasse (R\$)
1994	782.630,57
1995	1.266.828,29
1996	827.640,78
1997	718.174,36
1998	671.757,32
1999	1.117.266,59
2000	1.518.366,00
2001	2.005.654,00

Fonte: Gordon, 2003, p. 151.

<sup>16</sup> Com base no dólar a R\$ 3,50 (cotação que a moeda alcançou em 2002), seria US\$ 9.000 x R\$ 3,50 = R\$ 378.000,00.

Esse crescimento continuou num exponencial ainda mais acentuado. Apenas como exemplo, o orçamento para os meses de maio a dezembro de 2003, para as duas atuais associações existentes, soma R\$ 2.948.763,51.

Estouros nos orçamentos solicitados à CVRD são comuns. O caso da coleta de castanha é paradigmático. “O investimento para as atividades de safra 1999/2000, por exemplo, foi orçado em R\$ 24 mil (para as duas aldeias), mas o custo real acabou sendo R\$ 163 mil – para uma receita total de cerca de R\$ 60 mil, depois comercializada toda a castanha coletadas pelos índios” (Gordon, 2003, p.19). Este tipo de história se repete também entre outros Kayapó e outras empresas, como o caso, documento por Morello (2002)<sup>17</sup>, da Body Shop e os índios do A’Ukre.

Não se sabe exatamente quanto tempo vai durar o projeto Carajás, pois as previsões futurísticas, que circulam na imprensa, giram em torno de 400 anos. Estudos sobre a exaustão das reservas minerais da região mostram, no entanto, que a vida útil do minério vem caindo ao longo dos anos, decorrente de avanços tecnológicos e exaustão das minas já utilizadas. “Entre 1986 e 1998, o período de vida útil do minério de ferro diminuiu em 168 anos, passando de 264 anos, em 1986, para 96 anos, em 1998” (Diaz, 1999, p. 114). Assim, é difícil fazer uma previsão concreta do tempo de exploração, mas não é difícil entender que as previsões podem ser revistas. Como os Xikrin e demais indígenas assistidos pela CVRD irão reagir à redução de orçamentos e, num futuro distante, ao fim dos convênios é uma pergunta que ainda é irrespondível.

---

<sup>17</sup> “I was informed about a specific occasion and amount of money that vanished into the hands of one of local leaders who was responsible for depositing the money (from Body Shop project) into a bank account. Instead of this, he had spent the resources in a frivolous way, living for more than a month with his family in a hotel in Redenção, hiring a taxi, eating in expensive restaurants and so on” (Morsello, 2002, p. 130). “Eu fui informada de uma ocasião específica e uma quantia de dinheiro que foi dispensada pelas mãos de uma das lideranças locais responsáveis por depositar o dinheiro (oriundo do projeto *Body Shop*) na conta do banco. Apesar disso, ele gastou os recursos de modo frívolo, morando mais de um mês com a família

De qualquer modo, a empresa tem se mostrado preocupada com o consumo desenfreado entre os índios, como mostra parte da correspondência a seguir:

A Vale do Rio Doce está preocupada com o futuro das comunidades Xikrin e Gaviões pelo excesso de demanda por recursos, bem como pela forma como estão utilizando esses recursos. A empresa tem tentado conter as demandas indevidas mas não tem logrado êxito. As entidades responsáveis em evitar e/ou coibir os abusos têm sido pouco eficazes nas ações. Isso criou um estado de impunidade que incentiva as ações hostis dos índios contra a empresa para conseguir mais e mais recursos que são gastos de forma desordenada, com sérios prejuízos à qualidade de vida desses povos indígenas no longo prazo” (CVRD, 2003, correspondência).

As atitudes dos Xikrin serão discutidas com mais detalhe no capítulo sobre estrutura social e consumo de objetos que vêm a seguir.

Aqui, é preciso explicitar um pouco mais sobre a VM. Esse benefício foi instituído em 1989, como uma forma de manter as lideranças afastadas da negociação com madeireiros. O valor da primeira VM (de 1998) seria o equivalente a R\$ 15.000,00 (valores de 2002). O que se constatou, no entanto, é um aumento ainda maior dessa verba que, em 2003, era de R\$ 55.000,00 para o Cateté e R\$ 25.000,00 para o *Djudjekô*. A distribuição desse montante é dividida entre as lideranças e seus grupos.

De qualquer modo, é interessante verificar que não há um número fechado sobre o quanto é gasto com os Xikrin e pelos Xikrin. No próximo capítulo, discute-se mais um pouco esse número. Nas conclusões, serão detalhadas as estimativas. Passa-se agora, para outro agente social: o ISA.

### 5.3.2 O INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

---

em um hotel de Redenção, alugando táxi, comendo em restaurantes caros etc.” (Morsello, 2002, p. 130) (tradução do autor).



Institucionalmente, o ISA (fundado em 1995) substituiu o Centro Ecumênico de Documentação e Informação – CEDI / Núcleo de Direitos Indígenas – NDI nas relações com os índios quando começaram a discutir o processo de reversão do modelo predatório de extração de madeira na área. Assim, o início da história do projeto *Kaben Djuoi* se deu pela demanda dos próprios índios (Giannini, 2002, 2000). As relações institucionais foram delineadas por vários profissionais de perfis diversos da ONG como antropólogos, engenheiros florestais e advogados.

Segue abaixo um resumo das atividades dessa ONG no projeto:

A execução e implementação da proposta de manejo florestal se transformou em infinitas "negociações" comerciais, financeiras, políticas e administrativas. Sendo assim, a proposta de trabalho do ISA objetivou superar os fatores apontados de forma a garantir que o manejo socioambiental fosse implantado de fato. A participação do ISA no Projeto Xikrin resume-se ao seguinte:

**Aporte de recursos financeiros** - para tal, o ISA vem desde 1991 apresentando propostas em diferentes instituições financeiras, possibilitando assim a continuidade dos trabalhos desenvolvidos na área e o apoio institucional para o gerenciamento do Projeto Xikrin.

**Assessoria técnica** - abrangendo a área social, econômica, administrativa, de engenharia florestal e de cartografia.

a. **Área social:** interlocução e mediação qualificada de antropólogo com os Xikrin e com as diferentes instituições envolvidas no processo; assessoria na constituição da Associação Bep-Noi;

b. **Área de engenharia florestal:** diagnóstico florestal; inventário para a produção madeireira e castanha-do-pará; estudos de pedologia e geomorfologia; zoneamento da terra indígena; censo florestal; danos ambientais causados por ações predatórias de madeireiros; elaboração do Plano de Manejo Florestal; elaboração do Plano de Exploração madeireira do primeiro compartimento; encaminhamentos dos requerimentos para a autorização de exploração concedida pelo Ibama; treinamento em exploração de baixo impacto; pesquisa na área de regeneração da espécie mogno.

c. **Área econômica:** estudo de viabilidade econômico-financeira do empreendimento florestal para os produtos madeireiros e da castanha-do-pará; estudo de mercado das diversas espécies de madeira oriundas do manejo florestal; definição de capital de giro; definição de parceiros locais para a exploração e beneficiamento da madeira; certificação florestal e da cadeia de custódia (FSC); apoio na comercialização por meio da definição dos possíveis compradores.

d. **Área jurídica:** proposta e acompanhamento da Ação Civil Pública contra os danos causados por atividades ilegais de madeiras na área indígena Xikrin e que tramita na Justiça Federal em Brasília desde 1993; realização de reuniões com a Assessoria Jurídica do Ibama (22/10/98) e do Ministério do Meio Ambiente (23/10/98) para tratar dos aspectos jurídicos relacionados à implementação do Plano de Manejo, principalmente no que diz respeito ao atendimento de todas as exigências da legislação ambiental e indigenista. Em jogo, a revisão dos instrumentos disponíveis na legislação para autorizar o corte e a venda da madeira de terras indígenas; assessoria na elaboração do convênio de prestação de serviço assinado com a Vale do Rio Doce para conduzir as atividades necessárias no sentido de implementar o Plano de Manejo da Área Xikrin. Os aspectos ligados à contratação dos diversos serviços a ser gerenciados pelo ISA foram cuidadosamente abordados nesse documento, já que envolvia recursos públicos e doações internacionais; elaboração dos termos de fidedignidade (confiabilidade das informações fornecidas para realizar os serviços prestados) para ser assinados pelos técnicos que irão executar os serviços requeridos na implantação do Plano de Manejo Xikrin.

e. **Área de cartografia:** aquisição e análise da imagem satélite de 1992 e 1998 para o Projeto Xikrin; elaboração dos mapas de hidrografia, relevo, pedologia, geomorfologia; plotagem dos castanhais, das unidades de inventário florestal; interpretação visual da situação das estradas que cortam a Terra indígena dos Xikrin do Cateté, para subsidiar os trabalhos de campo no momento da exploração da madeira e na definição de uma nova estrada que ligará diretamente as aldeias e projeto de manejo à PA 279; elaboração dos mapas de zoneamento da terra Indígena com base em dados de campo. Foi feito o cruzamento dos temas: solo, geomorfologia, cobertura florestal, ocupação e utilização antrópica, potencial de produção madeireira, produzindo um mapa com cinco classes de zoneamento: zona de proteção, zona de reabilitação, zona de subsistência e uso comunitário, zona de uso comercial e zona de proteção especial; mapas das unidades de exploração onde consta a identificação de todas as espécies madeiras levantadas e plaqueadas durante o censo, as parcelas permanentes, as estradas de acesso e carregadores e os pátios para depósito das toras.

f. **Área administrativa:** apoio na gestão política da Associação Bep-Noi; apoio na definição e elaboração dos contratos feitos pela Associação Bep-Noi; apoio na formação escolar básica do quadro administrativo da Associação Bep-Noi; início de capacitação administrativa do quadro da Associação Bep-Noi (ISA, 2000).

É por intermédio da área jurídica do ISA, que se instala o primeiro processo contra a exploração de madeira em área Xikrin.

Como visto, foi também papel desse Instituto administrar aspectos técnicos e comerciais do projeto, que, no entanto, nem sempre funcionaram bem. Nas palavras de um dos profissionais dessa ONG:

Na primeira colheita, retiramos praticamente só mogno, pois tínhamos que mostrar a viabilidade do projeto, mas quem bancou os custos foi a Vale. Na segunda, no ano passado, estávamos conseguindo bancar, mas a queda do mercado internacional, provocada pelos atentados nos EUA, fez com que precisássemos novamente de financiamento da Vale para cobrir os custos e remunerar os índios. Afinal, como explicar para eles que saíram 150 caminhões de toras e eles ainda estavam devendo? Se para mim é difícil entender, imagine para os índios!", conta Mendonça (Campanili, 2002).

Gordon, que também trabalhou para essa organização, lembra que o papel do ISA tem semelhanças com as ações do padre Caron, há mais de três décadas, religioso cujo trabalho foi comentado por autores como Vidal (1977) e Turner (1998). “Os Xikrin, já frustados com tantas mortes e com a dificuldade em negociar com os brancos (mas entendendo também que já não mais cabia retornar ao esquema guerreiro), aceitaram a colaboração de Caron, a quem enxergaram como um diligente *wajangá* (Pajé)” (Gordon, 2003, p. 112). O religioso trabalhava como intermediário das comercializações, inclusive, na compra de mercadorias distribuídas de modo quase igualitário entre os membros da comunidade. A repartição igualitária dos lucros do projeto também foi um dos trabalhos do ISA. Houve, na verdade, três extrações de madeira e, pelo menos em uma (a segunda), houve uma repartição justa dos lucros. Maiores detalhes serão discutidos em capítulos posteriores.

O autor também fala em semelhanças notáveis entre os dois trabalhos. Infelizmente, por falta de tempo e porque o campo foi feito em época diferente, não pude ampliar essa noção. Além do mais, o último capítulo (mas nunca o final) mostra um distanciamento das relações com a ONG, que tem como marco a carta de

desligamento do ISA do projeto *Kaben Djoui* (Anexo 2). Esta parte da história também será discutida mais adiante.

### 5.3.3 A FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO

O primeiro posto da FUNAI na TI Xikrin do Cateté foi instalado em 1973, cerca de dois anos depois da saída do missionário Caron:

De 1973 a 1984 houve seis mudanças de chefia do Posto. De um modo geral, todos os responsáveis pelo Posto, apesar das dificuldades, do isolamento e abandono em certas épocas por parte da FUNAI, sempre se preocuparam com a saúde dos índios e não interferiam indevidamente na vida da comunidade, segundo avaliação da antropóloga Lux Vidal (Centro, 1985, p. 398).

Então, houve um período de preocupação com o auto-sustento das aldeias por parte Da Fundação. Afinal, antes da assinatura do convênio com a Vale, a FUNAI era a responsável pelas compras dos índios. O que se viu, no mínimo, foi mau uso do dinheiro público.

Após a criação do posto da Funai, em 1973, os Xikrin viveram novas experiências com o extrativismo da castanha-do-pará. Em 1975, sob orientação e tutela da Funai, os Xikrin "fizeram a castanha" e não ganharam nada devido ao baixo preço obtido. Na safra de 1977, com a ajuda do chefe de posto, Fred Spati, os Xikrin conseguiram pela primeira vez, e devido à alta dos preços, uma compensação financeira. A partir de 1987, por falta de estímulo e compensação financeira, os Xikrin abandonaram o extrativismo da castanha (Instituto, 2000).

Na década que tem início em 1980, o órgão também foi responsável pela ajuda na extração da castanha. Até hoje, um funcionário da FUNAI auxilia nas negociações dos Xikrin com a Empresa Mutran, que compra essa produção. Desde 1999, o controle do dinheiro da associação não é feito mais pela FUNAI.

Em setembro de 1999, entretanto, a CVRD/Departamento de Meio Ambiente (Venâncio) altera os repasses dos recursos da CVRD destinados aos Xikrin, transferindo-os da FUNAI para a ABN. A idéia dessa alteração era desburocratizar o processo de compras e execução

de gastos, pois a ABN, enquanto organização não governamental não precisaria obedecer a todos os ritos e procedimentos burocráticos pelos quais tinham que passar a FUNAI, como órgão público que é. Além disso, acreditava-se que alocando os recursos dos Xikrin em uma organização deles próprios, seria mais garantido que esses recursos não tivessem que cobrir gastos com outros povos ou destinos (Souza, 2002, p. 39).

Quanto à madeira ilegal, a relação com a FUNAI também fez parte do processo. O primeiro contrato, de 1985, foi com interveniência da instituição (Souza, 2002). Posteriormente, funcionários da Fundação se mobilizaram contra a exploração predatória, unindo-se ao CEDI e NDI.

Um certo desmantelamento da FUNAI com as novas políticas para a saúde e educação, que se utilizam outros órgãos federais e/ou estaduais, também teriam deixado um pouco à parte as relações da FUNAI local com os Xikrin. Atualmente, com a divisão das aldeias, a Fundação mantém dois postos separados dentro da TI. Os dois chefes de posto trabalham há vários anos na área. De um modo geral, a instituição tem uma presença passiva na área: nem no projeto *Kaben Djuoi*, nem nas discussões com a CVRD, há participação efetiva. A fiscalização ao projeto teria acontecido apenas uma vez, já na etapa final. A criação das associações foi apoiada pela administração local. A Bep-Noi ficou no terreno da instituição até 2002. Em 2003, foi a vez da nova associação, *Kákárekre*. Quando se discutir o projeto, será detalhada a relação do órgão com o manejo de madeira.

#### 5.3.4 AS MADEIREIRAS

Quanto às madeireiras, é importante fazer um resgate sobre a história dessas empresas entre os Kayapó. Como já visto, a região desses indígenas, principalmente dos que vivem na grande área que liga o sudoeste do Pará ao norte do Mato Grosso, é um dos poucos fragmentos do cinturão do mogno. O alto preço do mogno no mercado

internacional (Greenpeace, 2001; Grogan *et al.*, 2002; Scholz, 2000)<sup>18</sup> acabou atraindo madeireiros atrás do lucro fácil, chamados pela imprensa e por ONG como o Greenpeace de “reis do mogno”. No caso dos Xikrin, alguns desses madeireiros, acusados de extrair 30 mil metros cúbicos de madeira na reserva, chegaram a fechar contratos com parte do grupo. Entre eles, estava o madeireiro Osmar Ferreira, um dos “reis do mogno”. O grupo acabou sendo preso em flagrante e respondeu judicialmente pelo crime em 1993. Na prática, os Xikrin passaram de 1985 a 1993, negociando com madeireiros. A comunidade apresentou várias reclamações como o não-cumprimento dos contratos pelos madeireiros ou o simples endividamento das lideranças.

A importância política dessa relação, no entanto, existe e é explicitada por alguns autores em outros grupos Kayapó. “Foi com o dinheiro do ouro e da madeira que os Kayapó, em muitas ocasiões, enviaram sua delegação de mais de cem índios na caríssima viagem de 1.000 km até Brasília” (Posey, 1994, p. 346)<sup>19</sup>. Internamente, as relações políticas muitas vezes eram amarradas. Há casos em que lideranças do Cateté e *Djudjekô* se revezavam e se resguardavam nos contratos com esses madeireiros. O pai de um assinava os contratos com o filho do outro e vice-versa. Essa lógica, no entanto, não foi constante, tanto que houve a denúncia vinda da própria aldeia. O problema com as madeireiras arrefeceu com os novos convênios com a CVRD (o que incluiu a VM), o relacionamento com o ISA e as iniciativas que culminariam com o projeto *Kaben Djuoi*.

Apesar dos “sacos de dinheiro” e das regalias que algumas lideranças tiveram com os contratos ilegais, madeireiros com os índios em geral apresentam

---

<sup>18</sup> Na literatura consultada, há pelo menos dois valores máximos para o mogno em 2001, US\$ 1.200,00 por m<sup>3</sup> (Grogan *et al.*, 2002) e US\$ 1.600 por metro cúbico (Greenpeace, 2001).

<sup>19</sup> Nem sempre os Xikrin participaram desse fluxo, já que eles têm uma história de relações institucionais diferenciadas.

intermediações com contornos de desconfiança. Um exemplo disso foi o avião que a aldeia Cateté (então única) recebeu de um madeireiro. De acordo com Giannini (2003, entrevista), na verdade, com a intermediação de antropólogos, os índios puderam ter acesso à documentação da aeronave que, no entanto, nunca passou para o nome dos índios.

Quanto ao valor do metro cúbico vendido, os contratos ilegais mostram o total de R\$ 50,00 o m<sup>3</sup> da tora. Segundo cálculos do CEDI, em 1989, os índios “[...] doaram 50% do mogno da reserva ‘a madeireira, a título de compensá-la pelos gastos com a retirada e venderam 50% restantes a US\$ 3,30/m<sup>3</sup>” (Centro, 1991, p. 313). Com essa matemática, a exploração dos recursos indígenas é explícita.

Para o projeto *Kaben Djoui*, o ISA procurou a Brumila, considerada uma madeireira confiável. A empresa, no entanto, não foi a única a se candidatar. A própria Peracchi teria se interessado em trabalhar para o projeto, mas para a ONG tal ligação legal era impossível, exatamente por causa de disputas judiciais com a empresa. A Brumila sempre trabalhou no beneficiamento de madeira, comprando de terceiros. Empresa de pequeno porte, seus clientes estão principalmente nos EUA e Europa. Suas atividades, no entanto, têm se limitado atualmente (2003), a um contêiner por ano para exportação.

Outra parceria necessária para o projeto foi estabelecida com a empresa de exploração de madeira. O primeiro lote foi feito por uma empresa contratada pela Vale. Com uma série de problemas, o ISA procurou novos parceiros.

Em fevereiro de 2001, a equipe do ISA passou a se articular para viabilizar a contratação de uma empresa madeireira com experiência no ramo florestal. O primeiro passo foi a elaboração de um termo de referência detalhando as operações a serem executadas, procuramos interessados nos municípios de Xinguara, água Azul, Ourilândia do

Norte e Marabá, também colocamos um anúncio dos serviços em dois jornais de circulação em Marabá, tudo com objetivo de pesquisarmos preços, mas tivemos pouco (Instituto, 2002, p. 10).

A contratada foi a Mata Terraplanagem, de Tucumã, que já havia feito outros trabalhos no local, tendo experiência em exploração madeireira predatória. Antes mesmo do trabalho, a empresa foi capacitada com cursos da Tropical Forest Foundation – FFT. A parceria foi avaliada como positiva pelo ISA.

### 5.3.5 O COMÉRCIO LOCAL

O consumismo Xikrin, que será detalhado a seguir, estabelece também uma relação dialética com o comércio do sul do Pará (especificamente em Marabá, Carajás, Parauapebas e Água Azul). Tratou-se do caso da última manifestação Xikrin (de 2002), cuja questão era as cobranças do comércio local. Em curto período, eles passaram de R\$ 400 mil para R\$ 1,2 milhão, segundo funcionários da Vale.

Essa relação dialética já havia sido detectada por Gordon.

O dono do estabelecimento eventualmente vai bater às portas da Funai (e mais recentemente da ABN) para reclamar, desta feita tratando diretamente com os funcionários brancos, e cobrar a dívida. Porém, muitas vezes, esses são potencialmente os momentos de “contra-predação” dos brancos, pois vários comerciantes bem podem aparecer com dívidas inexistentes, notas e faturas falsificadas e superfaturadas, que a ABN acaba absorvendo, renovando o ciclo, já que os Xikrin, no fim das contas, irão cobrar da CVRD (Gordon, 2003, p. 174).

Atualmente, com a criação da outra associação essa relação prevalece. Preocupados com essa situação, CVRD e funcionários da ABN se uniram à PGR, em Marabá, para trabalhar uma solução de controle dos gastos.

No campo, foi possível ouvir a cerca do assunto na aldeia. Por desconhecimento da língua, foi possível apenas detectar o tema, porém quando perguntou sobre a



temática diretamente para as lideranças, elas não quiseram falar. De qualquer modo, os problemas com gastos e a relação com o comércio local puderam ser detectados durante o trabalho de campo. Exemplar nesse sentido foi a situação em que um índio jovem explicava para o administrador da ABN, como gastou R\$ 150,00 para comprar uma camiseta e uma pequena mochila

Esse sistema de predação dos brancos sobre os Xikrin já existia antes. No período em que madeireiros entraram ilegalmente nas TIs, os pagamentos se reduziam a pequenos valores, já que deveriam ser deduzidas as dívidas com o comércio local. A posição da CVRD sobre esse problema já foi brevemente descrita e será ainda retomada mais adiante.

## 6 CONSUMO E ESTRUTURA SOCIAL

### 6.1 ENTRE OS KAYAPÓ

Uma parte dos pesquisadores que tem se deparado com os Kayapó mais recentemente vem discutindo, de um modo ou outra, a questão do consumo entre os índios (Fisher, 1991; Gordon, 2003; Morsello, 2002; Souza, 2000; Turner, 1993, 1998). Uma breve visita a qualquer aldeia da etnia mostra a presença constante de objetos industrializados: de bicicletas a vestidos, de relógios a celulares. Obviamente, como será mostrado adiante, o grau de consumo varia de intensidade entre as várias comunidades kayapó. É interessante notar que, em alguns casos como o dos Xikrin do Bacajá estudado por Fischer (1991), é possível listar os objetos de cada casa. Morsello (2002) na aldeia A'Ukre optou por examinar o fluxo das aeronaves e o fluxo de objetos durante um determinado período. Já para Gordon (2003), não era possível listar os objetos sistematicamente por causa da grande rotatividade de mercadorias, mas o autor apresenta pelo menos um exemplo de lista de compra de mês.

Por certo, essa é mais uma constatação da posição “privilegiada” que os Xikrin têm como detentores de objetos e recursos, graças, em boa parte, ao convênio com a CVRD. Também é possível constatar a supremacia das lideranças como consumistas<sup>20</sup>. Tal fato provocou uma série de matérias na imprensa onde as lideranças Kayapó, principalmente as que se relacionaram com madeireiros ilegais, são retratadas como uma reprodução da mesma estrutura que domina boa parte da elite brasileira, onde a injustiça social é explícita. Aliás, essa relação pode ser observada em qualquer contato com os Xikrin, mesmo que breve, já que as lideranças se vestem muitas vezes como os

---

<sup>20</sup> Acredito que a palavra consumista expressa melhor o grau exacerbado como são adquiridos objetos por esses grupos, quando possível.

latifundiários do sul do Pará (bota, cinto, chapéu) e usam sistematicamente os mesmos equipamentos, por exemplo, os celulares, ou ainda as caminhonetes L200, que cada liderança possui.

Na sua tese de doutorado, Gordon (2003) discute o consumo Xikrin e Kayapó a partir de uma perspectiva etnográfica, colocando uma luz sobre a relação desse ato com aspectos culturais e/ou políticos dessas sociedades. O autor consegue identificar o consumo não como um ato de aculturação do índio, mas, pelo contrário, como uma maneira de reafirmar sua identidade. Entre os aspectos culturais que reforçam sua idéia, Gordon (2003) cita o que os Kayapó consideram *nêkrêj* e seu valor simbólico. Como explica o autor: “[...] eles (nêkrêj) foram roubados, conquistados ou adquiridos, no passado mítico e no passado recente, de outros sujeitos não Mebêngôkre, sejam coletivos humanos, ou seres da natureza” (Gordon, 2002, p. 55). Além desse, outros autores como Giannini (2002), Morsello (2002) e Turner (1993) destacam a importância dos objetos explicitada nos rituais já que os objetos seguem com o morto em sua sepultura, explicitando que é algo “impuro” por ter pertencido a quem já morreu. A exceção é feita a objetos mais sofisticados, como câmeras que são repassadas para um não-parente ou as casas que passam por uma “limpeza”. Ainda, as câmeras e videocassetes são utilizadas como arma de resgate cultural, já que esses equipamentos servem em vários subgrupos de Kayapó como modo de registrar seus principais rituais e negociações políticas<sup>21</sup>.

As razões para o consumo Kayapó implica em várias questões estruturais. Morsello (2002) classifica parte desse consumo como desejo. O senso comum da sociedade de consumo, que cada vez mais utiliza a palavra desejo na mídia publicitária

---

<sup>21</sup> Numa outra versão do gravador do falecido Juruna.

e/ou jornalística, remete este sentimento a um sentido de beleza. Entre os Kayapó, a sua noção singular de beleza<sup>22</sup> parece movimentar uma parte da estrutura social.

De fato, diferentemente dos nomes, cujos portadores são ditos “belos” de verdade por meio de sua vinculação cerimonial inequívoca, a “beleza” dos possuidores de mercadorias, por assim dizer, parece ser obtida atualmente entre os Xikrin por meio do consumo distintivo. Tanto “mais belo” será aquele que conseguir dispor de uma quantidade maior ou de uma variedade de objetos importados, isto é, de algum tipo de exclusividade (Gordon, 2002, p. 276).

Essa dinâmica faz os Xikrin despenderem “[...] muito tempo e energia elaborando estratégias de incremento do seu poder aquisitivo e aumento do consumo de manufaturados” (Gordon, 2002, p. 11). Desse modo, esses Xikrin acabam por conduzir uma lógica que o autor classifica de “inflação em efeito espiral”, que se materializa nos estouros dos orçamentos repassados pela CVRD e já detalhados.

Tal aspecto também remete a questões de formatação política dos Kayapó. Turner é um dos autores que identificou uma elite “tecnocrata e diplomata”, entre os Gorotire.

Os chefes do Gorotire, contudo, já constituem uma exceção parcial a isto (igualdade social). Cada um deles possui uma empregada doméstica – brasileira – residente (elas vêm de Redenção, a cidade mais próxima), e eles (ou suas esposas) começam a pagar outros Kayapó para fazerem pequenos serviços, como cortar lenha. Eles têm ainda contas bancárias pessoais separadas da conta comunitária que guarda os rendimentos do ouro (Turner, 1993, p. 53).

Tal “desigualdade social” é detectada por outros autores. Morello (2002) mostra como isso afetaria a questão de gênero dentro da aldeia. “Differences in Brazil-nut income levels are most significantly determined by gender, with males fetching in average about US\$ 350 more than females per year” (Morsello, 2002, p. 163)<sup>23</sup>. A autora

<sup>22</sup> Para os Kayapó, o termo *mejx* pode ser utilizado em vários sentidos como belo, certo, correto, bom, entre outros (Gordon, 2003, correspondência).

<sup>23</sup> “As diferenças nos níveis de ganho são mais significativamente determinada pelo gênero, com o homem conseguindo uma média de US\$ 350 a mais às mulheres por ano” (Morsello, 2002, p. 163) (tradução do autor).

também detecta diferenças de ganho entre lideranças e os outros integrantes da aldeia, assim como Gordon em relação aos Xikrin:

No Cateté, a parte dos R\$ 35 mil que corresponde a salários de chefes e elite negocia soma quase R\$ 7.500.. Ou seja, 2% da população da aldeia do Cateté fica com mais de 21% da VM (verba mensal). O montante por família nuclear cairia assim a R\$ 269,00 por mês, se o restante fosse dividido igualmente em espécie. No *Djudjekô*, a coisa é semelhante: dos R\$ 15 mil da VM que cabe à aldeia, R\$ 4 mil servem aos chefes. Ou seja, menos de 2% da aldeia apropria-se de quase 27% dos recursos. Se o restante fosse dividido igualmente em espécie por família nuclear, cada uma receberia, ainda assim, R\$ 211,00. No cômputo geral, somando as duas aldeias, o quinhão do VM destinada ao pagamento dos líderes – 15 indivíduos, ou cerca de 2% da população total – chega a 23% (R\$ 11.480 de um total de R\$ 50 mil). Somente daí, portanto, os líderes obtêm em média quase 15 vezes mais do que cada Xikrin que não é chefe (Gordon, 2003, p. 185).

É interessante destacar que essa proporção identificada entre os Xikrin é a mesma identificada por Morsello com relação aos Kayapó da aldeia A'Ukre e convênio com a Body Shop.

Dados mais recentes produzidos durante o trabalho de campo mostram que essa desproporção pode ter aumentado já que a VM aumentou para R\$ 55.000,00 no Cateté, ocasionado por uma nova liderança, filho do atual presidente da Bep-Noi. No *Djudjekô*, o valor da verba manteve-se em R\$ 25.000,00. Há, no entanto, nas duas associações mais uma verba discriminada para os presidentes de R\$ 4.325,00, que é gasto com o aluguel das casas em Marabá. Ao mesmo tempo, Gordon é o primeiro a lembrar da necessidade de relativizar essa “dominação sócio-econômica”. É sabido, pela literatura, que as lideranças dos Kayapó têm várias obrigações com a “comunidade”:

Numa situação de afluência, como é o caso dos Xikrin, o sistema de distribuição comunitária – visto como uma obrigação dos chefes – é a forma atual por meio da qual os chefes procuram manifestar sua “generosidade” perante a comunidade. Isto é, um mecanismo distributivo que não passa pela “recompensa” (troca ou pagamento) de serviços prestados ao chefe (Gordon, 2002, p. 204).

Tal organização política, no entanto, recebe a colaboração de uma certa censura social, constatada por Turner.

É muito difícil para os membros comuns da comunidade participar destes assuntos (negócios com os brancos) ou exercer qualquer controle sobre estas decisões, em parte porque eles carecem do conhecimento necessário, em parte porque existe um sentimento generalizado de "vergonha" (pia'm) quanto a usar o foro público da casa dos homens para falar em dinheiro ou em controle de bens, que sugerisse uma crítica aos chefes ou um advogar em causa própria (Turner, 1993, p. 53-54).

Essa é de fato uma situação difícil de avaliar, pois como demonstrou Simonian (1993) para o caso Kaingang, a qualquer contestação, toda sorte de repressão pode ser acirrada pelas lideranças.

Especificamente, entre os Xikrin do Cateté, os preparativos para as reuniões com a CVRD, como detalha Gordon, têm um aspecto democrático na discussão das reivindicações, apesar da palavra final ser das lideranças:

No que concerne diretamente aos Xikrin, as demandas têm, geralmente, sua origem no interior das casas. Alguém precisa de uma residência nova ou de uma reforma no telhado. Um outro deseja um motor de popa para seu barco. Uma mulher reclama da falta de uma máquina de costura. Outra diz que é preciso enriquecer sua "cozinha" com um fogão, pois mal é possível preparar a comida para as pessoas de sua cada sem *omrõ djà* (fogão à gás). Outra, ainda, lembra que seu filho tirou carteira de motorista, e que seria importante que ele começasse a treinar no caminhão da comunidade, ou em viatura nova, substituindo o motorista não indígena. Mas surgem também assuntos gerais, como aumento de Verba Mensal, melhoria na estrada, questões relativas ao Projeto de Manejo, entre outros. Alguém pode lembrar, por exemplo, do atraso na execução de obras em anos anteriores, coisa que deve entrar na pauta, para que não se repita. Dessa forma, de rumores domésticos, as demandas individuais e coletivas vão lentamente ganhando momento e materialidade, até serem finalmente expressas de modo público no *ngàbê*. Mas, antes disso, muita conversa acontece na casa dos chefes de turma, que serão porta-vozes de um conjunto de reivindicações. E, finalmente, nos dias que precedem a grande reunião, todos os homens conversam muito no *ngàbê*. Então, depois de tanto escutar, o chefe da aldeia saca uma lista de solicitações, que será entregue aos representantes da CVRD na hora da reunião (Gordon, 2002, p. 159).

Mesmo assim, nas reuniões com a Vale, alguns outros homens também usam da palavra. No entanto, muito da política de reivindicações é feito nos bastidores, nas conversas dentro das casas, no que Gordon (2003, correspondência) chama de “[...]constante pressão”.

O estatuto da ABN invoca uma igualdade de idades e gêneros nas decisões, que dificilmente é possível comprovar na prática da pesquisa:

Capítulo II

Artigo 7 – Poderão participar da Assembléia Geral, com direito a voz e voto, os delegados credenciados por categoria de idade – *menoronure*, *mekranu*, *mekratumre* e *mebengêt* (para o sexo masculino); *mekranure*, *mekurere*, *mekranu* e *mebengei* (para o sexo feminino) – de acordo com seus usos, costumes e tradições (Associação, 2000, anexo 1).

As categorias do estatuto baseiam-se em “estados civis” como solteiros, casados, casados com filhos e anciões e “[...] constituem as unidades básicas para a formação dos grupos ligados às atividades econômicas e à esfera política e desempenham papel importante dentro dos rituais” (Vidal, 1977, p. 81). Apenas o Conselho Consultivo, a quem cabe acompanhar os trabalhos da diretoria da Associação fiscalizando e ajudando, existe a supremacia de uma única categoria dos seus cinco membros. Segundo o estatuto, os conselheiros serão exclusivamente *mebengt*, categoria anciã. O campo revelou que, apesar da predominância dos mais novos nas negociações com os brancos, a palavra dos anciões (assim como os dos que vivem a mais tempo na aldeia) é ouvida, guardando as devidas particularidades de cada aldeia.

Foi possível, nessa direção, identificar que a estrutura política da aldeia Cateté é mais complexa. Souza resume assim a estrutura política vigente, atualmente, entre os Xikrin.

Existe uma hierarquização entre as classes de idade, sendo que os **mekrare** (adultos maduros – 30 a 50 anos, com vários filhos e netos) possuem certa supremacia sobre os outros, embora tenham que sempre

considerar as ponderações e orientações dos **mebengt** (os mais velhos, com muitos netos), cujo papel é mais conciliador e articulador e a força operacional e impetuosidade os **menoronure** (jovens sem filhos) que, apesar de não possuírem prestígio político, têm o vigor físico a seu favor, o que é necessário em grandes mobilizações (Souza, 2002, p. 15).

Sobre a estrutura política dos Xikrin, a leitura de Vidal (1977) e Gordon (2003) podem ser muito esclarecedores.

Antes de se começar a discutir outros aspectos da estrutura social e política dos Xikrin, é necessário abrir um parêntese para lembrar um aspecto cultural já levantado anteriormente entre os Kayapó. Posey (1987) identificou pelo menos dez zonas ecológicas classificadas por índios do Gorotire somente nos campos e cerrados em que tradicionalmente viveram. Os habitantes da aldeia estudada por Posey, cultivavam pelo menos 50 espécies de árvores para sua subsistência, além de serem profundos conhecedores das qualidades medicinais das plantas cultivadas nas zonas próximas à roça. Os frutos e as folhas da maioria dessas plantas eram usados como alimento. Entre as que não tinham frutos, estava a maçaranduba (*Manikuara huberi*), usada para a produção de flechas e outros equipamentos para caça e pesca.

Entre os Xikrin, Giannini (1994) não conseguiu encontrar as mesmas semelhanças. No entanto, um levantamento de Silva (1996, p. 3) aponta um grande conhecimento desses índios em relação à vegetação. “O resultado destas duas atividades foi o levantamento de 72 matérias-primas diferentes empregadas na elaboração de 35 itens materiais”. A considerar que o aspecto ecológico tem uma certa visão de futuro, pode-se dizer que os Xikrin tem noção de que precisam “[...] pensar nos seus filhos e nos seus netos” (Karangré, 2003, entrevista). No entanto, existe uma urgência consumista e lhes interessa mais o sucesso econômico da circunstância de fatores, seja o projeto de manejo, a Vale, os madeireiros, a castanha [*Bertholettia excelsa* H. B. K.



(LECYTHIDACEAE) *Mart.*] (Gordon, 2003, correspondência). Essa preocupação instala mais uma notória pressão na organização política Xikrin.

## 6.2 VELHAS CISÕES

Como todo povo enraizado em tradições, os Xikrin têm seus mitos. Um dos mais importantes é a lenda da Grande Ave Predadora, mito de formação dos Kayapó e presente entre os Xikrin (Gordon, 2003; Lea, 1986; Vidal, 1977). Grosso modo, a saga consiste em dois irmãos guerreiros que, depois de uma época de introspecção e treinamento, em algumas versões imersos dentro do rio, conseguem vencer a Grande Ave Predadora, que escondia o céu. A partir daí, a aldeia se reparte em duas metades e os pássaros pequenos surgem. Instala-se, então, um harmonioso revezamento de liderança entre os dois guerreiros vitoriosos, garantindo a divisão política da aldeia por períodos idênticos durante o ano.

Do mito à realidade, essa divisão original passa por outras dificuldades e variantes. Atualmente os Kayapó se dividem em 13 subgrupos. Entre os Xikrin, que teriam se separado dos outros Kayapó pela primeira vez no século XIX (Vidal, 1977), a divisão interna permanece. Já foi lembrada a divisão ocorrida por volta dos 1950. Neste capítulo, será tratada a nova divisão, iniciada na década de 1980.

A presença do branco geralmente contribui como válvula propulsora de cisões. É importante afirmar, no entanto, que elas acontecem frequentemente. Na reserva Xikrin, a idéia de uma nova divisão teria começado por problemas econômicos como a procura de melhores áreas para caça (Giannini, 2003, entrevista; Souza, 2002). Afinal, a população Xikrin tem crescido exponencialmente. Na Tabela 3, a seguir, tem-se os dados demográficos. No caso desses indígenas, o ritmo é maior que a média de

crescimento das populações indígenas do país, que gira em torno de 3,5% ao ano (Menezes, 2001). Mesmo assim, apenas as questões demográficas não seriam suficientes para explicar a divisão, que acabou provocando um crescimento populacional maior no *Djudjekô*, nos últimos anos.

O conflito entre as lideranças, sem dúvida, contribuiu para o afastamento, assim como o embate jurídico entre algumas delas também. Mas, mesmo com a cisão, há uma efetiva comunicação entre as aldeias, como detalha Gordon (2003); e, pelo que se observou em campo, há também certos “ciúmes” entre as duas aldeias. A aldeia *Djudjekô*, fruto da cisão, é considerada mais afeita aos *kuben* e mesmo às visitas de outros Kayapó. Alguns destes já freqüentaram a TI Xikrin do Cateté para intermediações com madeireiros (Souza, 2002, 2000). O trabalho de campo constatou essa tendência também.

Quadro 3: Seqüência demográfica dos Xikrin.

Ano	População	localidades		Fonte
1953	200	Las Casas		Lux Vidal
1962	164	Itacaiúnas		Protásio Frickel
1966	90	Cateté		Frei Caron
1969	119	Cateté		Lux Vidal
1971	130	Cateté		Lux Vidal
1976	183	Cateté		Lux Vidal
1982	263	Cateté		Lux Vidal
1984	285	Cateté		Dr. João Paulo
1989	302	Cateté		Dr. João Paulo
1992	449	Cateté		Dr. João Paulo
1993	480	Cateté		Dr. João Paulo
1995	535	Cateté		Dr. João Paulo
1996	567	Cateté: 493	Djudjekô: 74	Dr. João Paulo
1998	631	Cateté: 552	Djudjekô: 79	Dr. João Paulo
1999	659	Cateté: 446	Djudjekô: 213	Dr. João Paulo
2002	716	Cateté: 476	Djudjekô: 240	APITO

Fonte: Souza, 2002, p. 12.

Depois da divisão geográfica, começou a divisão jurídica, institucional e econômica. Esta última começou a surgir em maio de 2003. Desde agosto deste mesmo

ano, as duas aldeias têm representações jurídicas distintas: Associação *Bep-Noi* de Defesa do Povo Xikrin do Cateté e Associação *Kákárekre* de Defesa do Povo Xikrin do *Djudjekô*. A última está montada no local onde era a antiga sede da *Bep-noi*, em uma casa no mesmo terreno da sede da FUNAI de Marabá. Neste ponto, é importante salientar que a administração financeira das aldeias pelas associações, retirando a FUNAI do papel, começa em 2000, quando *Karangré* é eleito presidente da ABN. Sua saída dessa função acontece somente depois da eleição de *Bep-Karoti* para a presidência.

Ainda sob o aspecto financeiro, a verba da CVRD está dividida na proporção aproximada de 70% para *Bep-Noi*, 30% para *Djudjekô*. Dados recentes mostram que o orçamento de maio a dezembro de 2003 das associações separa R\$ 1.981.630,84 para o Cateté e R\$ 967.132,67 para *Djudjekô*, respectivamente 67,20% e 32,80% do total disponível. A divisão é baseada na densidade demográfica de ambas. Estruturalmente, as associações têm os mesmos equipamentos. Como pode ser documentado em campo (Indriunas, 2003, notas de campo/n. c.). Cada uma tem um caminhão, uma van (usada freqüentemente para o transporte dos índios na viagem Marabá-Aldeia), um motorista para a mesma, uma linha telefônica, um carro, um gerente, uma secretária e um contador. Como já foi dito, cada liderança tem sua L200 com respectivos motoristas.

Quanto ao projeto *Kaben Djuoi*, a aldeia *Djudjekô* tenta se isentar sobre a paralisação das atividades. Em uma reunião na aldeia durante a pesquisa, uma das lideranças salientou que se eu quisesse saber porque acabou, “[...] que falasse com o pessoal do Cateté” (tradução de *Karangré*). A reunião também foi praticamente toda feita por *Karangré*, o líder da aldeia, primo de *Bep-Karotire*, líder da aldeia Cateté e talvez a mais carismática das lideranças (Giannini, entrevista, 2003). No que concerne a essa aldeia, há três principais lideranças: *Bep-tun*, *Bep-Djare* e *Bep-Karotire*, além de

outra liderança jovem. Há uma certa autonomia e divisão de responsabilidades desses três grupos. O último, por motivos de saúde e políticos já que hoje é o atual presidente da Bep-Noi, tem permanecido na cidade. Uma nova liderança, filho de *Bep-Karoti*, já aponta como líder e também começou a receber VM da CVRD. Interessante notar que o mais seguro com relação ao dinheiro da Vale é *Bep-Djare*, que raramente estoura o orçamento, segundo informações dos funcionários da Bep-Noi.

*Bep-Djare* é um dos mais reticentes em relação à política com os brancos. Sua família havia seguido para os Bacajá e voltou quando ele tinha 10 anos. Liderança ligada aos mais velhos tem também um orçamento menor em relação às verbas mensais. Chegou a ameaçar se separar do Cateté. Há também uma certa disputa no Cateté com relação ao Bep-tun, que infelizmente não foi possível detalhar. Enfim, longe de hegemônica e linear, a dinâmica política Xikrin mostra algumas das variantes que a pesquisa de campo permitiu identificar, o que só seria possível a partir de uma imersão maior no universo desses índios.

## 7 SUSTENTABILIDADE E EXPLORAÇÃO MADEIREIRA NA AMAZÔNIA

Antes de entrar propriamente na análise do projeto *Kaben Djuoi*, discute-se, mesmo que rapidamente, algumas questões relacionadas ao manejo florestal de madeiras quanto aos seus aspectos sociais, econômicos e ecológicos. Tenta-se, ainda, localizar as idiossincrasias geográficas do caso estudado. O manejo florestal é, obviamente, uma prática nova para a sociedade de consumo.

Seus parâmetros técnicos ainda estão amadurecendo e há aspectos gerais que levam a um questionamento antecipado sobre questões biológicas, como advertiu Fearnside no seminário sobre madeireiras asiáticas na Amazônia, de 1996.

[...] o primeiro ciclo é fundamentalmente diferente do que o que vem depois; hoje na Amazônia só existe a exploração, as queimas do manejo florestal que são no primeiro ciclo, ainda cortam as árvores grandes que estavam lá de graça na floresta, com o plano de voltar a cada 30 anos ou algo assim para cortar mais madeira. Mas, na volta, não vai ter aquelas árvores enormes que teve na primeira vez (Câmara, 1997, p. 35).

Soma-se a tal questionamento, pesquisas que detectam outros problemas no manejo. Cientistas do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia – INPA apontam ameaças do manejo a uma espécie importante para os Xikrin: o mogno (Marinho, 2003). E novamente, a questão é relacionada à fundamentação prática do próprio manejo. Eles apontam como um problema a “*erosão genética*”, ou seja, “[...] explorando as maiores e melhores espécies, deixa-se o pior para a reprodução natural (Marinho, 2003, p.A-8)”. Essas ameaças já preocupam há tempos outros pesquisadores.

No Brasil, a EMBRAPA, e mais especificamente o Center for International Forestry Research – CIFOR, tem procurado alternativas para a exploração sustentável

da espécie como o aumento do dossel ou a plantação de mudas, já que 70% das sementes espalhadas do mogno vão para os estômagos dos ratos do mato (FFT, 2002; Indriunas, 2000). Essas pesquisas também começaram a ser feitas no projeto *Kaben Djoui*, numa parceria com a EMBRAPA<sup>24</sup>.

A despeito de tais constatações, há vários argumentos econômicos favoráveis a exploração sustentável (ou com planejamento) de madeira quando comparado a outras formas de exploração. Resumidamente, alguns desses argumentos, baseados em Barreto (1996), são:

- com o planejamento minucioso a exploração pode resultar em benefícios financeiros cujo valor seria o dobro dos custos desse planejamento.
- o volume disponível para o segundo ciclo de corte ( depois de 30 anos) é aproximadamente 64% maior em florestas manejadas do que em não manejadas.
- o planejamento reduziu em 37% o uso de máquinas para a abertura de estradas e pátios, além de reduzir em 17% a quantidade de estradas abertas, em comparação com a exploração ação planejada. (Barreto, 1996)

A questão ecológica que, segundo o que foi relatado, é uma das dúvidas sobre o manejo madeireiro parece, de qualquer modo, ser menos danoso como estudaram vários autores, entre eles, Souza (2002). Há, no entanto, outras questões econômicas que dizem respeito à própria dinâmica do mercado madeireiro. Scholz (2000) detectou que, na década de 1990, houve uma queda na participação da madeira tropical em todo o planeta<sup>25</sup>. A essa tendência, soma-se a constatação “[...] de que as vantagens comparativas dos países produtores de madeira não consistem mais em recursos naturais já existentes na forma de florestas nativas, mas em recursos criados na forma de plantações com altas taxas de produtividade e baixos custos de produção” (Scholz, 2000, p. 69).

<sup>24</sup> Um pouco da história desse trabalho e os problemas encontrados serão mais detalhados nos capítulos seguintes.

<sup>25</sup> No caso dos compensados, a participação da madeira tropical reduziu-se de 53% (1991) para 48% (1995); no caso dos serrados, ela baixou de 55% (1989) para 42% (1995) e no caso dos laminados, ela baixou de 55% (1989) para 20% (1995) ( Scholz, 2000, p.92).

Nesse quadro, soma-se, no entanto, outros fatores positivos como uma tendência de uma nova mentalidade do empresariado do setor, que Scholz dividiu em dois grupos distintos (conservadores e progressistas). De acordo com sua conceituação, “[...]a maior diferença entre os dois grupos reside no fato de a fração progressista ter uma visão mais ampla no sentido de compreender que o setor madeireiro não poderá sobreviver se ficar fora da legalidade” (Scholz, 2000, p. 91). Essa tendência vem sendo apontada também por outras pesquisas (Amigos, 2002). E já existe um interesse desses empresários em trabalhar em áreas controladas pela União, pois, muitas vezes, as empresas exploram propriedades arrendadas.

A respeito, um levantamento da ONG IMAZON revela que das 96 empresas pesquisadas, cerca de 80% teriam interesse em explorar a madeira de Florestas Nacionais, apesar de divergirem do modelo a adotar. No entanto, segundo Barreto *et al.* (2002), esse universo representa cerca de 4% do total de madeireiras em atividade na região. Esse resultado condiz com as evidências das investigações feitas pela Polícia Federal junto “[...] as empresas madeireiras da região, que revelam ações ilegais e toda sorte de abusos” (Simonian, 2003, no prelo).

Mesmo as que já atuam tentando trabalhar de maneira sustentável, por exemplo, com o selo FSC<sup>26</sup>, elas têm encontrado dificuldades para continuar o trabalho. Inclusive, ela vêm recebendo pressões contrárias de grupos opositores dentro dos próprios órgãos governamentais como Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA (Amigos, 2002). De qualquer modo, outros grupos e pressões internacionais também têm mudado vários aspectos da exploração predatória de espécies madeireiras.

## 7.1 Processo de extinção

O mogno é uma espécie em vias de extinção, principalmente por causa do modo predatório de exploração, deixando poucas espécies em áreas de difícil acesso (Greenpeace, 2001; Grogan *et al.*, 2002; Simonian, 2003; Zimmerman *et al.*, 2001). A espécie foi incluída no anexo II do Cites em 2002, obrigando a mais restrições na dinâmica desse mercado (ISA, 2002b). O governo Lula, baseado nessas restrições, adotou uma série de medidas que visa se enquadrar nesses parâmetros (John, 2003). A exploração da espécie parece ter caído substancialmente nos últimos anos.

No seminário Sustentabilidade Comercial Através do Manejo de Mogno, ocorrido em Belém em maio de 2002, o economista Guilherme Carvalho, da Aimex, disse que mogno representava 50% do volume de madeira serrada no Pará em 1997 e passou para 3% em 2001. As razões para tal são muitas desde o Cites quanto á corrida judiciária contra a “Máfia do Mogno” e o aperto de cerco do Ibama nos últimos anos, para liberação de planos de manejo da espécie. Assim, essa tendência predatória dos madeireiros tem diminuído como revela o relatório “Legalidade Predatória” da ONG Amigos da Terra (2002), mas ainda vem atingindo as reservas indígenas. Em 2002, apenas o projeto *Kaben Djuoi* tinha autorização para explorar a espécie, mas, conforme Brasil (2002), a retirada fora-da-lei de mogno continuou a acontecer com aval inclusive de outras lideranças kayapó em outras áreas.

Geograficamente, é exatamente na região das reservas dos Kayapó que o cinturão do mogno ainda existe (Grogan *et al.*, 2002). Historicamente, sua exploração foi feita sem nenhuma responsabilidade social ou ambiental pelos chamados pela imprensa de “reis do mogno”, que viram uma forma de lucro fácil, já que é a madeira

---

<sup>26</sup> Na Amazônia brasileira, são pelos menos seis empresas com o selo (Amigos, 2002).



com mais alto preço no mercado internacional (Greenpeace, 2001; Grogan *et al.*, 2002; Scholz, 2000). Como já foi escrito, os Xikrin também sofreram com esse grupo.

Essas constatações colaboram para a percepção que “[...] mesmo as propostas em torno do manejo positivo de recursos madeireiros, que pelo menos não é tão danoso, têm sido dificultadas por mecanismos sócio-econômicos e políticos diversos” (Simonian, 2003, p. 4). Com o intuito de amenizar esses problemas, vários pesquisadores apostam em boas relações com as comunidades, um dos principais aliados para o desenvolvimento sustentável, conforme já foi discutido no capítulo 3. A seguir, tentarei pincelar algumas das perspectivas que encontrei durante esses mais de dois anos de pesquisa, aliados ao fazer jornalístico, que continuei praticando nesses dois anos.

## 7.2 A relação das madeireiras com as comunidades

As experiências brasileiras mostram que há pelo menos dois tipos de relação comercial estabelecida entre madeireiras e as comunidades. Há casos de empresas como a Mil Madeireiras (Grupo, 2004), que a relação é a tradicional onde a comunidade é vista apenas como possíveis funcionários<sup>27</sup>. Seja qual for a proposta, no entanto, a necessidade de intermediários entre as populações tradicionais e o mercado é inevitável, segundo a maioria dos autores. Para Ascher (1995), esse ator pode ser tanto uma organização não-governamental como uma empresa privada. A própria inserção da Brumila no projeto *Kaben Djoui* tenta diminuir as desvantagens citadas acima pelo mesmo autor. No entanto, vê-se mais adiante que tal inserção tem problemas.

---

<sup>27</sup> Neste aspecto, há de se ressaltar que melhorias nas relações trabalhistas constituíram-se em condição forma para receber o selo verde (GTNA, 2004).

A Declaracion de Belém (2003) mostra que as dificuldades são comuns nos sete países, que enviaram representações. Existem, no entanto, casos que têm sido promissores como aponta Nepstad:

Em Santarém, a companhia Manejo Florestal e Prestação de Serviços (Maflops) ilustra que relações comerciais com as comunidades carentes são viáveis. Esse "experimento" de gestão florestal localiza-se na frente da única experiência de concessão na Amazônia, a Floresta Nacional de Tapajós. O sr. Antonio Leite, proprietário da Maflops, fechou acordos em seis assentamentos agrícolas, com mais de 400 famílias. As famílias que participam desses acordos recebem a regularização fundiária, um plano de manejo florestal, estradas de qualidade, um mapa das árvores e, em média, R\$ 5.000 pela madeira do lote. Há uma fila de comunidades esperando fechar acordos com a Maflops (Nepstad, 2003, p. A3).

Os modelos de manejo de projetos de desenvolvimento sustentável comunitário, em vigor atualmente, são os mais variados. Há casos como os da “comunidade” do Pini na FLONA Tapajós, onde os ribeirinhos utilizam apenas árvores já caídas para a confecção artesanal de móveis rústicos (Patrício *et al.*, 2003). Em Marabá, um projeto do Laboratório Sócio Agrônômico do Tocantins – LASAT, que foi visitado durante a pesquisa, aposta num rodízio entre três “comunidades” para a exploração de madeira. Uma das dificuldades encontradas, nesse caso, é a falta de conhecimento técnico por parte dos moradores principalmente no manuseio e manutenção da serra.

De qualquer modo, os modelos acima citados têm diferenças básicas em relação aos Xikrin. Nesse projeto, os índios atuaram com mobilização em reuniões dentro e fora da aldeia, uma relativamente freqüente fiscalização e o trabalho de alguns mateiros durante o projeto. Houve uma opção por não fazer o trabalho de corte, o que vale por precauções culturais. Essa relação de não participação na produção já existia no que diz respeito aos madeireiros ilegais. Quanto à questão administrativa, poucos se preocuparam com tais assuntos. Entre as iniciativas nesse sentido, houve o incentivo à

participação dos índios em cursos de informática, por exemplo (ISA, 2002). Apenas um Xikrin se interessou firmemente no assunto.

Enfim, a partir de uma tentativa de um olhar marxista nas relações, os Xikrin e os outros Kayapó se comportam como donos de um capital, qual seja, sua terra e o valor econômico dos recursos nela existente. Há comunidades tradicionais, no entanto, que trabalham agregando valor a matérias-primas, tornando desse modo sua mão-de-obra como parte do capital. Tal diferença deve ser sempre problematizada.

## **8 O PROJETO *KABEN DJUOI*, UM BREVE RESUMO**

A história que é trabalhada nesse capítulo tem um período de cerca de 15 anos, mais especificamente, de 1988 a 2003. Como poderá ser percebido adiante, a maior concentração de dados da pesquisa, detalhados a seguir, é do período de execução do projeto Kaebn Djuoi. Esse histórico é baseado em documentos e entrevistas que foram realizadas. Em algumas partes, perceber-se-á o caráter humanístico das entrevistas, como apregoa Cremilda (1986). Não haverá, no entanto, individualização de nenhuma citação *ipsis literis* da opinião ou a posição de cada um dos entrevistados. No entanto, foi tentado também interconectar os fatos e, quando necessário, apontar as contradições.

Já foi discutido, em parte, o papel de cada ator social dentro da perspectiva interétnica com os Xikrin e com o projeto *Kaben Djuoi*. A partir de agora, será feito um histórico de como cada um dos atores se engajou no projeto. Os fatos econômicos serão constantes nesse capítulo, sem, no entanto, negligenciar aspectos sociais, políticos e antropológicos, que já foram detalhados e, em parte, serão recuperados na análise. Souza (2002), em seu relatório, divide o projeto *Kaben Djuoi* em três etapas historicamente e objetivamente diferentes. A primeira seria a ruptura com modelo

predatório vigente. A segunda, o trabalho para garantir os alicerces técnicos, legais e políticos. A terceira etapa, a da extração.

O projeto *Kaben Djuoi* começa a ser gerido no período em que os madeireiros entram na área Xikrin, por volta de 1989. Como já foi dito no Capítulo 6, as negociações coincidem com a paralisação do convênio entre os índios e a CVRD. Assim que os primeiros contratos com madeireiras foram assinados, Isabelle Giannini, que, na época, fazia pesquisa na área (Giannini, 2002), começou a conversar com os índios para viabilização de uma alternativa para o quadro da época. A intenção de começar o trabalho, no entanto, não partiu só da antropóloga ou dos integrantes do CEDI, pois os próprios índios sentiam necessidade de conhecer melhor o processo.

[...] e aproveitando minha presença na área como antropóloga pesquisadora, os Xikrin solicitavam esclarecimentos sobre diversas questões de interesse imediato para a comunidade: o comércio de madeira, formas de realizar contratos, preços da madeira de lei, contabilidade envolvendo bens de consumo, cubagem de madeira, poupança etc. (Giannini, 2002, p. 107).

Observa-se que as questões econômicas (e relacionadas à madeira) dominam os desejos e preocupações dos índios. Para evitar que apenas esses aspectos fossem priorizados, antropólogos e outros profissionais começaram a discutir com os índios também a dimensão ecológica da exploração madeireira e as outras possibilidades de exploração. Saliente-se, ainda, que a intenção do projeto era consorciar madeira, com outras atividades como a exploração de castanha, óleo de babaçu, palmito de açaí (Giannini., 2003, entrevista; Florivaldo Souza, 2003, entrevista). A adesão dos Xikrin ao *Kaben Djuoi*, no entanto, foi se solidificando aos poucos.

Nos anos iniciais, quando a equipe do CEDI começava a fazer os primeiros inventários, ainda havia notícias de entradas de madeireiro na área. O último madeireiro saiu em 1993 (Souza, 2002). Assim, foi um período de oito anos de exploração ilegal na

reserva. A coesão total dos índios, em torno do projeto, só iria acontecer por volta de 1996. Seu símbolo maior está no ritual que Giannini (2000) descreve e Gordon (2003) comenta. Na ocasião, os índios hastearam bandeiras e vestiram roupas dos vários atores sociais envolvidos no cotidiano do grupo.

Para esse ritual, os Xikrin levaram três anos perseguindo seus objetivos. Conseguiram as bandeiras, negociaram pacientemente os coletes com os agentes do Ibama e Polícia Federal (em Marabá), me convenceram a escolher e comprar um terno e uma gravata, e o Fernando [Vianna, antropólogo] para a confecção dos uniformes [...] Tudo foi pensando, as negociações eram feitas de forma a que eles adquirissem as coisas das pessoas-chaves, não serve qualquer colete, mas sim os autênticos, dados pelos agentes do Ibama e da PF; não serve qualquer terno, mas um comprado em Brasília [...] e assim por diante. As coisas devem “possuir” a identidade das pessoas [...] (Giannini, 2000, p.497).

A importância do projeto para os Xikrin também estaria no prestígio que poderia causar junto a outras comunidades kayapó. Entre os índios dessa etnia, o projeto foi considerado exemplo a ser seguido (Zimmerman *et al.*, 2001). “Alguns informantes me contavam que, uma vez que vinham logrando maiores benefícios da CVRD e, no momento em que estivessem obtendo bons lucros de seu projeto de manejo, fariam questão de visitar outras aldeias kayapó para que esses vissem agora quem são os ‘coitados’” (Gordon, 2003, p. 18). Tal posição dos Xikrin evidencia uma consciência sobre essas implicações do projeto.

A presença e tomada de decisões dos Xikrin durante o projeto sempre foram intensas com uma mudança apenas na parte final do processo. Assim definiu o ISA essa participação:

**Participação indígena total** - Os Xikrin passaram a acompanhar todas as etapas de tramitação burocrática de aceitação do Plano de Manejo no nível das instâncias públicas e entender todos os procedimentos técnicos necessários para implementar o trabalho de exploração. Propostas concretas de ação junto aos Xikrin repercutem em programas de orientação, chamados de 'formação' ou 'capacitação' direcionados para finalidades concretas, nas quais os índios opinam e interferem. Os Xikrin participaram ativamente dos inventários

florestais, do zoneamento, do censo para aproveitamento de madeira, da busca de financiamento, do planejamento, das atividades extrativistas, das discussões sobre definições de áreas de subsistência, das discussões políticas e jurídicas que envolvem a gestão dos seus recursos naturais (Instituto, 2000).

Ao falar da associação, parte indispensável jurídica e administrativamente do projeto, Gordon revela a consciência Xikrin também perante esse processo, que não exclui o projeto, mas tem sua lógica independente.

Os Xikrin detêm o controle político e decisório da associação, e supervisionam sua atuação através das lideranças e do conselho dos homens, mas não participam das tarefas práticas que requerem conhecimentos contábeis, utilização de ferramentas de computação etc. Um dos aspectos do Projeto de Manejo abrange justamente a promoção e o incentivo à capacitação administrativa e técnica para que a longo prazo a ABN seja autônoma, e gerenciada em todos os níveis pelos próprios Xikrin (Gordon, 2003, p. 14).

As cisões, ao que parece, não atrapalhavam uma certa coerência e harmonia nas decisões políticas externas.

Nessa direção, as lideranças Xikrin sempre participaram das reuniões, contando com a presença de representantes das duas aldeias seja no *ngabe* de uma das aldeias, na Vale, no ISA ou na FUNAI. Tal comportamento somente mudou em 2002, quando a aldeia *Djudjê-kô* decidiu não participar de uma reunião sobre o projeto no *ngabe* do Cateté e acabou conversando com a antropóloga em separado (Giannini, I., 2003, entrevista). Em todas as mobilizações feitas pelos Xikrin dentro das dependências da Vale na década de 1990, os grupos participaram juntos, mesmo quando algumas lideranças mostravam-se contrários a tal política (Karangré, 2003, entrevista; Giannini, 2003; Gordon, C., 2003, correspondência; CVRD, 2003, correspondência). Em sua maioria, esses processos estiveram ligados ao projeto.

Antes, no entanto, de continuar a discussão da participação Xikrin no *Kaben Djuoi* é necessário descrever um pouco da história dos aspectos técnicos, que foram

modificando concepções do projeto ao longo dos anos. Uma maneira clara de perceber essas mudanças é a trajetória da escolha da área para a exploração. Desde o início, ficou estabelecido que 10% dos 439.150,05 hectares da reserva seriam destinados ao manejo para a exploração madeireira.

Um macrozoneamento ecológico foi feito de 1993 a 1997, quando se levou em consideração critérios de proteção, utilização e plantio. Assim, foi possível dividir a área em cinco zonas específicas (Associação, 2001, 2000)<sup>28</sup>:

- de proteção: áreas de difícil acesso com pouco ou praticamente nenhuma coleta de produtos florestais, compostas por floresta alta, campos naturais e florestas baixas.
- de reabilitação: áreas onde é necessário conduzir plantios de enriquecimento de espécies que encontraram problemas de regeneração por causas de ações antrópicas.
- de uso de subsistência: áreas onde a cobertura florestal é mantida, mas o uso tradicional e extração de produtos florestais é feita.
- de uso comercial: área designada à exploração comercial de produtos florestais, especialmente madeira, pode também ter atividades de subsistência da comunidade
- de uso comunitário: áreas localizadas na periferia das florestas altas e adjacentes às aldeias, usadas para agricultura de subsistência, de corte e queima.

Para a análise no contexto deste trabalho, há de se mostrar as mudanças das áreas candidatas à zona de uso comercial durante a concepção do projeto. A primeira intenção dos idealizadores era usar a área onde já houvera exploração pelos madeireiros de Tucumã e que margeia a estrada, ligando as aldeias ao município. Então, tinha-se por objetivo a ocupação de tal espaço e a conseqüente, conseguir detenção da entrada de madeireiros na reserva. Entretanto, alguns aspectos técnicos acabaram por inviabilizar a idéia. Primeiro, por já ter sido explorado pelos outros madeireiros de maneira desorganizada (sem planejamento ou qualquer princípio de sustentabilidade), fazendo com que as espécies comerciais tornassem escassas no local. Além disso, o custo de transporte pela estrada acabava inviabilizando economicamente a exploração de madeira. Assim, outra área foi estudada.

---

<sup>28</sup> As explicações a seguir são resumos do que foi apresentado nos documentos citados.

A segunda etapa foi verificar a porção leste da reserva, onde se localiza o rio Itacaiúnas. Conforme Giannini (2003, entrevista), Carlos Guerreiro (2003, entrevista) e Tatto (2003, entrevista), o problema do transporte poderia ser resolvido com o envio das árvores cortadas através de barcos. Esta opção também acabou sendo excluída por problemas semelhantes ao primeiro caso. Foi constatado o pouco número de espécies comerciais às margens do rio e o transporte fluvial foi questionado por causa da inconstância do período de navegabilidade do Itacaiúnas até Marabá. Além disso, a área é tradicionalmente dedicada à coleta anual de castanha pelos Xikrin.

Finalmente, acabou-se optando por uma terceira área no sudeste da reserva. O local, cuja localização pode ser vista na Figura 2, a seguir, acabou sendo considerado o melhor principalmente depois do inventário feito por uma empresa contratada pela CVRD, que indicou grande presença de mogno e outras espécies. O plano de negócios (Associação, 2000) foi baseado nessas informações que se verá a seguir, apresentou problemas na sua própria fundamentação. De qualquer modo, tal área revela a incidência de várias espécies como cedrorana (*Cedrelinga catenaeformis*), jatobá (*Hymenaea courbaril* L.), tauari (*Couratari guianensis* Eyma), ipê (*Tabebuia insignis*), itaúba (*Mezalaurus itauba*), marupá (*Simarouba amara*), maçaranduba e mogno (Associação, 2000, 2001). Assim, estabeleceu-se lá o manejo florestal de madeira nos seguintes moldes: exploração cíclica de 30 anos, viabilizando colheitas em 1.460 hectares por ano, num volume máximo em torno de 6 m<sup>3</sup>/ha, ou seja, de uma a duas árvores por hectare. Tais parâmetros, como se vê nos documentos da Associação (2001, 2000) foram definidos a partir de uma literatura a saber DeGraaf (1986), Silva (1989), Higuchi (1990) e Veríssimo (1997), produzido pelos profissionais envolvidos no trabalho.

Todas essas definições continuariam ainda dependentes de uma nova estrada para a eficaz viabilização econômica. Esta iniciada em 2001 e entregue em 2002 pela



CVRD, liga as aldeias e a área do projeto à cidade de Água Azul do Norte e diminuem em mais de seis horas a viagem até Marabá (K., 2003, entrevista). Trata-se de uma estrada de:

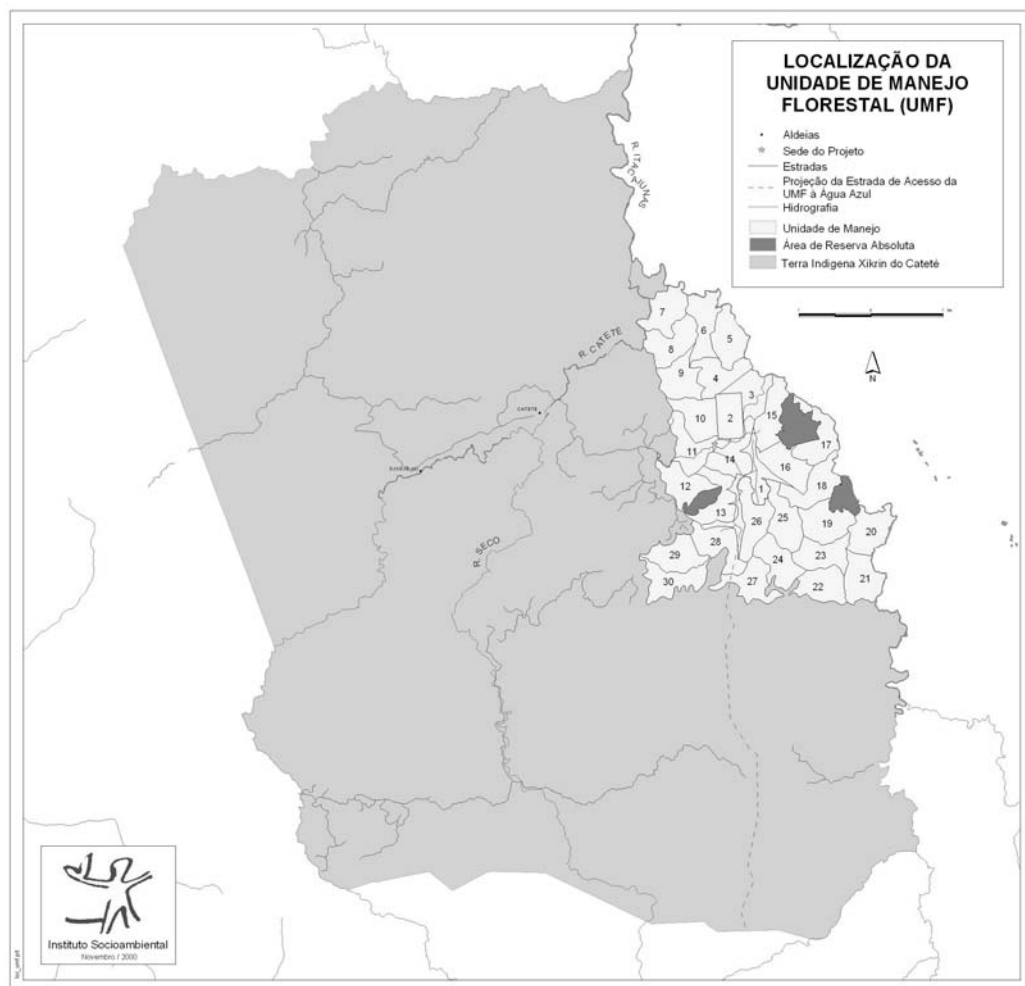


Figura 2: Localização da Unidade de Manejo Florestal.  
Fonte: ISA, 2000

[...] 56 km aproximadamente, para dar acesso a unidade de Manejo florestal e escoar a produção de toras, seu traçado procurou ser feito aproveitando antigos caminhos abertos por madeireiros para evitarmos derrubar áreas florestadas, também foi aberto dois pequenos ramais, 7 km, e dentro da floresta foram feitas aproximadamente 8 km de trilhas de arraste, estas foram traçadas com bússola projetando-as a partir da estrada e dos ramais segundos para a maior concentração de árvores abatidas, para poderem ser utilizadas durante o arraste mais vezes possível, e foram abertos 6 pátios de estocagem num total de 5.400 metros quadrados (Souza, 2002, p. 8).

Para o projeto, segundo o plano de negócios (Associação, 2000), a estrada possibilitaria uma economia de 60% em relação aos custos do transporte. Tal projeção acabou sendo confirmada, de acordo com levantamento feito pelos engenheiros florestais do projeto. Em 2001, o custo do frete foi de R\$ 64,09 o metro cúbico. Em 2002, este custo caiu para R\$ 30, valor 53,2% menor (Max Roncoletta, 2003, entrevista). Em relação ao impacto ambiental da estrada, de acordo com Roncoletta (2003, entrevista), que foi engenheiro florestal do projeto de 2000 até o seu término e Tatto (2003, entrevista), o ISA acompanhou a construção para que fossem levados em conta critérios menos prejudiciais à paisagem da reserva. Enquanto a questão de transporte, na prática, confirmava as intenções do plano de negócio do projeto, outros aspectos estavam aquém do esperado economicamente, deve se ressaltar. A intenção dos idealizadores era de que, a cada ano, a produção fosse incrementada na seguinte proporção.

Quadro 4: Projeção do volume de madeira a ser extraída pelo projeto.

Ano	Volume de extração
2000	600 m <sup>3</sup> de toras
2001	3.000 m <sup>3</sup> de toras
2002	5.000 m <sup>3</sup> de toras
2003	7.500 m <sup>3</sup> de toras

Fonte: Associação, 2000, p.75

Os números conseguidos na coleta de dados mostram, no entanto, valores bem diversos, como se vê:

Quadro 5: Volume de madeira extraída durante o funcionamento do projeto.

Ano	Total explorado
-----	-----------------

2000	581,2 m3 em toras
2001	1.986,19 m3 em toras
2002	1.698,48 m3 em toras
Triênio	4.265,87 m3 em toras

Fonte: Indriunas, 2003, pesquisa documental.

Os números são claros. As razões para esse desempenho<sup>29</sup> remetem a vários fatos e fatores influenciadores. Tenta-se, a partir de agora detalhar alguns desses pontos, levando em conta os três últimos anos do projeto. Exatamente, o período em que alguns dos seus preceitos foram colocados em prática.

Em outubro de 2000, os então ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e da Justiça, José Gregori, participaram da cerimônia que lançou o primeiro carregamento de madeira do projeto. A princípio, a exploração desse ano teve um valor simbólico e político, já que era importante apresentar o projeto funcionando. O ISA relata as dificuldades de então:

O volume total explorado no ano de 2000 foi de 581,5 metros cúbicos de madeira em tora, apenas 13,38% do volume total autorizado, isto aconteceu devido às características muito peculiares do presente projeto, falta de estrada adequada para o transporte, que fizeram com adotássemos uma estratégia bem cautelosa em relação ao volume a ser explorado para que o início da exploração florestal fosse realizado e ao mesmo tempo não fosse adiado por mais um ano, e assim não frustrar as expectativas dos Xikrin (Instituto, 2002, p. 7).

É interessante notar que cerca de 70% desse carregamento era de mogno e 70% destes foram exportados. O dinheiro dos índios foi direto para a Associação, aspecto que será discutido posteriormente.

Logo no ano seguinte, começaram a ocorrer os primeiros problemas técnicos. O plano de manejo, feito por uma empresa contratada pela CVRD, tinha um erro. Houve

um superdimensionamento do mogno. Um inventário feito nesse ano pela EMBRAPA, que pretendia estudar a regeneração da espécie, encontrou apenas 17 árvores<sup>30</sup> em 2.250 hectares, “[...] impossibilitando, portanto, o atendimento do principal objetivo do projeto” (Carvalho *et al.*, 2002, p. 3), qual seja o estudo da regeneração da espécie. O problema econômico que essa constatação acarreta é óbvio. Apenas como comparação, o preço médio do mogno é US\$ 1.200,00 o metro cúbico, o metro cúbico do cedroarana (*Cedrelinga Catenaeformis*) espécie mais abundante na região é US\$ 250 o metro cúbico (Guerreiro, 2003, entrevista). Segundo cálculos do ISA, a estimativa de receita líquida perdida com o erro chegava a R\$ 100.773,84 (Roncoletta, 2003, entrevista). No final do ano, a contabilidade fechou no vermelho. Além desse problema, o período também não era muito favorável ao mercado madeireiro internacional.

[...] estávamos conseguindo bancar, mas a queda do mercado internacional, provocada pelos atentados nos EUA, fez com que precisássemos novamente de financiamento da Vale para cobrir os custos e remunerar os índios. Afinal, como explicar para eles que saíram 150 caminhões de toras e eles ainda estavam devendo? Se para mim é difícil entender, imagine para os índios!”, conta Mendonça (Campanili, 2002).

Soma-se a esses um problema de *timing*, que acabou por estragar 404,45 metros cúbicos de marupá (*Simaruba amara*) e tauari (*Curatari oblongifolia*). Essas madeiras, que representavam cerca de 20% de toda a madeira explorada no ano, necessitam ser secadas em menos de 20 dias, mas o material ficou de junho a agosto na área do projeto e acabou por estragar (Roncoletta, 2003, entrevista; Souza, 2003, entrevista). A necessidade do cuidado já era conhecido. Em 2000 a retirada dessas espécies, por causa da chuva (ISA, 2002), havia sido evitada.

---

<sup>29</sup> Obviamente, a análise desses números leva em conta que não alcançar a projeção estimada não necessariamente quer dizer fracasso.

<sup>30</sup> Conforme o DAP (diâmetro a 1,30 m do dolo) mínimo de 45 cm.

Em 2002, outro problema com relação ao inventário ocorreu. A EMBRAPA entra no projeto e acaba fazendo um novo inventário. Segundo os pesquisadores, a intenção era estudar a regeneração do mogno, o que acabou não podendo ocorrer, exatamente pela pouca quantidade. Um acordo entre ISA e EMBRAPA fez com que esta última ficasse encarregada do inventário. A ONG, no entanto, em seu relatório final aponta problemas com relação ao inventário da autarquia (Instituto, 2002). Esse ano marca também o início da utilização da estrada até Água Azul que, conforme já foi citado, acabou diminuindo os custos de transporte.

É durante esse novo período que o ISA e a madeireira Brumila assumem outro compromisso no projeto. Os custos de serraria e estocagem foram considerados elevados e optou-se por uma nova lógica: a de ter uma serraria própria. Esse Instituto, através dos seus financiadores e da Brumila, investiram R\$ 65 mil. O terreno, onde fica a serraria, é da prefeitura de Água Azul que o cedeu. A idéia era tornar o beneficiamento mais eficaz. Como exemplo, o custo de terceirizar esse trabalho é alto. Enquanto, a projeção com a serraria própria seria de R\$ 45,00 o metro cúbico serrada, o projeto pagava normalmente para serrarias locais R\$ 70,00 a mesma quantidade (Souza, 2003, entrevista). Com o processo completo seria possível também montar uma marcenaria para aproveitamento de pequenas peças (Instituto, 2000; Souza, 2003, entrevista; Tatto, 2003, entrevista). A serraria ficou pronta, mas até o momento não foi usada. Importa ainda lembrar também que saiu, em dezembro de 2002, o certificado do Forest Stewardship Council – FSC, o selo verde internacional, que se tornou inócuo.

É no mesmo período que os problemas de relacionamento entre os vários atores se acirram (o que será comentado a seguir) e o projeto acaba momentaneamente. Em 2003, não houve atividade de extração. Observa-se, também, que as vendas dos três períodos de extração se dividiram em parte para o exterior e parte para o mercado

interno, de acordo com alguns dos entrevistados, no entanto, a dimensão de exportação era essencial para a saúde financeira do projeto. No total, as receitas foram de R\$ 701.188,08 de 2000 a 2002, com um saldo final negativo de R\$ 66.418,30 (Anexo 4). O selo FSC possibilitaria, então, um incremento de até 30% (Souza, 2003, entrevista) no preço final da madeira, mas em dimensão não pode ser confirmada, já que o selo chegou depois da última extração.

Não foi possível verificar um número exato de profissionais envolvidos nos vários anos de projeto, mas não há dúvida que foram muitos. No ano de 2002, por exemplo, cerca de 50 pessoas passaram pelo projeto de mateiros e técnicos a engenheiros florestais e antropólogos (Natalino Silva, 2003, entrevista; Roncoleta, 2003, entrevista). O engajamento político dos antropólogos é claro desde o começo do projeto. Giannini (2003, entrevista)<sup>31</sup> conta respeito que os índios se mostravam duvidosos e divididos logo no início da concepção do projeto. Havia uma intenção dos índios de “pagar para ver” sem necessariamente abraçar a causa. Como já foi dito, essa proposta foi sendo incorporada aos poucos. Na avaliação de alguns entrevistados, houve ocasiões em que os Xikrin usavam o projeto para conseguir benefícios da CVRD. Houve reuniões sobre o mesmo em que o assunto dominante era a estrada.

Historicamente, as primeiras discussões de alternativas sustentáveis levaram em conta um grupo de alternativas num sistema silvicultural. A idéia era aproveitar a já consolidada atividade da castanha do Pará, iniciar a extração de madeira em pequena escala, projetar formas de beneficiar óleo de babaçu e palmito de açai<sup>32</sup>. O artesanato, que também tradicionalmente é vendido pelas famílias em Carajás e Marabá, não entraria no projeto, considerado pelos idealizadores já estruturado e independente. Ficou

---

<sup>31</sup> Apenas para esclarecer, Giannini tem um relacionamento com o grupo desde os trabalhos de campo de sua mãe, a antropóloga Lux Vidal, a primeira a detalhar a vida desse grupo.

decidido, pela própria demanda dos índios, que o projeto seria iniciado pela madeira. A intenção, a princípio, era ter uma serraria móvel, já que assim se poderia agregar valor à mercadoria em pequena escala. Durante o tempo do projeto, foram feitas várias discussões e avaliações técnicas principalmente sobre a madeira.

Das outras atividades, apenas a castanha foi fruto de pesquisa. Houve o exame da castanha durante algumas safras, como se perceb no trecho a seguir:

No final do ano de 1993, o ISA solicita à Ecotec - Sociedade para o Desenvolvimento Tecno-Ecológico - um estudo para a Implantação do Projeto de Processamento Descentralizado de Castanha-do-pará na Reserva Indígena Xikrin do Cateté. O estudo foi elaborado com dados obtidos no levantamento e análise do potencial dos castanhais da terra Indígena, realizado durante o ano de 1993, pela participação conjunta de engenheiro florestal e os índios Xikrin.

Nesse mesmo ano, quatro representantes Xikrin visitaram o projeto de beneficiamento da castanha-do-pará dos seringueiros da Reserva Extrativista de Xapuri. A partir desses estudos e da vontade dos Xikrin em desenvolver o mesmo projeto, elaborou-se um pedido de financiamento ao Programa Demonstrativo para a Amazônia – PDA (Instituto, 2000).

A intenção era esperar o final da safra quando o hectolitro de castanha passa dos R\$ 15,00 para R\$ 25,00 (Souza, 2003, entrevista). Mesmo sem o projeto concluído os índios continuam a explorar castanha, o que, afora o aspecto econômico, contribui com outros pontos socioeconômicos importantes para os Xikrin.

A exploração da castanha para os Xikrin é uma atividade-meio e não uma atividade-fim. Ela faz com que os Xikrin saiam da vida sedentária da aldeia, se organizem para o trabalho (seja através de grupos de parentesco ou grupos de categoria de idade), coletem matéria-prima, cacem e pesquem em cantos de difícil acesso, retomem contato com seus rios, corredeiras e cachoeiras, reconheçam seu território, suas trilhas tradicionais, inclusive dentro das áreas de posse da CVRD e da Flona Aquiri/Tapirapé e, finalmente, possibilite a transmissão desse saber às novas gerações (Instituto, 2000).

Enquanto isso, a madeira foi tomando mais e mais importância no projeto *Kaben Djuoi*.

---

<sup>32</sup> No capítulo 2, alertei para o grande volume de palmeiras nessa TI.

Como a madeira foi se potencializando dentro do projeto é difícil de definir sem ter vivido cada uma das fases. Há, no entanto, alguns indicadores. O primeiro é participação mais intensiva da CVRD no projeto. A partir de 1999, a empresa começa a apoiar financeiramente o projeto:

Quadro 6: Valores em reais do financiamento da CVRD ao projeto *Kaben Djuoi*.

Ano	Quantidade liberada
1999	R\$ 351.993,20
2000	R\$ 186.174,80
2001	R\$ 420.958,34
2002	R\$ 392.989,15
2003	R\$ 31.144,79
Total	R\$ 1.383.260,28

Fonte: CVRD, 2003.

Nestes termos, “[...] não estão incluídos os gastos com abertura da estrada por tendo em vista que o fim principal foi garantir o acesso às aldeias” (CVRD, 2003, correspondência). É no período de contribuição financeira da Vale que surge o inventário do qual, depois, foram encontrados os erros de números de espécies. A empresa não esclarece, no entanto, quanto dos mais de R\$ 1 milhão foi para esse trabalho, que foi executado por uma empresa que presta serviços para a Vale nas FLONAS.

O engajamento da CVRD no projeto, no entanto, teria acontecido de maneira lenta, com diversas reuniões e negociações. O engajamento não foi, no entanto, total e sem percalços. “O fato de ser realizado dentro de uma área indígena e ser executado com recursos financeiros do ProManejo e apoio logístico na parte de infraestrutura da Companhia Vale do Rio Doce criou certos entraves na sua gestão, relacionados



basicamente com a agilidade de tomada de decisões” (Instituto, 2002, p. 9). A necessidade da presença mais efetiva da CVRD foi detectada juntamente com a decisão pela terceira área como zona de comercialização. A estrada se tornava imprescindível e o aporte financeiro da empresa teve que ser acionado.

Entre os vários itens negociados estavam as áreas a serem inventariadas para o manejo. Os idealizadores do projeto queriam o inventário em três áreas, mas a Vale acabou negociando e aprovando o trabalho em apenas uma. Também, foi detectado por alguns entrevistados que uma certa hierarquização e burocracia emperraram também as negociações com a Vale, o que seria uma das razões para o atraso da construção da estrada. (Giannini, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista; Guerreiro, 2003, entrevista; Roncoletta, 2003, entrevista). Assim, a atitude da empresa sobre o assunto repete um pouco o modelo adotado para a questão das verbas mensais e estouros de orçamento dos Xikrin, quando se posiciona da seguinte maneira:

A Vale do Rio Doce está preocupada com o futuro das comunidades Xikrin e Gaviões pelo excesso de demanda por recursos, bem como pela forma como estão utilizando esses recursos. A empresa tem tentado conter as demandas indevidas mas não tem logrado êxito. As entidades responsáveis em evitar e/ou coibir os abusos têm sido pouco eficazes nas ações. Isso criou um estado de impunidade que incentiva as ações hostis dos índios contra a empresa para conseguir mais e mais recursos que são gastos de forma desordenada, com sérios prejuízos à qualidade de vida desses povos indígenas no longo prazo (CVRD, 2003, correspondência).

Na prática essa tentativa de “conter as demandas” somente agora começa a ser mais praticada, mas com a presença de outra instituição, qual seja a Procuradoria da República.

É claro que a CVRD não tem, necessariamente, que assistir a todas as demandas. Quanto à possibilidade de tornar a apoiar o projeto, a empresa respondeu de forma genérica: “[...] a Vale estará disposta a apoiar projetos com características estruturantes desde que analisados pela FUNAI e agreguem melhorias à qualidade de vida dos

índios” (CVRD, 2003, correspondência). Esses projetos, no entanto, acabam também não sendo uma boa experiência para a empresa, conforme relato e apreciação de Gordon:

O período da safra de castanha é um outro exemplo. A idéia do “projeto castanha”, segundo a CVRD, é suprir os insumos necessários – transporte para levar os Xikrin ao local da coleta, ferramentas, alimentação básica – a uma atividade que deveria ter fim lucrativo. Isto é, a companhia garante o investimento, para que os Xikrin fiquem com os lucros. Porém, os Xikrin aproveitam a ocasião, deslocando-se em massa para a região onde é feita a exploração, exigindo que a ABN (i.e. a CVRD) pague o fornecimento de “quentinhas” para alimentação, e adquirem uma gama de produtos que não têm relação direta com as atividades da coleta, elevando estratosféricamente os custos do projeto (Gordon, 2003, p. 179).

Nesta direção, repetindo-se a mesma lógica das outras atividades lucrativas (mesmo que só teoricamente) ou não. Conseqüentemente, o apoio da Vale ao projeto foi negociado e desejado pelos seus idealizadores. Com a decisão final da área, a construção da estrada tornou-se imprescindível economicamente.

Como o projeto apontava uma contrapartida para os índios a cada exploração, a empresa acabou cobrindo os custos do mesmo.

“Além do financiamento de R\$ 100 mil da CVRD - R\$ 50 mil para cobrir o prejuízo e R\$ 50 mil para remunerar os índios -, no ano passado (2001), o ISA espera conseguir este ano recursos da empresa - R\$ 200 mil - para montar uma serraria própria, e está tentando um financiamento do Banco da Amazônia S/A – BASA para projetos comunitários, para a exploração da madeira” (Campanilli, 2002).

Essa prática acabou se repetindo no ano seguinte.

A Vale não foi a única financiadora do projeto. No entanto, foi responsável também pelo capital de giro, que em 2002, por exemplo, foi de R\$ 200 mil (ISA, 2003, p. 114). Outros financiadores do projeto colaboraram do seguinte modo:

O projeto Xikrin recebeu para a execução das atividades de manejo florestal durante o período (2000, 2001, 2002) financiamento do ProManejo – sub programa do PPG7 – que destina recursos da ordem de R\$ 1.033.938,86 repassados através do Ministério do Meio Ambiente. A contrapartida do ISA foi da ordem de US\$ 226.388,00 durante vários anos de desenvolvimento e estudos do projeto, provenientes dos seguintes organismos parceiros do ISA: ICCO,

Fundação Ford, PNPI, Programa Norueguês para Povos Indígenas e Comissão Européia (CE), e a Associação Bep-Noi participou com aproximadamente US\$ 13.248,00 com materiais e serviços. Além destes recursos a CVRD destinou durante estes anos R\$ 794.623,28 (Instituto, 2002, p. 1).

Antes de continuar o detalhamento, nota-se que os valores atribuídos à Vale são bem menores que os que a companhia diz ter gasto: R\$ 1.383.260,28 de 1999 a 2003. Mesmo que o ISA não tivesse computado o último repasse da empresa de menos de R\$ 100 mil não chegaria a um valor semelhante. Precisaria, assim, ser feita uma análise de todos balanços com detalhamento, o que, neste momento, não pode ser realizado. Apenas a título de ilustração, no balanço financeiro do ISA de 2002, o projeto dos Xikrin do Cateté representou 6,8% do total de R\$ 9.596.232,04 que a instituição gastou, recursos tanto da Vale quanto dos outros financiadores.

Historicamente, os incentivos vieram da seguinte forma:

**Parceiros** - O projeto para a elaboração do Plano de Manejo Socioambiental na área indígena Xikrin do Cateté foi ou está sendo financiado pelas seguintes organizações:

**1991** : Fundo Nacional de Meio Ambiente, Companhia Vale do Rio Doce pelo Convênio Xikrin/CVRD/Funai, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas/Programa Norueguês para Povos Indígenas - FAFO/PNPI - para o apoio à Associação Bep-Noi e à legalização do Projeto, Programa Piloto de Proteção das Florestas Tropicais do Brasil - PPG7- pelo Programa Demonstrativo PD/A, Fundação Ford para o gerenciamento do Projeto por parte do ISA e elaboração do Business Plan.

**1998 e 1999:** Banco Mundial/Companhia Vale do Rio Doce - para a continuidade do gerenciamento pelo ISA, assim como para financiar parte dos estudos necessários para a realização do manejo florestal na área indígena Xikrin do Cateté.

**2000-01-02:** O projeto contará com o apoio do Programa Iniciativas Promissoras - ProManejo - do Ministério do Meio Ambiente e a contrapartida institucional financiada pela CVRD (Instituto, 2000)

Os números e os financiadores, contudo, são partes dessa história institucional. Sua importância não pode ser anulada.

Nesta perspectiva, durante o trabalho de campo, foi possível perceber que os números e o dinheiro, chamado pelos Xikrin de *piôkaprin* ou folhas pálidas como documenta Gordon (2003), estavam sempre na mente dos Xikrin. Entre as razões listadas para o descontentamento do projeto estava a questão financeira. “O projeto dava muito pouco”, afirmaram pelo menos três lideranças durante o trabalho de campo. Aliás, Gordon já havia salientado essa questão. “Uma boa safra de madeira retirada pelo Projeto renderia anualmente aos Xikrin o que eles recebem em dois meses de Verba Mensal” (Gordon, 2003, p. 134). Portanto, na concepção Xikrin, não havia porque privilegiar o projeto. Suas estratégias de política econômica e esforços seriam mais lucrativas se direcionados às negociações com a CVRD.

Apenas a questão financeira, no entanto, não explica a paralisação das atividades do projeto. Os problemas técnicos que foram levantados eram percebidos e considerados pelos índios. Nas palavras do ISA:

Desde a comercialização da madeira extraída no ano de 2001, os índios Xikrin passaram a expressar de várias formas o seu descontentamento com o projeto. Perceberam o nervosismo da equipe com os erros cometidos nos levantamentos do diagnóstico e censo florestal, assim como a indefinição na análise da viabilidade financeira do empreendimento. Por outro lado, a equipe teve que dar conta dos erros cometidos por terceiros para poder realizar a safra de 2003, e várias decisões foram tomadas sem que houvesse discussão e participação dos índios Xikrin. O ano foi difícil para todos (Instituto, 2003, p. 115).

Outras questões políticas entre brancos e brancos, entre índios e índios e entre índios e brancos contribuíram para a paralisação de 2003. Algumas delas já foram destacadas, relevando o viés técnico e econômico. Antes de entrar nas questões entre índios e índios, é preciso detalhar outras entre os brancos, ou melhor, entre as instituições dos brancos.

A FUNAI, conforme foi relatado no Capítulo 5 e será discutido também na análise do projeto, mostrou uma certa ambigüidade e inconstância em relação aos

Xikrin e ao projeto. Tal procedimento pode ter tido fundamentos na própria estrutura da Fundação. Localmente, o órgão atende com 30 funcionários cerca de 3.500 índios de 22 aldeias diferentes. Nacionalmente, há vários grupos dentro da FUNAI que, em alguns casos, não apoiaram ou atrasaram o projeto Xikrin. O apoio ao projeto, com relação à FUNAI-Marabá, materializou-se com o suporte físico, instalando a sede da Associação ao lado no terreno dessa Instituição, onde permaneceu até 2002. Nacionalmente, houve divergências sobre o projeto. As pressões foram grandes que terminaram paralisando ou retardando algumas etapas do processo. Neste sentido,

Apesar da aprovação do Plano de Manejo Florestal da Terra Indígena Xikrin ter sido oficializada em 1995 pelo presidente da FUNAI, em 1997 foi criado um Grupo de Trabalho (GT) dentro do órgão para analisar o Plano. O resultado desse GT foi o ordenamento da paralisação das atividades do Projeto, que já caminhava para o início da extração de madeira, contando inclusive com parceiros compradores (Van den Berg) e financiadores da exploração (CVRD e Banco Mundial). A paralisação, entretanto, desmobilizou os parceiros, que preferiram aguardar o desfecho da situação e uma autorização formal da FUNAI para o Projeto (Souza, 2002, p. 73).

Quanto ao aspecto fiscalizador, a pesquisa identificou uma ausência das instituições governamentais, vide também o IBAMA. Sua presença só aconteceu na etapa final do projeto quando as relações entre ISA, madeireira e os índios já se deterioravam. Só em 2002, a FUNAI local enviou um engenheiro florestal para verificar o que acontecia no projeto. Alguns integrantes da FUNAI, como o chefe de posto do Cateté, participaram mais intensamente do projeto, mas fora dos quadros dessa Fundação.

Com a saída do ISA, representantes do órgão começaram a questionar o andamento do projeto, chegando a denunciar as relações entre a Brumila e os índios junto à Procuradoria da República, que resultou no procedimento administrativo, n. 1.23.001.000002/2003-90 (Anexo 5), onde a FUNAI questiona um contrato sem a assinatura do ISA, restringido às assinaturas da Bép-Noi e Brumila. O acirramento do

relacionamento entre Brumila e a referida fundação, acontece logo a seguir do episódio da retirada dos integrantes do projeto de manejo na área. Para entender aspectos desse embate burocrático é preciso contextualizar um pouco do episódio.

Conforme já foi dito no relato do ISA, no ano de 2002, o relacionamento entre a ONG e os índios já se arrefecia. O ápice desse drama (esse termo talvez seja o mais apropriado) aconteceu quando, durante novembro, os Xikrin decidiram tirar os trabalhadores oriundos das atividades de manejo da área (Anexo 6). Em campo, foi possível identificar algumas linhas de tensão. Alguns entrevistados lembraram, de maneiras diferentes, fatos corriqueiros que acabaram minando o relacionamento. Com um grupo grande de profissionais dentro da área, havia um certo racionamento do “rancho”, ou seja, alimentação para os trabalhadores.

Os Xikrin, no entanto, iam frequentemente à área do projeto para caçar, provavelmente utilizando a atividade para fiscalizar o projeto. Em certas ocasiões, os índios acabaram com o “rancho” dos profissionais, comendo o que havia no local e levando o restante. “Teve uma ocasião que eles tiraram a panela cozinhando”, disse um dos entrevistados. Para tentar limitar essa prática, os integrantes começaram a frear tal conduta, o que acabou incomodando os índios. Outro problema de relacionamento entre índios jovens e um técnico, engajado desde o início do projeto, provocaram sua demissão (Eimar Araújo, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista; Instituto, 2003; Roncoletta, 2003, entrevista; Silva, 2003, entrevista; Alberto Lima da Costa, 2003, entrevista). Também havia uma certa animosidade particular entre o mateiro e um dos jovens Xikrin.

Aparentemente, essa conduta e os questionamentos sobre o projeto no interior das aldeias acabaram acirrando o conflito. Numa ação aparentemente desarticulada, os índios decidiram retirar os integrantes do projeto da área. Foi dado um prazo de 12

horas para a saída da equipe e os equipamentos (computadores, papéis e algumas ferramentas) foram levados pelos índios para o posto da FUNAI na aldeia Cateté. Resumidamente, é possível concluir que parte das lideranças da Cateté decidiu paralisar o processo, o que foi acompanhado, apesar de algumas oposições às ações, por outras lideranças Xikrin.

Na prática, a parada provocou novamente problemas financeiros, já que boa parte da madeira ficou parada alguns meses na serraria (Roncoletta, 2003, entrevista; Souza, 2003, entrevista). Os conflitos entre FUNAI e Brumila começaram a ocorrer a partir daí, conforme carta da empresa constante do processo administrativo já citado (Anexo 7), que mostra a intenção da Fundação de vender as árvores em tora, o que efetivamente diminuiu o valor agregado ao produto. A mesma carta aponta outro problema técnico com relação ao projeto.

Finalmente queremos informar que toda a madeira precisará ser medida e calculada novamente, pois encontramos um grave erro feito pelo pessoal o ISA que cubou a madeira (sic). Foi colocada no computador uma fórmula que alterou em mais de 30% a quantidade de madeira. Ao invés de 1698 m<sup>3</sup>, iremos encontrar aproximadamente 1.300 m<sup>3</sup>. Isto poderá ser confirmado com sr. Nilto Tatto, diretor executivo do ISA (Anexo 7).

O ISA tem apontado, em publicações e relatórios, uma auto-avaliação dos seus procedimentos durante a execução do projeto.

Em publicação do site em 2000, ou seja, no início do projeto já se apontava as dificuldades que ocorreram e ainda haveria:

A alternativa de manejo socioambiental criado e aplicado em conjunto com os Xikrin do Cateté representou, para o ISA, uma experiência que enfrentasse os seguintes desafios:

- a) ineditismo da proposta e reações por parte dos órgãos oficiais;
- b) falta de recursos financeiros e de capital inicial para o desenvolvimento do projeto de exploração, transporte e beneficiamento dos recursos madeireiros e da castanha-do-pará;

- c) pouco conhecimento dos requisitos legais necessários para a comercialização interna/externa dos produtos madeireiros e não-madeireiros;
- d) pouca capacitação administrativa por parte da Associação Bep-Noi;
- e) capacidade precária de gerenciamento por parte do ISA;
- f) falta de uma coordenação mais presente no dia-a-dia do projeto;
- g) constantes invasões promovidas por empresas madeireiras na área Xikrin;
- h) poucas opções de parceiros locais (Instituto, 2000)<sup>33</sup>.

Essa lista é útil também para lembrar alguns aspectos, ainda não discutidos<sup>34</sup>. Assim, o item “a” mostra o conflito que aconteceu nos últimos anos entre a FUNAI, o ISA e a Brumila, mas também salienta a tramitação burocrática da aprovação do projeto. Já o item “d” pôde ser verificado durante a pesquisa de campo, quando foi solicitada a documentação do projeto, e acabei não conseguindo as informações através dos funcionários da Bép-Noi.

Nesse sentido, o ISA procurou amenizar o problema com programas de capacitação que assim pode ser exemplificado:

No período de abril a novembro de 2002, o projeto de capacitação esteve sistematicamente em contato com a ABN através de e-mail e telefone. Recebeu os relatórios financeiros, analisou-os e sugeriu mudanças sempre que necessário. Deu orientação com relação ao gerenciamento do orçamento mensal, quitação de débitos, envio de solicitação de recursos no prazo para não haver atraso na liberação pela CVRD; e fez contatos com Rosan M. Figueiredo, da CVRD, a respeito da quitação dos débitos e dos prazos para liberação de recursos (Instituto, 2003, p. 115).

O programa de capacitação para a Associação contemplou os seguintes meses: agosto e outubro de 2000, março e outubro de 2001, abril, junho, agosto e setembro de 2002.

---

<sup>33</sup> Para facilitar nossa enumeração ordenei os itens através das letras do alfabeto, o que não acontece no documento original.

<sup>34</sup> Os itens b, c e e já foram discutidos anteriormente.



Tais procedimentos pareciam estar sendo incorporados pelos funcionários, com reflexo nos índios, segundo as conversas mantidas em campo. As limitações, porém, existem como constata o ISA. “Várias recomendações e sugestões feitas em 2000 foram repetidas em 2002, porque ainda não haviam sido adotadas e continuavam sendo necessárias” (Instituto, 2003, p. 115). Quanto ao item “f”, alguns dos entrevistados apontaram a falta de coordenação no dia-a-dia de várias maneiras. Para alguns, os Xikrin reclamavam que queriam ver o chefe, mesmo tendo um bom relacionamento com os que estavam na frente do campo, pois eles percebiam que não eram estes os que poderiam decidir. Em 2002, aconteceu um hiato quando não houve a interlocução permanente de um antropólogo, que soubesse também a língua. Giannini, que havia saído do projeto em 2000, sendo substituída por César Gordon, volta rapidamente em julho de 2002. Gordon teve que se retirar para cumprir compromissos acadêmicos.

O item g, ao que tudo indica, foi uma constante apenas no início do projeto e será discutido na análise. O item h aponta para dois problemas encontrados pelos idealizadores. O primeiro foi quanto à escolha da madeireira. Havia, por exemplo, madeireiras como a Peracchi, interessada em participar do projeto e com a infraestrutura adequada, mas seria completamente contraditória sua inclusão, já que a empresa sofria processo levantado pelo próprio ISA. A Brumila acabou sendo incluída porque tinha certas qualidades de infra-estrutura para serragem que interessava a um possível comprador, qual seja, a madeireira Van den Berg, que já tinha um projeto de manejo madeireiro comunitário em Papua Nova Guiné. O acordo de compra e venda, no entanto, acabou não sendo firmado pelo atraso burocrático já citado anteriormente. Na outra ponta, a Brumila sempre trabalhou apenas essa atividade, às vezes terceirizando parte da serragem, comprando árvores de terceiros pois não tinha estrutura para

exploração. O problema foi equacionado pela entrada da Mata Terra Planagem, empresa local que, segundo o ISA, satisfaz o trabalho e foi apontada como necessária para a continuação do projeto.

O relacionamento desses vários atores com os índios, de alguma forma já foi discutido. Na primeira viagem de campo da pesquisa, o ISA foi apontado pelas lideranças como ruim. “O ISA quer mandar em tudo”, disse uma das lideranças indígenas na época. O discurso acabou sendo atenuado durante a segunda viagem, onde, depois de um ano sem o projeto, começaram a se interessar pela volta desse instituto ou de quem pudesse continuá-lo com os índios. Já em 2004, no entanto, as lideranças decidiram encerrar definitivamente o projeto. A questão social sempre foi uma preocupação do ISA no projeto. Como citado anteriormente, a ação dessa ONG foi comparada à iniciativa do padre Carón, trabalho de décadas anteriores. Uma das preocupações do religioso foi a divisão igualitária do dinheiro recebido pelo comércio. No primeiro de pagamento do projeto, o dinheiro acabou sendo repassado diretamente para a Associação.

Na comunidade Xikrin houve uma reclamação sobre a divisão do dinheiro e que ele teria ficado pela Associação. No ano seguinte, a equipe do ISA levou os rendimentos para a aldeia. Houve reações contrárias a tal procedimento.

No dia que fizemos isso, em dezembro de 2001, tendo levado “a aldeia um malote de R\$ 20 mil em notas de dez (!), que foram divididos entre as turmas e entregues nominalmente a cada um (mediante recibo), pois nesse mesmo dia, o chefe Tàkàk-1 mostrou-se extremamente desagradado, negando-se a receber R\$ 200,00 que lhe couberam ditos por ele “*meprinre nhô piôkaprin*” (‘dinheiro de criança’).<sup>35</sup> E arrematou para mim: “se for isso o Projeto, eu não quero mais Projeto. Você tem que fazer assim – quando sair uma venda da madeira, tira primeiro uma parte para mim, para seu *ngët* [eu o

---

<sup>35</sup> Por fim, sua esposa recolheu o dinheiro em uma bolsinha de couro preta.

chamava por esse termo], depois divide o resto para a comunidade (Gordon, 2003, p. 190-191).

Como já foi salientado, a sociedade Xikrin tem manifestações diferentes sobre questões políticas interétnicas e internas. Atualmente, eles parecem ter posições distintas sobre o projeto. Há muita controvérsia interna sobre o assunto. É interessante lembrar que, durante a viagem de campo ao Cateté, havia uma deliberação entre as lideranças. Apenas *Bep-Karoti* falou sobre o projeto.

Os antropólogos entrevistados, que já viveram entre os Xikrin, confirmam que ocorrem diferentes posicionamentos em diversas decisões. A cisão das aldeias, materializada nas duas associações, mostra que essa articulação pode ser mais complicada. Ao perguntar sobre a continuação do projeto, lideranças do *Djudjekô* mostraram-se a favor, mas salientaram que, da próxima vez, seu grupo iria querer uma divisão meio-a-meio dos lucros. Isso, apesar da aldeia ser menor em número de habitantes.

Enfim, nesse capítulo tentou se identificar o que foi possível apurar ou entender sobre o andamento do projeto *Kaben Djuoi* entre os vários atores sociais envolvidos. Há algumas lacunas de números e detalhes socioantropológicos. O primeiro problema é consequência, apesar do vasto número de documentos consultados, de aspectos circunstanciais da pesquisa de campo, que ocorreu no momento em que o projeto estava sendo suspenso. A segunda lacuna só seria possível implantar com uma convivência maior e efetiva durante todo o processo, o que não foi o caso. Segue, então, uma análise pontual sobre o que foi visto, ouvido e lido nesses dois anos de pesquisa.

## **9 LIÇÕES DE UM PROJETO INÉDITO**

*A velocidade para os índios e brancos, em todos os sentidos, é muito diferente. Enquanto a do*

*homem branco navega com o pensamento, a dos índios caminha como a noite e o dia, levando uma enorme desvantagem* (Terena, 2000, p. A-3).

O que um projeto como o *Kaben Djuoi* pode ensinar? Essa talvez seja a questão que ficou rodeando toda a pesquisa de campo que fundamentou esse trabalho. A análise que segue não pretende ser utilitarista, adjetivo carregado de sentido reducionista, mas serão apontados possíveis caminhos dentro dos limites da pesquisa, conforme detalhado no Capítulo 4. Não que esses caminhos sejam os únicos, nem os mais corretos.

A intenção de identificar, através de tudo que foi escrito anteriormente, os rumos que tomou e pode tomar o projeto *Kaben Djuoi*. Não se trata de futurologia, nem de um julgamento sobre os atos, as pessoas e as instituições. O objetivo é discutir os pontos positivos e negativos que tal iniciativa teve tanto para a sociedade Xikrin quanto para o aprimoramento do que se costuma chamar desenvolvimento sustentável comunitário. Para tal, serão colocadas em questão as hipóteses levantadas no Capítulo 4, além dos objetivos enumerados pelo ISA e já citados no mesmo capítulo.

O ineditismo do programa sempre fez parte das perspectivas do projeto. O primeiro engenheiro florestal para o inventário era costarriquenho por não haver profissionais especializados à época no País (Souza, 2002). Os idealizadores do projeto sempre tiveram em mente que o trabalho poderia ser replicado, condição interessante a qualquer política pública. O modelo, de algum modo, tem sido pretendido pelos índios Kayapó e de outras etnias como os Tembé<sup>36</sup>. A levar-se em conta, que um projeto tão ambicioso pudesse ser implantado é necessária uma vontade política que está questionada na primeira hipótese.

1) A implantação do projeto só foi possível com a participação de outras instituições. A questão é detectar se houve ou não conflito de

---

<sup>36</sup> Informação dada informalmente pela Procuradoria da República no Pará.

interesse entre partes e se os índios se mostram preparados para a autonomia proposta pelo projeto. (Instituto, 2000)

Primeiramente, deve-se definir o que pode ser considerada implantação. Nessa perspectiva o projeto ultrapassou vários percalços, chegando a etapas difíceis como conseguir o selo FSC, a criação de jurisprudência para a autonomia indígena, além de promover uma discussão mais profunda (porque cheia de prática) pelos atores sociais envolvidos sobre as questões de desenvolvimento sustentável.

A expectativa econômica do projeto, no entanto, não foi alcançada, como foi visto através dos números. Para alguns entrevistados, essa sustentabilidade econômica poderia ter sido alcançada ainda em 2003 com a entrada da serraria própria, juntamente com o FSC,<sup>37</sup> e evitando problemas anteriores. Havia quem apostasse em uma produção de 3.000 metros cúbicos ao ano. As limitações, no entanto, ainda trazem dúvidas. Outros duvidaram do real potencial da área para a implantação de um projeto florestal do porte definido, exatamente porque os Xikrin vivem em uma área de transição (Giannini, 2003, entrevista; Guerreiro, 2003, entrevista; Roncoletta, 2003, entrevista; Silva, 2003, entrevista; Souza, 2003, entrevista; Tatto, 2003, entrevista;). De qualquer modo, as conquistas conseguidas como o selo verde e a serraria não puderam ser usufruídas com a saída em dezembro de 2002 da equipe do ISA e a suspensão do projeto. Mais do que conflitos de interesses diferenciados explicitamente, o projeto parece ter apresentado outro de posicionamento e direcionamento diferentes e que serão mais discutidos na segunda hipótese.

Quanto à questão da autonomia dos índios, é óbvio que o caminho ainda é grande. As lideranças indígenas apresentaram, durante o campo, interesse em voltar o projeto, mas têm consciência de suas limitações. Os rombos do orçamento da Vale para

---

<sup>37</sup> Essa constatação traz uma sensação de que “morremos na praia” para alguns dos envolvidos no projeto.

o projeto e falta de profissionalismo da associação são apenas dois aspectos desse problema. O processo de capacitação feito pelo ISA foi uma tentativa. Durante todas as discussões, os índios acabaram ampliando seu leque de visão sobre o tema (Giannini, 2003, entrevista; Gordon, 2003, entrevista). A educação, que é considerada impreterível para o processo comunitário (Simonian, 2004), teria que ser atuante e prática com relação a essas questões. Alguns entrevistados, porém, apontaram negligência por parte das associações, FUNAI e CVRD sobre esse aspecto. Mesmo o projeto *Kaben Djuoi*, por suas proporções, acabou negligenciando esse aspecto (Araújo, 2003, entrevista; Giannini, 2003, entrevista). A questão educacional terminou não sendo o foco dessa pesquisa. Tal problemática, no entanto, precisaria ser mais detalhada em uma outra pesquisa.

Institucionalmente, o ISA também entrou em situações delicadas politicamente junto aos índios, como a problemática da distribuição de dinheiro. Apenas para enfatizar, é de lembrar-se a posição de Gordon, a respeito:

Uma das dificuldades do ISA decorre justamente da questão da distribuição dos lucros da comercialização da madeira. É preciso um jogo político delicado entre corresponder às expectativas da “comunidade” e o financiamento do PPG-7 exige que seja um “projeto comunitário”, revertendo em melhoria de vida para todos – e os interesses particularistas dos chefes (Gordon, 2003, p. 19).

Essa questão, que tem sido tocada indiretamente no trabalho, pode ser um grande campo de reflexão para os antropólogos.

Ainda sobre o ponto de vista da participação, houve pressões de vários lados para continuidade e paralisação do projeto. As dificuldades jurídicas decorrentes do ineditismo e das pressões dentro do governo federal mostram o jogo de interesses. Mas, efetivamente, o maior problema que o ineditismo criou foi deixar muitos caminhos

abertos como opções que podiam ser percorridas. Esse grande leque deu margem para que as teses de alguns setores, como o madeireiro e da Vale, se sobrepusessem às outras por questões obviamente financeiras.

Passando para segunda hipótese, podem ser detalhados outros aspectos ainda não abrangidos.

2) Há uma clara predominância da madeira no projeto, o que contraria as indicações de autores que defendem a diversificação. Ao que tudo indica, a priorização é escolha dos próprios índios, mas há outras possibilidades de aproveitamento, que teriam que ser detectadas (Instituto, 2000).

A primeira hipótese indicou os problemas de implantação da etapa madeireira e já fala um pouco sobre a questão da priorização. A princípio, percebe-se que as dimensões do projeto foram sendo ampliadas ao longo do tempo. Assim, os interesses empresariais de tentar objetivar o projeto acabaram se sobrepondo a outros interesses. Em parte, a causa desse direcionamento está no próprio relacionamento com os Xikrin, que ansiavam lucros imediatos. É importante aqui ressaltar que, sobre o aspecto ecológico, o projeto tem um baixíssimo impacto. A média das explorações foi 1,12m<sup>3</sup> de madeira por hectare. A floresta Xikrin teria potencial para 6m<sup>3</sup> por hectare. A questão operacional, no entanto, é claramente pesada economicamente.

Quanto a um rumo que contemplasse as alternativas de diversificação, esse objetivo foi discutido, mas poucas vezes posta em prática. A extração de castanha continua sendo importante do ponto de vista antropológico, mas ressent-se economicamente por motivos já apontados anteriormente. Uma alternativa, já estudada, mas abandonada, foi uma atividade que integrava os gêneros, a saber:

O Projeto *Nhiokpoki*, de valorização do grafismo Xikrin, tradicionalmente utilizado na pintura corporal. Com apoio da CVRD, o projeto pretendia aplicar o grafismo Xikrin a produtos de qualidade voltados para a comercialização e geração de renda para a comunidade. Cores, motivos e proporções originais seriam respeitados, procurando vitalizar a cultura Xikrin, além de consolidar

uma atividade para as mulheres, bem como uma alternativa de renda para elas. O projeto, idealizado no final da década de 90, foi recebido com entusiasmo pelas índias e parceiros, mas pouco depois foi interrompido, situação na qual continua até hoje (Souza, 2002, p. 70)

Há ainda, como intenção dos índios, uma alternativa mais questionável sobre o ponto de vista da sustentabilidade, qual seja, a criação de bois. Aparentemente, essa opção os tornaria semelhantes às elites locais. Outros projetos, como extração de óleos, têm ainda um longuíssimo caminho teórico, tecnológico e prático para começar se concretizar como tal. Enfim, como já foi ressaltado, o projeto acabou priorizando a madeira por interesses ligados ao setor madeireiro e também à Companhia Vale do Rio Doce que, provavelmente, apostou nesse modelo não por sua viabilidade econômica, mas por sua visibilidade institucional.

A terceira hipótese também deverá ser relativizada antes de tentar procurar uma resposta. A discussão trata do seguinte:

3) Os objetivos indicados pelo ISA não foram possíveis de serem alcançados, com exceção do primeiro item. A questão é verificar as razões, além de relativizar as intenções dos atores (Instituto, 2000).

Neste ponto é necessário lembrar os objetivos do ISA:

[...] (i) a curto prazo, afastar ou enfraquecer as possibilidades de reatamento dos interesses da comunidade indígena com os agentes econômicos do modelo regional predatório, especialmente as empresas madeireiras interessadas no corte do mogno; (ii) a médio prazo, gerar um volume regular de renda compatível com as demandas indígenas por bens e serviços; e, (iii) a longo prazo, promover a sustentabilidade socioambiental da área Xikrin, difundir o modelo para outras áreas indígenas, especialmente para as demais áreas Kayapó e contribuir para o fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais (Associação, 2001, p. 6; Instituto, 2000).

Obviamente, boa parte desses objetivos só seria, ou será, alcançada num futuro ainda não completamente estimado. Conforme a pesquisa, há um afastamento temporário dos outros madeireiros após a efetivação do projeto, o que colabora para o êxito do primeiro objetivo. A saída desses atores, no entanto, teve também, além do projeto, a colaboração



de outros fatores como a criação da VM pela Vale, a repressão à “máfia do mogno” e a escassez dessa matéria-prima dentro da TI.

A ameaça, no entanto, retorna agora com a paralisação do projeto. Um ponto positivo do projeto foi a capacitação e o relacionamento com a empresa de exploração de Tucumã. O trabalho com a empresa foi eficiente. Também foi uma oportunidade para os trabalhadores da empresa acostumados com a lógica predatória regional conhecerem os parâmetros do desenvolvimento sustentável.

O segundo objetivo talvez pudesse ser alcançado com a continuação do projeto, conforme foi discutido nesse mesmo capítulo. A questão, no entanto, é tentar identificar o que é renda compatível. Essa definição ainda é uma incógnita seja pelo consumismo exacerbado dos Xikrin, seja pela VM que cobre os gastos e mantém a “inflação em espiral”, apontada por Gordon (2003). Quanto ao terceiro objetivo parece que parte pode ter sido alcançada pelo menos no que trata do fortalecimento dos direitos indígenas sobre a gestão dos seus recursos naturais, já que o projeto criou uma jurisprudência até então inédita. A sustentabilidade socioambiental desses índios, no entanto, ainda é fortemente dependente dos serviços da CVRD, que ainda serão discutidos a seguir.

Este é o problema da última hipótese:

- 4) As relações políticas e econômicas dos índios com a CVRD acabam engessando alternativas para o desenvolvimento sustentável comunitário na área (Instituto, 2000)

Há, ainda, aspectos que podem contribuir para essa questão. Como já foi detalhado, apesar da preocupação da empresa com os aspectos do consumo, a CVRD tem sido passiva tanto em relação aos estouros de VM quanto à dinâmica do projeto. Um dos funcionários entrevistados definiu a atual situação Xikrin como posição de “adolescente”, que algum dia será adulto, o que demonstra uma insensibilidade em

relação a sociodiversidade e um desconhecimento da lógica cultural e econômica dos Xikrin. Gordon (2003) lembra que alguns funcionários reclamam da falta de “racionalidade” dos Xikrin.

Um posicionamento de superioridade parece abranger essa dinâmica. E há, assim, uma sutil queda de braço entre os dois atores. A VM é a materialização desse conflito. Obviamente, o retorno financeiro dessa Verba acaba sendo muito mais vantajoso política e economicamente para os Xikrin do que o projeto. Os números já foram comparados. No entanto, talvez seja a partir de uma manipulação racional da VM pelos índios que o objetivo da capacitação e autonomia dos Xikrin pode começar a ser solidificada. Algumas atitudes, como a intervenção da Procuradoria da República, têm sido tomadas para refrear a dinâmica depreciativa atual. E é a partir dessas negociações que órgãos públicos, antropólogos e ONG podem auxiliar numa melhor harmonização do relacionamento dos Xikrin com sua sociedade envolvente. Desse modo, se estará contribuindo para a concretização de uma maior consciência para essa sociedade ágrafa quanto às finanças do branco.

A retirada da VM seria um conflito completamente indesejável para a Vale, além de ferir princípios como os do direito adquirido, mas sua racionalização e demonstração de exemplos de caminhos para sua utilização poderão ajudar os Xikrin a se capacitarem para uma futura autonomia. Esse trabalho, no entanto, precisaria ser acompanhado de novas alternativas de geração de renda e valorização cultural dentro da comunidade. Na verdade, atualmente os índios têm caminhado apenas pela dinâmica de pressão contra a CVRD. Já a empresa tem uma estrutura pequena (três funcionários envolvidos diretamente) e sofre de problemas com relação a um acompanhamento antropológico. Assim, o relacionamento com a Vale não seria um obstáculo, mas um caminho para propostas sustentáveis para as gerações futuras dos Xikrin.

Enfim, de vários ângulos, a questão da sustentabilidade de um projeto de manejo comunitário em área indígena é um potencial ainda grande. Entretanto, a adoção de tal procedimento deve ser melhor analisado, principalmente, sobre o ponto de vista das intenções do grupo que seria ou será beneficiado pelo trabalho. Nessa mesma perspectiva, também a viabilidade econômica que esse tipo de projeto necessita para se tornar uma realidade palpável, há de ser considerada.

## REFERÊNCIAS

ABRAMO, P. Pesquisa em ciências sociais. In: HIRANO, S. (Org.). **Pesquisa social: projeto e planejamento**. Parte I. São Paulo: T. A. Queiroz, 1979. p. 21-88.

AMIGOS da Terra. **Legalidade predatória: o novo quadro da exploração madeireira na Amazônia**. São Paulo, jun. 2002. Disponível em: <[www.amazonia.org.br](http://www.amazonia.org.br)>. Acessado em: 20 jul. 2002.

ASCHER, W. Overcoming economic obstacles in forestry. In: \_\_\_\_\_. **Community and sustainable forestry in developing countries**. San Francisco: Institute for Contemporary Studies Press, 1995. p. 51-82.

\_\_\_\_\_. Government support for forestry Communities. In: \_\_\_\_\_. **Community and sustainable forestry in developing countries**. San Francisco: Institute for contemporary Studies Press, 1995. p. 125-157.

ASSOCIAÇÃO BEP-NOI e INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. **Plano de manejo florestal da terra indígena Xikrin do Cateté**. São Paulo: Isa (Instituto Socioambiental), 2001. 75 p. + anexos.

\_\_\_\_\_. **Plano de negócios - projeto de manejo florestal sustentável Xikrin do Cateté**. São Paulo: ISA, 2000. 30 p.

BARLETT, D. L.; STEELE, J. B. Saiba quem está lucrando com os cassinos indígenas. São Paulo: **UOL ONLINE**, 10 dez. 2002. Disponível em: <[www.uol.com.br/uolonline](http://www.uol.com.br/uolonline)>. Acessado em: 15 dez. 2002.

BARRETO, P.; ARIMA, E. **Florestas nacionais na Amazônia – consulta a empresários madeireiros e atores afins à política florestal**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Programa Nacional de Florestas, 2002. 64 p.

\_\_\_\_\_; *et al.* **Impactos do manejo florestal na economia da exploração de madeira na Amazônia oriental**. Belém: IMAZON, 1996.

BECKER, B. K.; Estado, Nação e região no final do século 20. In: D'INCAO, M.A.; SILVEIRA, I. M.(Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. P. 103-109.

BORDA, O. F. Aspectos teóricos da pesquisa participante: considerações sobre o significado e o papel da ciência na participação popular. In: BRANDÃO, C. R. (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981. p. 42-62.

BRASIL, E. G. Madeiras fantasmas destroem floresta amazônica. Belém: **Notícias Ambientais / IBAMA**. Disponível em: <[www.ibama.gov.br/noticias/materia.htm](http://www.ibama.gov.br/noticias/materia.htm)>. Acessado em: 30 ma. 2002.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Cidade por cidade**. Brasília: IBGE, 2002. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/cidadessat](http://www.ibge.gov.br/cidadessat)>. Acessado em: 10 nov. 2003.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Relatório sobre madeireiras asiáticas na Amazônia. Brasília: Câmara dos Deputados, dez 1997. Disponível em: <<<http://www.socioambiental.org/website/noticias/naintegra/madeira.rtf>>>. Acessado em: 07 jan 2003.

CAMPANILI, M. Exploração correta de madeira ainda é difícil na Amazônia. São Paulo: Agência Estado, dezembro de 2001. Disponível em <[www.agemado.com.br/ciencia](http://www.agemado.com.br/ciencia)>. Acessado em 15 dez. 2001.

CAPRA, F. **O ponto de mutação – a ciência, a sociedade e a cultura emergente**. São Paulo: Ed. CULTRIX, 1982. p.180-255.

CARDOSO, R. C. I. Aventuras de antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método. In: \_\_\_\_\_. (Org). **Revista de Antropologia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. p. 95-105.

CARVALHO, J. O. P. *et al.* **Relatório final de projeto – técnicas silviculturais para regenerar e aumentar a produção volumétrica de mogno (*Swietenia macrophylla* King) em floresta natural**. Belém, PA: EMBRAPA, SECTAM, 2002. 20 p.

CASTRO, E. Estado e políticas públicas na Amazônia em face da globalização e da integração de mercados. In: COELHO, M. C. *at al.* **Estado e políticas públicas na Amazônia – gestão do desenvolvimento regional**. Belém: CEJUP, 2001. p. 7-32.

CENTRO ECUMÊNICO DE DOCUMENTAÇÃO – CEDI. Xikrin do Cateté – continua rapina do mogno. **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 398.

\_\_\_\_\_. O mogno Kaiapó . **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – Sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 312-314.

COELHO, M. C. N. A Polêmica ocupação dos sem-terra na região de Carajás. In: XIMENES, T. **Perspectiva do desenvolvimento sustentável, uma contribuição para a Amazônia 21**. Belém: NAEA, UFPA, 1997. P.381-388.

COUTINHO, L. A floresta dá dinheiro. **Veja**, São Paulo, 22 ag. 2001. p. 30.

CUNHA, M. C. (Org.); **História dos índios no Brasil** . São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 608 p.

CUNHA, M. C. da; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. In: CAPOBIANCO, J. P. (Org.). **Biodiversidade na Amazônia brasileira**. São Paulo: Editora Estação Liberdade/ISA, 2001. p. 184-193.

DAVIS, S. H. **Victims of the miracle: development and the Indians of Brazil**. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

DECLARACIÓN DE BELÉM. In: **Taller de Manejo Comunitario e Certificación Florestal en Latinoamérica**, 2003, Belém. Anais. Belém: Imazon, 2003. 3p.

DIAZ, M. C. V. **Incorporando a exaustão dos recursos minerais no produto interno bruto do estado do Pará – 1985 a 1998**. 1999. Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento. Belém, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, 1999.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 2. ed. São Paulo: HUCITEC, 1998. 169 p.

FORUM DA AMAZÔNIA ORIENTAL – FAOR. Políticas públicas e controle popular. **Observatório da cidadania – Pará**, Belém, n. 2, p. 185-202, 2002.

FAULHABER, P. Identidade étnica em discussão. In: D'INCAO, M. Â.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, 1994. p. 311-316.

FISHER, W. **Dualism and its discontents: social process and village fissioning among the Xikrin-Kayapo of Central Brasil**. 1991. Ph.D. thesis. Ann Arbor: Cornell University, 1991.

FRIKEL, P. Notas sobre a situação atual dos índios Xikrin do rio Cateté. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo, v. XIV, p.145-158, 1963.

GIANNINI, I. V. A Construção do novo com os Índios Xikrin. In.: LIMA, A. C. de S.; HOFFMANN, M. B. (Org.). **Etnodesenvolvimento e políticas públicas, bases para uma nova política indigenista**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2002. p. 107-126.

\_\_\_\_\_. Para entender o polêmico projeto de exploração madeireira na TI Xikrin do Cateté. In: **Povos Indígenas no Brasil 1996-2000**. São Paulo: ISA, 2000. p. 495-500.

\_\_\_\_\_. Xikrin rompem com Modelo Predatório e defendem Manejo Sustentável. In: **Povos indígenas no Brasil 1991- 1995**. São Paulo: ISA, 1996. p 389-393.

\_\_\_\_\_. **Povos indígenas e alternativas de manejo florestal na Amazônia brasileira**. Relato de uma experiência em curso para a elaboração de um plano de manejo de recursos naturais renováveis na área indígena Xikrin do Cateté. Estudo de caso apresentado para o Seminário no Panamá: The Nature Conservancy, Workshop Traditional Peoples and Biodiversity Conservation in Large Tropical Landscape, nov. 1994. 26 p.

\_\_\_\_\_; VIDAL, L. Xikrin do Cateté exploram madeira. E são explorados por madeira. In: **Povos indígenas no Brasil 1987/88/89/90 – Sudeste do Pará**. São Paulo: CEDI, 1991. p. 315-318.

GORDON, C. **Folhas pálidas**. A incorporação Xikrin (Mebêngôkre) do dinheiro e das mercadorias. 2003. 357 f. Tese de doutorado em Antropologia Social, apresentada à Universidade federal do Rio de Janeiro, Museu Nacional, Rio de Janeiro, 2003.

GREENPEACE. **Partners in mahogany crime**: Amazon at the mercy of “gentlemen’s agreements”. The Netherlands: Greenpeace International, 2001. 18 p.

GROGAN, J.; VERÏSSIMO, A.; BARRETO, P. **Mogno na Amazônia brasileira**: ecologia e perspectivas de manejo. Belém: AMAZON, 2002. 64 p.

GRUPO DE TRABALHO AGROECOLÓGICO DA AMAZÔNIA – GTNA. Seminário sobre Certificação Florestal. Belém: no prelo, 2004. 50 p.

HALL, A. L. **Amazônia**: desenvolvimento para quem? Desmatamento e conflito social no programa Grande Carajás. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1991. 259 p.

HURTIENE, Thomas; MESSNER, Dirk. Nuevos conceptos de competitividad. In: **Cambio en el Cono Sur: Crisis y Oportunidades**. Caracas: Editorial Nueva Sociedad, 1994. p.25-74.

ÍNDIOS Xicrin de Água Azul do Norte e Parauapebas podem invadir a Vale. **O Liberal**, Belém, 31 out. 2002. Disponível em <http://www.oliberal.com.br/arquivo> Acessado em: 31 out. 2002.

INDRIUNAS, L. Associação indígena administra provedor da internet. Belém: **Agência Estado**, 12 dez 2001. Disponível em: [www.aesetorial.com.br](http://www.aesetorial.com.br). Acessado em: 13 dez. 2001.

\_\_\_\_\_. Mogno necessita de um manejo especial para escapar da extinção. **Folha de São Paulo**, Belém: Agência, p. A-8, 12 dez. 2000.

\_\_\_\_\_. Preso maior transporte de drogas do país. **Folha de São Paulo**, Belém: Agência Folha, p. 1-13, 23 nov. 1999.

INSTITUTO Socioambiental – ISA. **Galeria permanente de presidentes da FUNAI**. ISA Brasília: ISA, 2004. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/website/pib/portugues/indenos/presfunai.shtm>. Acessado em: 30 jan. 2004

\_\_\_\_\_. **Relatório anual de atividades 2002**. São Paulo: ISA abril, 2003, ano VIII, Plano Trienal 2002-2004. 142 p.

\_\_\_\_\_. **Relatório de Prestação de conta e atividades do projeto de manejo florestal da terra indígena Xikrin do Cateté**. São Paulo: ISA, dez. 2002. 50 p.

\_\_\_\_\_. Mogno terá maior proteção. São Paulo: ISA, nov. 2002 Disponível em: [www.socioambiental.org/website/index](http://www.socioambiental.org/website/index). Acessado em: 14 nov. de 2002.

\_\_\_\_\_. Os índios não são incapazes. São Paulo: ISA, 2002. Disponível em: [www.socioambiental.org](http://www.socioambiental.org). Acessado em: 4 nov. 2002.

\_\_\_\_\_. Projeto de exploração madeireira na TI Xikrin do Cateté. São Paulo: ISA: dez. 2000. Disponível em: <[www.sociambiental.org](http://www.sociambiental.org)>. Acessado em dezembro de 2000. 12 p.

JOHN, L. Sistema misto de conservação pode reduzir desmatamento na Amazônia. Campinas: **Agência Estado**, nov. 2003. Disponível em: <[www.agemado.com.br/ciencia](http://www.agemado.com.br/ciencia)>. Acessado em: 31 nov. 2003

KOCKA, J. Objeto, conceito e interesse. In: GERTZ, R. E. (Org.). **Max Weber & Karl Marx**. São Paulo: Editora HUCITEC, [1977] 1994. p. 32-64.

LEONEL, M. Bio-diversidade: preservação e mercado. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 321-346.

LÉVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1989. (Ciências Sociais, 31).

LOBATO, E. Tráfico usa prefeituras do Pará, diz PF. **Folha de São Paulo**, Belém: Folha de São Paulo, p. 1-16, 25 nov.1999.

MALINOVSKI, R. **A diary in the strict sense of the term**. New York: Harcourt, Brace and World, 1967.

MARINHO, M. V. Manejo pode ameaçar mogno, diz estudo. **Folha de São Paulo**, São Paulo: Reportagem Local, p. A-8, 13 set. 2003.

MEDINA, C. de A. **Entrevista – o diálogo possível**. São Paulo: Editora Ática, 1986. (Série Princípios).

MENEZES, N.; MOURA, S. de. População indígena cresce 3,5% ao ano. **Folha de São Paulo**, p. A-18, 24 mar. 2001.

MOREIRA, B. Entre o descaso e a excelência ambiental. **Agência Estado**, São Paulo, 14 mar 2003. Disponível em: <[www.aesetorial.com.br](http://www.aesetorial.com.br)>. Acessado em: 20 mar 2003.

MORSELLO, C. **Market integration and sustainability in Amazonian indigenous livelihoods: the case of the Kayapó**. 2002. 301 f. Ph. D. thesis presented to the School of Environmental Sciences of the University of East Anglia, East Anglia, apr. 2002.

NEPSTAD, D. O papel social da madeira. Tendências e debates. Deve-se admitir exploração de madeira nas Florestas Nacionais? Não. **Folha de São Paulo**, 7 jun. 2003. p. A-3.

OLIVEIRA, R. C. de. O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever. **Revista de Antropologia**, São Paulo, v. 39, n. 1, p. 13-37, 1996.

OLIVEIRA, R. C. de. **A sociologia do Brasil indígena**. Rio de Janeiro: Tempo brasileiro, Editor UnB, 1978. 222 p.



PATRÍCIO, P., INDRIUNAS, L. Amazônia em novos caminhos. **Planeta Casa**, São Paulo, n. 3, ano 3, p. 18-25, 2003. (Editora Abril).

PLATTNER, S. **Economic anthropology**. Stanford, Califórnia: Stanford University Press, 1994.

PEIXOTO, P. Conselho Indigenista vê governo 'vacilante'. **Folha de São Paulo**, Belo Horizonte: Agência Folha, p. A-5, 7 nov. 2003.

POSEY, D. A.; Manejo da floresta secundária, capoeiras, campos e cerrados (Kayapó). In: RIBEIRO, B. (Org.). **Suma etnológica brasileira**. Petrópolis: Editora Vozes, 1987. p. 235-248.

\_\_\_\_\_. Será que o “consumismo verde” vai salvar a Amazônia e seus habitantes? In: D'INCAO, M. A.; SILVEIRA, I. M. (Org.). **A Amazônia e a crise da modernização**. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi, Belém, 1994. p. 345-360.

POUILLON, F. **A antropologia económica: correntes e problemas**. Lisboa, Edições 70, 1978.

RAMOS, A. Em busca da autorização para o manejo florestal. In: **Povos indígenas no Brasil 1991/1995 – sudeste do Pará**. São Paulo: ISA, 1996. p. 357.

RANDALL, A. O que os economistas tradicionais têm a dizer sobre o valor da biodiversidade. In: WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997. p. 275-283.

REVISTA DA FOLHA. Retrospectiva. In: **Folha de São Paulo**. São Paulo: Revista da Folha, Edição 24.742, 29 dez. 1996, 20 p.

RIBEIRO, D. **Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno**. 2. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1977. 508 p.

SACHS, I. A cooperação Sul-Sul e o desenvolvimento sustentável nos trópicos úmidos. In: ARAGÓN, L. E.; CLÜSENER-GODT, M. (Org.). **Reservas da biosfera e reservas extrativistas: conservação da biodiversidade e ecodesenvolvimento**. Série Cooperação Amazônica Belém: UNAMAZ, 1997.

\_\_\_\_\_. **Estratégias, tempos e espaços do desenvolvimento**. São Paulo: Ed. Vértice, São Paulo, 1986, 209 p.

SÉVE, L.; Método estrutural e método dialético. In: BALLETT, R. *et al.* (Org.). **Estruturalismo e marxismo**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1986. p. 103-146.

SCHOLZ, I. Manejo de recursos naturais e capacidade de inovação empresarial. O caso da indústria madeireira do Pará (1960-1997). **Novos Cadernos NAEA**, Belém, v. 3, n. 1, p. 63-69, jun. 2000.

SILVA, A. L. da. **Índios**. São Paulo: Editora Ática, 1988. 40 p.

SILVA, F. A. **Relatório referente às atividades de campo desenvolvidas em relação ao plano de manejo socioambiental na terra indígena Xikrin do Cateté – Parauapebas – PA.** São Paulo: ISA, set. 1997. 50 p.

\_\_\_\_\_, F. A.. **Estudo da cultura material entre os Xikrin do Cateté.** São Paulo: ISA, 1996. 42 p.

SIMIONATO, M. Matadores espalham medo em terra sem lei. **Folha de São Paulo**, São Félix do Xingu, p. A-10, 21 set. 2003.

SIMONIAN, L. T. L. **Pesquisa em ciências humanas e desenvolvimento entre as populações tradicionais amazônicas.** Belém, Museu Paraense Emílio Goeldi, 2004. No prelo.

\_\_\_\_\_. **Insustentabilidade do extrativismo da madeira na Amazônia: bases teórico-históricas, situação atual, perspectivas.** Belém: no prelo, 2003.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas, desenvolvimento sustentável e recursos naturais em áreas de reserva na Amazônia Brasileira. In.: COELHO, M. C. *et al.* **Estado e políticas públicas na Amazônia – gestão de recursos naturais.** Belém: CEJUP, 2000. p. 9-53.

\_\_\_\_\_. **This bloodshed must stop:** land claims on the Guarita and Urueu-wau-wau reservations, Brazil. 1993. 496 f. Ph. D. thesis in Anthropology, presented at the City University of New York, New York, 1993. Advisor: Dr. JUNE NASH.

SMERALDI, R.; VERÍSSIMO, A. **Acertando o alvo.** Belém: Amigos da Terra, IMAFLORA, AMAZON, 1999.

SOUZA, A. L. L. de. **Desenvolvimento sustentável, manejo florestal e o uso dos recursos madeiros na Amazônia:** desafios, possibilidades e limites. Belém: NAEA/UFPA, 2002. 301 p.

SOUZA, C. N. I. de **Diagnóstico Xikrin do Cateté 2002.** São Paulo: ISA, out. 2002. 95 p.

\_\_\_\_\_. **Vantagens, vícios e desafios, os Kayapó Gorotire em tempos de desenvolvimento.** 2000. 283 f. Dissertação de mestrado em antropologia, apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

TAYLOR, K. Desmatamento e os índios na Amazônia brasileira. In.: WILSON, E. O. (Org.). **Biodiversidade.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1988. p. 177-185.

TERENA, M. Uma palavra indígena 500 anos depois. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p. A-3, 2 jan 2000.

TROPICAL FOREST FOUNDATION, AIMEX, EMBRAPA, IWPA E USAID. **Workshop sobre comércio sustentável através do manejo do mogno,** Belém, ma. 2002.

TURNER, T. Os *mebengokre* Kayapó: história e mudança social: de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In: CUNHA, M. C. (Org.); **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 311-338.

\_\_\_\_\_. De cosmologia, adaptação e consciência social entre os Kayapó. In: CASTRO, E. V. de; CUNHA, M. C. (Org.). **Amazônia, etnologia e história indígena**. São Paulo: FAPESP, NHII-USP, 1993. p. 53-66.

VANZOLINI, P. E.; BRANDÃO, C. R. F.. Diretrizes gerais para um levantamento faunístico. In: ALMEIDA JR., J. M. G. (Org.). **Carajás – desafio político, ecologia e desenvolvimento**. São Paulo: Editora Brasiliense. 1986. p. 208-213.

VERHELST, T. G. Culture: The forgotten dimension. In: \_\_\_\_\_. **No life without roots: culture and development**. London and New Jersey: Zed Books, 1990. p. 17-22.

VIDAL, L. **Morte e vida de uma sociedade indígena brasileira**. São Paulo: HUCITEC/EDUSP, 1977.

\_\_\_\_\_. Questão indígena e meio ambiente: embates entre culturas e interesses diferenciados. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, p. 35-38, out/dez. 1989. (Ed. Perspectiva).

VIOLA, E. As políticas públicas do primeiro governo Cardoso sob a ótica da sustentabilidade. **Ambiente e sociedade**, Ano 2, n. 3-4, p.195-201, 1998.

YIN, R. K. Case study research. In: \_\_\_\_\_. **Design and methods**. 2. ed. Thousands Oaks: SAGE, 1994, p. 18-101.

ZIMMERMAN, B.; PERES, C. A.; MALCOLN, J. R.; TURNER, T. Conservation and development alliances with the Kayapó of south-eastern Amazonia, a tropical forest indigenous people. **Environmental conservation**, Toronto, v. 28, n. 1, p. 10-22, 2001. (Foundation for Environmental Conservation).

## LISTA DE ANEXOS

**Anexo 1** – Roteiro básico de perguntas para o campo

**Anexo 2**– Carta do ISA para os Xikrin do Cateté

**Anexo 3**– Volume de madeira em tora extraída pelo projeto *Kaben Djoui*

**Anexo 4**– Relatório Consolidado

**Anexo 5**– Procedimento administrativo – Procuradoria da República no Município de Marabá

**Anexo 6**– Carta do ISA ao IBAMA

**Anexo 7**– Carta da Brumila à FUNAI

**Anexo 8**– Relação dos entrevistados

# Anexo 1

## Anexo 2

## Anexo 3

## Anexo 4



## Anexo 5

## Anexo 6

## Anexo 7

## Anexo 8

Relação dos entrevistados

### **Do projeto Kaben Djuoi**

Carlos Guerreiro – engenheiro florestal

César Gordon – antropólogo

Florivaldo Souza – madeireiro

Isabelle Giannini – antropóloga

Max Roncoletta – engenheiro florestal

Nilton Tatto – secretário-geral do ISA

### **Da Funai**

Eimar Araújo – administrador de Marabá

Alberto da Lima Costa – chefe de posto do Cateté

Raimundo Oliveira Cardoso – chefe de posto do Djudjekô

### **Dos Xikrin**

Karangré

Bep-Karoti

Bep-Djare

Bep-Tun

### **Da Embrapa**

Natalino Silva

**Da Associação Bep-Noi**

Três funcionários